

Aline Pinheiro Brettas

# **A SOCIEDADE LITERÁRIA DE BELO HORIZONTE:**

um legado cultural da Biblioteca Municipal  
para a cidade



Aline Pinheiro Brettas

**A SOCIEDADE LITERÁRIA DE  
BELO HORIZONTE:**  
um legado cultural da Biblioteca Municipal  
para a cidade

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Maria Eugênia Albino Andrade

Belo Horizonte  
Escola de Ciência da Informação da UFMG

2004

Aos meus queridos pais, Sérgio e Nelly, com  
saudades.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, antes de tudo e sempre, a Deus, pela energia vital que me impulsiona a buscar os meus objetivos, dentre eles, a concretização deste trabalho. Ele também me dá a força essencial para superar todas as adversidades.

Agradeço a minha ex-orientadora, Prof. Vilma, pela amizade e estima, e a minha atual orientadora, Prof. Maria Eugênia, pelo interesse e carinho que dedicou ao meu projeto, desde o processo de seleção.

Agradeço às professoras Maria da Conceição e Alcenir, também da Escola de Ciência da Informação da UFMG, pelos toques e sugestões de referências.

Agradeço aos colegas do Mestrado e do Doutorado, que compartilharam comigo agradáveis momentos na Escola, além de terem dividido as preocupações decorrentes do curso.

Agradeço ao pessoal da Cooperativa Cultura, com quem desenvolvi alguns trabalhos legais e fiz novas e ótimas amizades.

Agradeço aos meus colegas e amigos, dentre eles Luciana, Karina, Lina, Lilian, (minha madrinha de crisma), Renatinha, que são minhas amigas há “tempos” e sempre compartilharam comigo os momentos alegres e as etapas difíceis da minha vida.

Agradeço a toda equipe do APCBH, que me deu a maior força na produção do pré-projeto necessário à seleção do Mestrado, e muito me auxiliou nas minhas diversas pesquisas realizadas na instituição, me dando até mesmo um tratamento “vip”, com direito até a cafezinho! Foi no Arquivo que eu também desenvolvi uma mudança de rumos na minha trajetória profissional, uma vez que lá eu comecei a trabalhar na área

de memória e patrimônio. Agradeço à Ivana e à Carminha, que foram as primeiras a me incentivar em tentar o Mestrado, e me deram a idéia de trabalhar com o tema.

Agradeço às equipes do Arquivo Público Mineiro, do Museu Abílio Barreto, da Biblioteca da Escola de Ciência da Informação da UFMG, da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, da Hemeroteca Pública, da Biblioteca do IMACO – onde estive colhendo dados cruciais para o meu trabalho - e, especialmente, agradeço à equipe que trabalha com o acervo da Coleção Linhares da Biblioteca Universitária da UFMG, onde também fiz várias pesquisas e sempre fui atendida com animação e respeito.

Agradeço aos professores e à direção da Escola Municipal Prefeito Aminthas de Barros, que compreenderam as minhas faltas e “seguraram as pontas”.

Agradeço às minhas tias de Ponte Nova, especialmente Necy, Bila (minha madrinha de batismo) e Keka, que mesmo de longe acompanharam com interesse a minha trajetória.

Agradeço à Bete e à Shirley que, ao cuidarem do meu pai com todo o carinho, fizeram com que eu pudesse ter mais tempo para poder dedicar ao meu projeto.

Agradeço a Juninho, que esteve ao meu lado durante o tempo do curso me apoiando nas horas de dificuldade.

Agradeço a toda minha família: meus irmãos (Simone, Jaqueline, Eliane e Serginho), cunhados (Dú, Mauro, Tavares e Cristiana) e sobrinhos (Amanda, Arthur, Yago, Caio, Dara, Marina, Lívia, Luana e Serginho) pelo apoio e entusiasmo com o meu trabalho, e por terem tido sangue frio com alguns “ataques” que eu possa ter dado. Mas agradeço com carinho à Simone, à Jaqueline e às suas respectivas famílias, por terem me deixado usar o computador da casa deles diversas vezes.

Agradeço a meus pais, Sérgio e Nelly, que infelizmente não estão mais aqui para presenciar esta minha conquista. Mas foram eles que me deram a base moral e cultural

para que eu chegasse até aqui. Espero ser sempre motivo de orgulho para eles. Muito obrigada!!

“Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica”.

Jacques Le Goff

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| RESUMO .....  | 15 |
| ABSTRACT .....  | 16 |
| 1 INTRODUÇÃO .....  | 17 |
| 1.1 Um breve histórico da Biblioteca Pública de Belo Horizonte .....  | 17 |
| 1.2 Justificativa da produção deste trabalho .....  | 18 |
| 1.3 Considerações sobre o referencial teórico .....   | 21 |
| 1.4 Metodologia .....   | 24 |
| 1.4.1 Problema .....  | 24 |
| 1.4.2 Objetivo geral .....  | 24 |
| 1.4.3 Objetivos específicos .....   | 25 |
| 1.4.4 Considerações sobre o método de pesquisa .....  | 25 |
| 2 UM ESTUDO SOBRE A BIBLIOTECA PÚBLICA .....  | 27 |
| 2.1 Sociedade .....   | 27 |
| 2.1.1 Cultura .....   | 28 |
| 2.1.2 Instituições .....  | 30 |
| 2.2 Biblioteca pública .....  | 32 |
| 2.2.1 Memória .....   | 35 |
| 2.2.2 Identidade .....  | 38 |
| 2.2.3 Ideologia .....   | 40 |
| 2.3 O poder da biblioteca pública: leitura e escrita, em um ciclo<br>constante de produções do conhecimento e do espírito ..... | 42 |



|  |     |
|--|-----|
| 3 ORIGENS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BELO HORIZONTE: A SOCIEDADE LITERÁRIA .....   | 45  |
| 3.1 Contextualização da criação da Biblioteca Pública de Belo Horizonte .....  | 45  |
| 3.1.1 O cenário brasileiro .....   | 45  |
| 3.1.2 O cenário mineiro .....  | 48  |
| 3.2 Fundação de Belo Horizonte .....   | 49  |
| 3.3 A criação da Biblioteca Pública de Belo Horizonte .....  | 54  |
| 4 DA INSTITUCIONALIZAÇÃO MUNICIPAL ATÉ A EXTINÇÃO UMA TRAJETÓRIA DETERMINADA POR BELO HORIZONTE E DETERMINANTE EM BELO HORIZONTE ..... | 64  |
| 4.1 Aspectos administrativos e técnicos .....  | 65  |
| 4.1.1 Evolução administrativa da Biblioteca Pública de Belo Horizonte na Prefeitura e quadro de funcionários .....                     | 66  |
| 4.1.2 Espaço físico e mobiliário .....   | 74  |
| 4.1.3 Desenvolvimento e organização do acervo .....  | 82  |
| 4.1.4 Preservação do acervo .....  | 97  |
| 4.2 Aspectos políticos e ideológicos .....   | 100 |
| 4.2.1 Influências ideológicas .....  | 101 |
| 4.2.2 Controle ou acesso à informação? .....   | 114 |
| 4.3 Aspectos sócio-culturais .....   | 127 |
| 4.3.1 Influências culturais .....  | 128 |
| 4.3.2 Contribuições educacionais e culturais para a sociedade belo-  |     |

|   |     |
|---|-----|
| horizontina .....   | 137 |
| 5 A EXTINÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BELO HORIZONTE ...  | 150 |
| 5.1 As causas .....   | 151 |
| 5.1.1 O espaço e a cultura: perdidos no Parque Municipal .....  | 152 |
| 5.1.2 Uma “morte construída” .....  | 155 |
| 5.2 O fim da Biblioteca Pública de Belo Horizonte .....   | 158 |
| 5.2.1 O acervo no IMACO .....   | 160 |
| 5.2.2 O acervo no Instituto João Pinheiro .....   | 168 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 170 |
| 7 REFERÊNCIAS .....   | 190 |
| 8 FONTES CONSULTADAS.....   | 197 |
| 8.1 Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte .....   | 197 |
| 8.2 Arquivo Público Mineiro .....   | 202 |
| 8.3 Biblioteca da Escola de Ciência da Informação da UFMG .....   | 202 |
| 8.4 Museu Histórico Abílio Barreto .....  | 202 |
| 9 LEGISLAÇÃO .....  | 203 |
| 10 PERIÓDICOS CONSULTADOS .....   | 207 |
| ANEXO 1 LISTA DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS RECEBIDOS<br>PELA COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL .....          | 211 |
| ANEXO 2 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE<br>BELO HORIZONTE, ORGANIZADA POR MENEGALE EM 1932 ..... | 213 |
| ANEXO 3 TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL<br>PUBLICADA PELA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BELO HORIZONTE      |     |

EM 1942 ..... 226

## LISTA DE ABREVIATURAS

|       |   |
|-------|---|
| APCBH | - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte               |
| APM   | - Arquivo Público Mineiro                                   |
| CCNC  | - Comissão Construtora da Nova Capital                      |
| IMACO | - Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis |
| INL   | - Instituto Nacional do Livro                               |
| MHAB  | - Museu Histórico Abílio Barreto                            |
| UFMG  | - Universidade Federal de Minas Gerais                      |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| 1 - Estatísticas de consultas da Biblioteca Pública de Belo Horizonte – 1953                | 135 |
| 2 - Estatística de consultas da Biblioteca Pública de Belo Horizonte – 1953 a<br>1958 ..... | 136 |
| 3 - Estatística de consultas da Biblioteca Pública de Belo Horizonte – 1953 a<br>1958 ..... | 147 |
| 4 - Estatística de consultas da Biblioteca Pública de Belo Horizonte – 1959 a<br>1963 ..... | 148 |
| 5 - Estatística de consultas da Biblioteca Pública de Belo Horizonte – 1962 a<br>1965 ..... | 148 |

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| 1 – Prédio situado no Largo da Matriz da Boa Viagem, onde se fundou e funcionou a Biblioteca Pública de Belo Horizonte, até depois da inauguração da cidade .....   | 58  |
| 2 - Tomada da Praça da República (denominada Praça Afonso Arinos a partir de 1943) em Belo Horizonte, com vista frontal do Conselho Deliberativo, onde funcionou a Biblioteca Pública de Belo Horizonte entre 1914 e 1964 ..... | 77  |
| 3 - A Biblioteca do IMACO .....   | 161 |

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo principal produzir uma reconstrução histórica da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, desde a sua fundação até a sua extinção. Além disso, analisamos a contribuição da Biblioteca para a constituição da memória e da identidade da cidade. Primeiramente, são apresentadas a justificativa deste trabalho, bem como as considerações sobre o referencial teórico e sobre a metodologia. O referencial teórico se baseou em estudo sobre a biblioteca pública. A metodologia teve como eixo a análise documental, complementada por consulta a fontes teóricas. Os documentos analisados são de origem oficial, tais como relatórios e legislação; e de origem não-oficial, como os artigos de jornais. O que tornou possível uma contraposição de opiniões favoráveis e desfavoráveis sobre a Biblioteca. Geralmente, as opiniões favoráveis são provenientes da Administração Municipal e da Diretoria da Biblioteca; e as desfavoráveis originam-se do público usuário da instituição, e que se manifestavam em artigos de jornais e periódicos. Essa contraposição permitiu, assim, uma abordagem dialética. A história da Biblioteca foi dividida em criação, trajetória - aspectos administrativos, técnicos, políticos, ideológicos e sócio-culturais - e extinção da instituição. A contribuição da Biblioteca Pública de Belo Horizonte para a constituição da memória e identidade da cidade foi comprovada, já que ela se deu de maneira positiva, através do acervo e dos serviços oferecidos pela instituição.

## **ABSTRACT**

The main purpose of the present work is to reconstruct the history of the Belo Horizonte Public Library, since its foundation until its extinction. Further to that, we have analyzed its contribution for the memory and the identity of the city. First of all, we'll present the justification for the present work, as well as some considerations about its methodology and its theoretical reference. The theoretical reference was based in studies regarding the Public Library. As for the methodology, it had, as its main aspect, the documental analysis, complemented by researches and theoretical sources. The documents which have been analyzed have official origin such as reports and the legislation, as well, as unofficial ones, such as newspapers articles. These documents have made it possible a contraposition related to favourable and unfavourable opinions about the Library. The favourable opinions are usually provided by the Municipal Administration and the Library Direction. The unfavourable opinions were provided by those who used to visit the institution, and were informed through newspapers and magazines. This contraposition permitted a dialectical approach. The story of the Library was divided into creation, trajectory – administrative, technical, political, ideological and socio-cultural aspects - and the extinction of the institution. The contribution of the Belo Horizonte Public Library for the constitution of the memory and identity of the city is proved. It happened in a positive manner, through the heap and the services offered by the institution.



# 1 INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos esta dissertação, gostaríamos de apresentar um breve histórico da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, além de justificar a necessidade da produção deste trabalho. Além disso, serão mostradas as considerações sobre o referencial teórico e metodologia utilizados na pesquisa.

## 1.1 Um breve histórico da Biblioteca Pública de Belo Horizonte

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi fundada pelos funcionários da Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC em 27 de agosto de 1894. Pela lei nº 1.054, de 7 de novembro de 1963, a instituição, que na época possuía cerca de 20.000 volumes, começou a se extinguir. Parte desse acervo foi incorporado ao Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis – IMACO. Devido a ocorrências de acidentes, extravios, e à ação de insetos xilófagos (cupins), uma grande parte desses volumes se perdeu. Segundo Diniz (1998), bibliotecária do IMACO, o restante conta hoje com cerca de 8.000 volumes. O acervo localizado nesse local foi transferido, em 2002 para o antigo prédio da Secretaria Municipal de Cultura<sup>1</sup>. Foi realizado um diagnóstico do seu estado de preservação, sendo que a maioria está em bom estado; além disso, foi feita uma catalogação das obras no banco de dados da Secretaria. Todas essas obras estão aguardando uma destinação.

---

<sup>1</sup> Localizado na Avenida dos Andradas, 367

Outra parte do acervo foi transferida para o Instituto João Pinheiro. Com o fim do mesmo, tais obras foram destinadas à Biblioteca do Centro de Referência do Professor, por sua vez subordinado à Secretaria de Estado da Educação. Nessa época, foi realizada uma catalogação preliminar que indicou a existência de 813 volumes. Porém, esse acervo acabou sendo depositado no almoxarifado da Secretaria, ao ser constatada a sua inadequação para os usuários do órgão.

O acervo tem se desmembrado cada vez mais, e os cidadãos belo-horizontinos não têm conhecimento de sua existência e, mais ainda, da existência da Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

## **1.2 Justificativa da produção deste trabalho**

Como podemos observar, ocorreu em Belo Horizonte o descaso das autoridades públicas em relação às bibliotecas, bem como uma ausência de conscientização da população a respeito da importância dessas instituições. No Brasil, Milanesi (1986) aponta que o serviço de bibliotecas não recebe do poder público a atenção devida, sendo que algumas delas funcionam e ampliam o seu acervo através de doações voluntárias. Algumas campanhas promovidas pelas prefeituras promovem descarte de livros considerados inúteis, que acabam sendo depositados na biblioteca municipal, o que termina por representar um aumento no seu acervo; no entanto, essas campanhas não contribuem para o aprimoramento da biblioteca como serviço de informação para o público.

As bibliotecas públicas, apesar de sua precariedade, têm uma procura abaixo de suas possibilidades de atendimento. Ou o serviço oferecido é muito ruim, e por isso rejeitado, ou não existe a necessidade de procurá-las, o que é raro. Nesse sentido, Milanesi (1986, p. 62–63) aponta: “Não há notícia de mobilização popular e protesto público contra a indigência das bibliotecas. Quase sempre são estudantes fazendo os seus deveres escolares .... Nesse caso, qualquer infra-estrutura basta ...”.

Além do descaso do poder público, as últimas décadas do século XX, mais especificamente a partir dos anos 70, testemunharam, graças ao avanço da ciência, grandes transformações ocorridas no mundo, que se tornara unificado em virtude das novas tecnologias de informação e comunicação. Essas novas tecnologias são procedimentos técnicos que se desenvolveram da interface entre as áreas de informática, micro-eletrônica e telecomunicações, e que permitem, através de redes, a instantaneidade da transferência de informações, bem como possibilitam a emergência de um sistema global de telecomunicações. Em face desses elementos coloca-se:

“Um novo sistema político-econômico invade o mundo impondo um processo homogêneo de ajuste macroeconômico, onde o processo produtivo e industrial é obrigado a se reestruturar diante das inúmeras mudanças, sobretudo a de paradigma tecnológico. Difunde-se um novo conjunto de tecnologias chave – as TICS – e instala-se no cerne do novo processo uma mercadoria imaterial, corpórea: a informação ...”. (Aun, 2001, p. 43)

Com o poderoso auxílio de tais tecnologias, e concomitantemente ao desenvolvimento das mesmas, emerge a globalização, processo de internacionalização capitalista, através da qual as grandes corporações transnacionais de alguns países, principalmente Estados Unidos, Alemanha e Japão, coordenam as atividades econômicas e as finanças mundiais, principalmente as dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Tal fenômeno fez com que a sociedade passasse por mudanças profundas nas esferas tecnológicas, econômicas, políticas, sociais e culturais. O cotidiano dos cidadãos também foi alterado, tendo em vista que eles modificaram seus valores, seus hábitos, sua convivência. Assim:

“... os indivíduos estariam caminhando para uma sociedade baseada na troca de informações e mensagens, com pouca ou nenhuma interação entre indivíduos de ‘carne e osso’?... É possível conhecer e adquirir as principais obras literárias recém-elaboradas sem ser preciso ir à livraria ... Contudo, a troca de informações entre colegas, o contato presencial, a descoberta dos seus sistemas abstratos individuais englobados pelas facilidades da ‘escolha virtual’, são necessidades que os usuários – a princípio compulsivos – dessas novas formas de interações sociais, vêm ressentindo ultimamente...” (Dumont e Gattoni, 2002, p. 9–10)

A Internet e outras redes informacionais ligadas às novas tecnologias geraram um crescimento no volume de informações<sup>2</sup>, tornando-se fontes mais consultadas e pesquisadas por uma parcela da população mundial, ou seja, aquela que possui condições de maior acesso a essas fontes. Por esse motivo, atualmente, livros e outros documentos tradicionais<sup>3</sup> têm sido menos consultados. Desse modo, instituições que guardam e preservam esse tipo de acervo têm sido relegadas por muitos estudantes e pesquisadores e, dentre essas instituições está a biblioteca. Diante disso, Darnton (2001, p. 5) afirma que: “... a história das bibliotecas demonstra que elas são mais vulneráveis do que pensamos e não só por causa de guerras. Dirão alguns que elas podem ser substituídas pela Internet ...”.

---

<sup>2</sup> Grande parte dessas informações é disponibilizada por pressão da indústria de marketing. As macroempresas ou transnacionais que financiam essa indústria têm por objetivo comercializarem os seus produtos, e com isso desconsideram as diversidades sociais e culturais das regiões consumidoras. A informação tornou-se utilitária ao extremo e, com o esvaziamento da crítica, tornou-se elemento de consumo (economia da informação). Por outro lado, os elementos que fundamentam o conhecimento reflexivo, humanístico e crítico podem ser dispersos pela disseminação massiva dos meios de comunicação.

<sup>3</sup> A expressão “documentos tradicionais” é considerada como documentos que não são virtuais, tais como os impressos, audiovisuais, cartográficos, etc.

Por outro lado, outras pessoas têm sentido falta do espaço acolhedor, do manejo das obras e do contato face-a-face - próprios dessa espécie de local, que também é válido para o entretenimento e lazer. Dando ênfase a essa visão, destaca-se: “As bibliotecas são, hoje, como antigas catedrais, onde não há muitos fiéis, mas turistas que contemplam as lombadas dos livros, como outrora os peregrinos fitavam imagens e vitrais”. (Frei Betto, 2002, p. 10)

Diante desses acontecimentos, ler e escrever sobre bibliotecas se torna, além de uma atitude reflexiva, uma forma de resistência e um manifesto em favor da preservação de uma cultura que se definiu também através do livro. Darnton (2001, p. 5) confirma isso ao dizer:

“Bibliotecas. Vistas de dentro de grandes monumentos, elas parecem indestrutíveis. Mas, de fato, a história mostra que bibliotecas estão sendo sempre destruídas, e cada vez que uma biblioteca vem abaixo, muito da civilização desaba com ela ...”

Esperamos, com este trabalho, contribuir para uma conscientização geral de que o patrimônio bibliográfico da Biblioteca Pública de Belo Horizonte possui um inequívoco valor histórico e cultural, e que deveria ser preservado em sua totalidade. Os cidadãos de Belo Horizonte devem saber a respeito da Biblioteca e ter acesso ao patrimônio deixado por ela, pois ele pertence à cidade e aos seus habitantes, e é parte de sua história.

### **1.3 Considerações sobre o referencial teórico**

A dissertação apresenta um estudo sobre a biblioteca pública, uma vez que essa instituição é o objeto desta pesquisa. Dessa forma, apontamos sua origem, algumas de suas características e a sua importância para a produção de novos conhecimentos.

Para compreender melhor esse tema, propusemo-nos a analisar as categorias apresentadas a seguir:

- sociedade, cultura e instituições: a biblioteca pública é uma instituição social e cultural. Uma ordem social dominante influencia, ou determina a trajetória dessa instituição, principalmente no que diz respeito à constituição do acervo e ao controle e acesso à informação contida no mesmo. Desse modo, é necessária uma breve análise desses conceitos, que são inter-relacionados;
- memória: a função de uma biblioteca, dentre outras, é guardar um acervo cuja informação registre parte da memória escrita de um grupo social. Por isso, é bastante necessário um estudo a respeito desse tema;
- identidade e ideologia: um acervo de biblioteca e o modo de como ele é organizado e consultado pode influenciar uma coletividade: em sua maneira de se identificar e de se comportar diante de outros grupos sociais (identidade) e na formação de suas idéias (ideologia);
- leitura e escrita: um acervo de biblioteca pública é formado, preservado e organizado para que ele seja consultado por um grupo amplo e heterogêneo de pessoas. Essa consulta é realizada através da leitura, seja em livros, fotografias, vídeos, etc. A leitura, por conseguinte, é a chave para o conhecimento e, através da escrita, para a produção de novos conhecimentos. A leitura e a escrita em

bibliotecas públicas são, também, a base para a constituição da memória e da identidade da cidade.

Essa análise será realizada em comunhão com uma abordagem interdisciplinar, através dos pensamentos de:

- Luís Milanesi, bibliotecário e professor da ECA/USP. Em suas obras, esse autor apresenta um histórico sobre as bibliotecas na civilização ocidental e no Brasil, faz uma crítica à situação atual das bibliotecas no Brasil e aponta mudanças significativas que deveriam ser realizadas para alterar esse quadro;
- Sônia de Conti Gomes, mestre em Biblioteconomia. Em sua dissertação, ela trabalha a biblioteca pública como uma agência social, a serviço de instituições e estruturas sociais;
- Jacques Le Goff, historiador medievalista. Trabalharemos especialmente com uma obra desse autor – *História e memória* - que aborda a memória, sua trajetória na civilização ocidental e importância;
- Roger Chartier e Robert Darnton, historiadores. Esses autores trabalham a respeito de bibliotecas dentro da história da leitura;
- Peter Berger e Thomas Luckmann, sociólogos do conhecimento. Esses autores trabalham com conceitos sobre realidade e ordem sociais, instituição, ideologia, identidade e memória.

Para a compreensão da trajetória da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, é preciso também inseri-la em um quadro geral, pois não há como descrever a trajetória de qualquer biblioteca como uma instituição isolada. Já que essa instituição era municipal e, por esse motivo sofreu influências políticas, apresentaremos um contexto histórico-

político, educacional e cultural de Belo Horizonte e do Brasil. Para isso, contamos com os estudos de vários estudiosos sobre a cidade e o país, dentre eles, Boris Fausto e Abílio Barreto.

Outra fonte muito consultada foi o artigo de Suzana Mueller, bibliotecária e professora da Universidade de Brasília – *Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca* – onde ela aborda a origem da biblioteca pública, trajetória e concepção, durante o período que a Biblioteca Pública de Belo Horizonte surgiu e se desenvolveu. O *Dicionário de Sociologia* de Allan Johnson, que apresentou definições fundamentais para este trabalho, também foi bastante pesquisado.

## **1.4 Metodologia**

### **1.4.1 Problema**

Os problemas que orientaram a apresentação desta pesquisa foram:

- quais foram os condicionantes históricos que levaram a Comissão a criar a Biblioteca e que determinaram a trajetória dessa instituição desde então?
- a Biblioteca Pública de Belo Horizonte contribuiu, de alguma maneira, para a constituição da memória e da identidade de Belo Horizonte?

### **1.4.2 Objetivo geral**

Produzir uma reconstrução histórica da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, desde a sua fundação, em 27 de agosto de 1894, até a data em que foi transferida para o



IMACO, em 7 de novembro de 1963, e analisar a contribuição da instituição para a constituição da memória e identidade da cidade.

### **1.4.3 Objetivos específicos**

- Contextualizar o período da criação da Biblioteca;
- apreender o motivo pelo qual a Comissão Construtora da Nova Capital criou a instituição;
- mostrar a ligação entre a fundação da capital mineira e fundação da Biblioteca;
- mostrar o papel que a instituição deveria desempenhar, segundo os seus fundadores;
- discorrer sobre a trajetória da Biblioteca, depois de doada à Prefeitura;
- investigar a transferência do acervo da Biblioteca para o IMACO e Instituto João Pinheiro/Centro de Referência do Professor e relatar a situação desse acervo desde então;
- investigar a contribuição da Biblioteca para a constituição da memória e identidade da cidade;
- apontar a importância de preservação desse acervo.

### **1.4.4 Considerações sobre o método de pesquisa**

O trabalho desenvolvido teve como eixo a análise documental. Para isso, constatamos a existência de fontes documentais que poderiam subsidiar a pesquisa.

Dentre essas fontes destacam-se os relatórios dos prefeitos. Neles existem informações oficiais sobre a administração da Biblioteca, sobre o tipo de acervo que ela continha e a forma como ele era organizado e classificado, bem como sobre a frequência dos usuários à instituição. Algumas dessas informações podem também ser encontradas na legislação pertinente.

Esse estudo foi complementado com pesquisas em revistas e jornais de Belo Horizonte e Minas Gerais, publicados no período de existência da Biblioteca. A consulta a esse tipo de documento mostra a visão que o usuário tinha da instituição. Além disso, foi feita uma reconstituição do cenário histórico através do cotejamento entre fontes documentais e teóricas, que estão discriminadas nas seções referências e fontes consultadas.

A pesquisa foi qualitativa: a coleta das informações nos documentos teve como objetivo compreender a origem e a razão de ser do objeto.

A metodologia utilizada foi a dialética. Propusemos esse método porque foi analisado nos documentos o contexto e as relações contraditórias da Biblioteca e seus administradores, ligados à Prefeitura, com o usuário da instituição e a sociedade belo-horizontina.

## **2 UM ESTUDO SOBRE A BIBLIOTECA PÚBLICA**

Este capítulo apresenta a base do referencial teórico para o desenvolvimento desta pesquisa. Ele está organizado nos seguintes itens: sociedade, cultura e instituições; biblioteca pública, memória, identidade e ideologia; leitura e escrita.

### **2.1 Sociedade**

A sociedade, segundo Berger e Luckmann (1985), pressupõe um agrupamento de indivíduos onde todos trabalham para que ela sobreviva de forma ordenada, direcionada e estável. Cada um dos indivíduos possui uma tarefa a cumprir para que tal finalidade se realize.

Berger e Luckmann (1985, p. 76), a respeito desse tema, acreditam que:

“... a ordem social [é] um produto humano, ou, mais precisamente, uma progressiva produção humana. É produzida pelo homem no curso de sua contínua exteriorização... Tanto em sua gênese (ordem social resultante da atividade passada) quanto em sua existência em qualquer instante do tempo (a ordem social existiu na medida em que a atividade humana continua a produzi-la) ela é um produto humano.”

Por sua vez, Johnson afirma que (1997, p. 213):

“Sociedade é um tipo especial de sistema social que, como todos os sistemas sociais, distingue-se por suas características culturais, estruturais e demográficas/ecológicas. Especificamente, é um sistema definido por um território geográfico ... dentro do qual uma população compartilha de uma cultura e estilo de vida comuns, em condições de autonomia, independência e auto-suficiência relativas...”

Os vários agrupamentos sociais se diferenciam, porque cada um deles possui uma evolução cultural própria. Nesse sentido, para se compreender a sociedade, será interessante uma reflexão a respeito da cultura.

### **2.1.1 Cultura**

Milanesi (1997) afirma que ao retrocedermos muitos séculos e rastreamos as palavras e os seus significados, encontramos o vocábulo latino colere, cultura, que era usada para denominar os cuidados com as plantas e os animais. Daí agricultura, bovinocultura e outros termos com o sufixo – cultura – que indica uma ação de cuidar, dar trato a. Mas havia a idéia de cultivar as formas de relação com os deuses antepassados. O campo dos espíritos também se ligava à idéia de cultivo – daí a palavra “culto”. Esse termo designa a cerimônia das relações com o sobrenatural, e também com o indivíduo que, de uma certa forma, acumulou “cultura”. Ele ainda aponta que a definição do termo “cultura” é algo nebuloso:

“Numa prospecção que se faz através das camadas da história do pensamento, ‘Cultura’ aparece com maior clareza a partir do século XVIII, numa seqüência de conceitos que se integram ou se bifurcam, envolvendo marcos referenciais do pensamento humano como Rousseau, Voltaire, Kant, Hegel, Marx, Freud e tantos outros. O resultado disso é um conceito de apreensão difícil, mutante no tempo, contraditório num dado momento, levando a imprecisões que o tempo não clarificou e que se estendem a setores fundamentais da sociedade ...” (Milanesi, 1997, p. 79)

O autor mostra que muitos indivíduos e setores sociais acreditam que cultura está relacionada às atividades exercidas por uma classe mais elitizada e intelectualizada.

Johnson (1997, p. 59) define cultura como:

“... o conjunto acumulado de símbolos, idéias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ela uma sociedade inteira ou uma família...A cultura possui aspectos materiais e não-materiais. A *cultura material* inclui tudo o que é feito, modelado ou transformado como parte da vida social coletiva...A *cultura não-material* inclui SÍMBOLOS... bem como as idéias que modelam e informam a vida de seres humanos em relações recíprocas e os sistemas sociais dos quais participam. As mais importantes dessas idéias são as ATITUDES, CRENÇAS, VALORES e NORMAS.”

Nesse sentido, cultura pode ser considerada como sendo o conjunto de objetos produzidos pelo indivíduo para agir, como meio de sobrevivência, sobre o ambiente que o cerca, ou seja, a cultura pode ser um acervo material, que pode ser composto por utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, pratos culinários, edificações, cidades inteiras. O que independe do nível social, intelectual e econômico do indivíduo ou de um grupo social.

Cultura pode também significar o conjunto de suas práticas sociais ou individuais. O próprio pensamento do homem e a sua forma de agir, gerando contextos variados de acordo com locais e períodos diferentes são considerados cultura, e nesse caso, ela não é apenas objeto, mas também representação, que pode ser encontrada em três modalidades:

“... o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; ... as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; ... as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.” (Chartier, 1990, p. 23)

Essas três modalidades de relação com o mundo, segundo Chartier (1990, p. 23), constituem a pedra angular de uma abordagem sob a ótica da história cultural. Essa tem por principal finalidade identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Novos objetos de estudo e pesquisa emergiram: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc.

Chartier (1994, p. 8–9) também mostra que existem duas significações atribuídas espontaneamente ao termo “cultura”:

“Aquela que designa as obras e os gestos que numa dada sociedade justificam uma apreensão estética e intelectual; e aquela que trata das práticas comuns, ‘sem qualidades’, que exprimem a maneira através da qual uma comunidade – não importa em que escola – vive e pensa a sua relação com o mundo, com os outros e com ela mesma.”

Tendo em vista essas definições, cada grupo social possui uma determinada cultura.

Ele possui determinados comportamentos e formas de pensamento, e um determinado modo de se organizar de forma política e economicamente.

A organização e a estruturação necessárias ao homem podem ser alcançadas através da instituição, cuja explicitação será abordada a seguir.

### **2.1.2 Instituições**

A sociedade, para alcançar a ordem, o direcionamento e a estabilidade anteriormente mencionados neste trabalho, precisa de mecanismos para controlar os indivíduos. Tais mecanismos são produzidos por instituições. Segundo Berger (1973), define-se instituição como um complexo específico de ações sociais, que é também um órgão

regulador, canalizando as ações dos indivíduos, e proporcionando métodos de padronização da conduta humana. Essa conduta é obrigada a seguir caminhos considerados desejáveis para a sociedade.

Johnson (1997, p. 130) afirma que “uma instituição é um conjunto duradouro de idéias sobre como atingir metas reconhecidamente importantes na sociedade...” Esse autor (1997) também aponta que as instituições possuem funções sociais diferentes. Uma delas é exercida pela instituição política, que se destina a gerar, organizar e aplicar o poder coletivo, com o objetivo de manter a ordem e a estabilidade social, defendendo-as contra ameaças externas e, dependendo da sociedade, proteger os grupos dominantes e seus interesses.

A instituição exerce o controle social através de sua legitimação, ou seja, da aplicação de normas e regras que orientam os indivíduos a fazerem o que é considerado correto de acordo com o ponto de vista da ordem social. Às pessoas que agem de forma contrária a essas regras e normas, os desviantes, são aplicadas sanções e penalidades que têm por finalidade fazer com que esses desviantes corrijam seu comportamento e se adaptem à ordem, ao direcionamento e à estabilidade da ordem vigente.

A legitimação também justifica a ordem institucional através da criação de um determinado conhecimento que explica por que tal ordem existe, como ela funciona e por que os indivíduos devem respeitá-la. Isso quer dizer que se essa explicação não for convincente para a maioria dos componentes da sociedade, a aplicação de tal ordem será ineficaz.

“A legitimação ‘explica’ a ordem institucional outorgando validade cognoscitiva a seus significados objetivados. A legitimação justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos práticos. É importante compreender que a legitimação tem um elemento cognoscitivo assim como um elemento normativo. Em outras palavras, a

legitimação não é apenas uma questão de 'valores'. Sempre implica também 'conhecimento'. ... A legitimação não apenas diz ao indivíduo por que deve realizar uma ação e não outra; diz-lhe também por que as coisas são o que são. Em outras palavras, o 'conhecimento' precede os 'valores' na legitimação das instituições." (Berger e Luckmann, 2000, p. 128–129)

Cada indivíduo ou grupo de indivíduos tem um papel a desempenhar, ou seja, uma tarefa a cumprir para que a ordem social em que ele esteja inserido perdure. Alguns, representados por uma minoria de pessoas, detêm o conhecimento legitimador e são responsáveis pela aplicação das normas; cabe à maioria respeitar essa ordem, desempenhando o papel que lhe foi atribuído.

Existem diversos tipos de instituições que legitimaram várias sociedades e culturas em diferentes períodos e localizações geográficas. Instituições políticas, econômicas, jurídicas, religiosas, culturais; em determinada ordem social, devem estar inter-relacionadas para legitimá-la.

A biblioteca pública representa uma instituição cultural. Ela pode, ou não, através do acervo de conhecimento que contém, legitimar uma ordem social e política vigente.

Gomes (1981, p. 7) por sua vez afirma que:

“As instituições como a família, a religião, a educação, o governo, etc., geram suas respectivas agências, a elas subordinadas, que são o lar, a igreja, a escola, as repartições. A biblioteca, de acordo com esta perspectiva, situa-se como uma agência social, criada para atender as necessidades da instituição a qual irá servir. Como tal é também um instrumento moldado e condicionado pela estrutura social, de acordo com os padrões e valores culturais, que regem as instituições dessa estrutura.”

## **2.2 Biblioteca pública**

O ser humano possui uma especial forma de comunicação, utilizando recursos gráficos que preservam sua herança cultural. Em uma dada sociedade, essa comunicação



transmite a cultura pré-existente e a cultura de outras sociedades para as futuras gerações. Por esse motivo, esses registros gráficos precisam ser preservados e organizados. Assim, a biblioteca aparece como uma instituição fundamental para cumprir tal objetivo, acumulando, desenvolvendo e disponibilizando livros e outros documentos ao público.

No entanto, esse acúmulo não se dá de forma mecânica e sem conseqüências. A biblioteca não é um local inerte e frio. Ela é um lugar onde se convergem informações sobre o mundo, dados locais e globais, fragmentos de saber e da realidade, ficção e obras verossímeis.

Gomes (1981, p. 8) salienta que se amplia assim a dimensão da relação entre cultura e biblioteca. “A biblioteca como criação social reflete a cultura que a gerou e, por sua vez, atua sobre a cultura a medida que, vinculando seus valores, crenças e padrões comportamentais contribui para a preservação e difusão da herança cultural”.

Milanesi (1997, p. 24) já afirma que:

“A biblioteca é a mais antiga e freqüente instituição identificada com a Cultura. Desde que o homem passou a registrar o conhecimento ela existiu, colecionando e ordenando tabuinhas de argila, papiros, pergaminhos e papéis impressos. Está presente na história e nas tradições, destacando-se em Alexandria nos tempos de Cristo e proliferando nos interiores dos mosteiros medievais como repositório do saber humano. Foi peça importante no projeto luso de colonização por meio da catequese ...”

É sabido que a noção de “público” para essa instituição surgiu depois da Revolução Francesa, quando as bibliotecas e arquivos foram abertos à população<sup>4</sup>. Essa foi uma medida de conquista dos direitos da plebe, uma vez que ela passou a ter acesso a documentos que registravam os direitos da nobreza aristocrática e clerical. Muitos deles

---

<sup>4</sup> Até então as bibliotecas, principalmente desde o período medieval, tinham como principal função a preservação de suas obras, sem disponibilizá-las a um público amplo.

foram exterminados, como forma de eliminação do passado e da tradição provenientes do Antigo Regime.

No entanto, como afirma Mueller (1984), foi a partir do século XIX que as bibliotecas públicas emergiram, quando os serviços aos usuários começaram a ser organizados de maneira sistemática. Além dos acontecimentos decorrentes da revolução aqui anteriormente citada, tais instituições também foram resultantes das transformações sociais que ocorreram com o desenvolvimento da indústria e a conseqüente e crescente urbanização dos séculos XVIII e XIX.

Uma biblioteca pública é um centro de informações atuando permanentemente, atendendo à demanda da população, estimulando o processo contínuo de descobrimento e produção de novas obras, "... organizando a informação para que todo ser humano possa usufruí-la ...". (Milanesi, 1986, p. 15)

Milanesi (1986, p. 25) ainda afirma que:

"Como um centro de informação, a biblioteca por definição será um instrumento de desordem. Isso, desde que não exista um filtro que censure a informação que contradiga a ordem. A biblioteca tendo em seu acervo múltiplos discursos que se desdobram ao infinito não dá uma direção, mas propõe alguns caminhos, deixando ao indivíduo a tarefa de avaliar e decidir."

Gomes (1981, p. 8), no entanto, ressalta que:

"A biblioteca é uma agência social de natureza complexa. Criada por uma instituição para servir-lhe de instrumento de ação, e moldada pelos padrões da estrutura social. Por outro lado, é o repositório e um dos meios de difusão das experiências culturais desenvolvidas nos níveis adaptativo, associativo e ideológico que determinam aqueles padrões. Por sua condição singular, liga-se aos sistemas básicos da estrutura social, numa contínua interdependência, que nem sempre se dá de forma equilibrada e satisfatória ..."

Desse modo, a criação e a trajetória de uma biblioteca pública depende de fatores que atuam no processo sócio-cultural. Por um lado, essa instituição contribui para a

manutenção desses fatores; por outro, através da composição do seu acervo e da leitura que é feita sobre o mesmo, pode provocar rupturas naquele processo.

A informação contida no acervo desse tipo de instituição pode ser considerada um suporte da memória, da ideologia, da identidade e, conseqüentemente, da cultura de um grupo social. Elementos esses que, portanto, são os fatores atuantes no processo sócio-cultural.

Para a melhor compreensão da importância social e cultural que representa uma biblioteca pública, cabe aqui examinarmos um pouco mais detalhadamente a respeito de memória, ideologia e identidade.

### **2.2.1 Memória**

“O que é a memória. A memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reivocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras graças à sua semelhança com as passadas.” (Da Signa<sup>5</sup>, 1235 citado por Le Goff, 1990, p. 453)

Memória significa lembrança, recordação, e o homem necessita recordar, lembrar, rememorar, pois deseja que algo permaneça, mesmo com o passar do tempo.

Ela é responsável pela articulação dos grupos sociais com o tempo, uma vez que, muito mais que guardiã do passado, ela permite a relação deste com o presente e o planejamento do futuro. Ou seja, para se planejar o futuro deve-se reavaliar o passado.

Ao avaliar o passado, o homem ou o grupo social pode verificar quais as falhas que

---

<sup>5</sup> DA SIGNA, Boncompagno. *Rhetorica novíssima*. Bolonha: [s.n.], 1235. Este documento citado por Le Goff (1990: 452 – 453), trata do segundo tratado do gênero da retórica clássica, ao tomar a forma de *Ars dictaminis* – técnica de arte epistolar de uso administrativo.

atrapalharam a sua trajetória, para não cometê-las novamente. Pode também verificar os acertos e as coisas boas realizadas, e perpetuá-las.

O passado, no entanto, é construído e reconstruído a todo o momento. A memória não é estática e, o seu processo, conforme Le Goff (1990, p. 424), "... faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios".

De uma maneira ou de outra, elementos culturais (nem todos e nem totalmente) foram registrados – em testemunhos escritos ou não - e mantidos ao longo do tempo. Esses testemunhos compõem a memória coletiva de uma sociedade. E a memória, escrita ou oral, permite que a herança cultural seja preservada e transmitida. A memória coletiva dá condições aos grupos de recuperarem as lembranças do que existiu, e a partir delas, de reconstituírem nichos (objetos, crenças, manifestações artísticas, cidades, etc.) que permitem essas lembranças continuarem existindo. A memória coletiva também é encontrada em atividades culturais, como festejos e celebrações religiosas, e nos "monumentos" de Le Goff (1990).

Um novo território pode ser refeito, onde a memória é preservada e mantida. Ligada a essa busca do passado e das raízes, ela permite a construção e reconstrução das identidades nesse mundo globalizado. Em face desses acontecimentos, Le Goff (1990, p. 475) mostra que:

"A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha ... a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção."

Segundo Berger e Luckmann (2000, p. 86), “um mundo institucional ... tem uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível à sua lembrança biográfica. Já existia antes de ter nascido e continuará a existir depois de morrer....”.

Nesse sentido, a memória, ao articular os grupos sociais com o tempo, faz com que eles se relacionem com seus predecessores e sucessores. Dessa forma, a herança cultural, inclusive a ordem social dominante nesses grupos, quase sempre, é transmitida de uma geração para outra.

Pode-se notar que a memória é dialética: ela pode ser um símbolo de dominação, mas também pode oferecer subsídios necessários à liberdade. Como cita Le Goff (1990, p. 476), “... a memória não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder ...”.

A memória pode ser oral ou escrita. A primeira geralmente é restrita a pequenos grupos e curtos períodos de tempo. Ela pode passar de uma geração para a outra, mas é sujeita a diferentes interpretações e alterações.

A escrita, por sua vez, torna a memória mais fixa em um determinado suporte. A interpretação dessa memória continua passível a mudanças, mas o conteúdo é registrado e pode tornar-se imutável. O suporte escrito surgiu em folhas de palmeiras, peles de osso, e depois passou para o pergaminho, papiro e finalmente o papel. Hoje esses suportes podem ser bibliográficos e arquivísticos.

Com o avanço de novas tecnologias desde o fim do século XIX, os suportes também se ampliaram, com o surgimento dos documentos audiovisuais, eletrônicos, e digitais.

A biblioteca pública é uma instituição que guarda e preserva esses suportes. O acervo, portanto, contém a memória de uma cidade, de um estado ou de um país. Ela acumula registros da inteligência da humanidade. Assim:

“Ela reflete em si o presente e guarda em si o passado, a memória local ... elementos que formarão o quadro completo, difícil em sua fragmentação ... mas que poderão ocupar espaços, como num jogo de montar, no esforço de compreensão da vida ...”.(Milanesi, 1986, p. 216).

Essa memória pode ser, na maioria das vezes, da ordem que vigorou e/ou continua vigorando. Os usuários podem, ao ter contato com esse acervo, concordar em manter ou não tal ordem. Milanesi (1986, p. 215–216) confirma isso, ao afirmar que:

“Esse zelo pelos registros que revelam o que existiu possibilita construir um espelho onde é possível a coletividade se olhar como se visse um retrato de infância, entendendo a história como o seu próprio corpo em construção. Mirar-se no antigo, no precário ou até mesmo no grotesco, é um motivo para refletir-se. A reflexão permite ver-se. Dessa maneira, a memória é um estímulo à desordem, ... ponto de partida para a reelaboração do discurso do indivíduo. A visão do passado, através de um texto ou de uma foto, ou até mesmo de um filme, é um instante de conflito entre duas informações diferentes. Dele poderá resultar uma tentativa de explicação para as transformações ocorridas. O debruçar-se sobre o registro que revela o passado é uma possibilidade de refletir sobre o passado e o presente.”

## **2.2.2 Identidade**

Cada grupo social possui uma cultura diferente. As diversas sociedades humanas, desde os primórdios da história, sempre tiveram a necessidade de preservar, com o auxílio da memória os vestígios de suas ações sobre o meio ambiente, de suas formas de sobrevivência e de convivência entre seus componentes, do modo de como enxergavam e pensavam o mundo. Cada sociedade teve a necessidade de preservar o seu acervo, as suas práticas e representações, com origens em tempos passados, e as suas instituições. Em síntese, cada grupo social possui sua própria cultura, e precisa preservá-la para manter a sua identidade.

Identidade, nesse sentido, está relacionada à cultura e à memória. O indivíduo necessita estar em um grupo de pessoas que compartilham as mesmas formas de

pensar e de viver, que são representadas por crenças religiosas, opções sexuais, hábitos culturais, etc. Constituem grupos coesos, para lutarem pelos ideais em que acreditam. Le Goff (1990, p. 476) mostra isso, ao afirmar que:

“A partir do Homo sapiens, a constituição de um aparato da memória social domina todos os problemas da evolução humana ... a sobrevivência étnica funda-se na rotina, o diálogo que se estabelece suscita o equilíbrio entre rotina e progresso simbolizando a rotina, capital necessário à sobrevivência do grupo, o progresso, a intervenção das inovações individuais para uma sobrevivência melhorada<sup>6</sup>. A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”

O acervo de uma biblioteca pública pode ser considerado um “suporte” da memória e, conseqüentemente, da identidade de um grupo, porque revela tendências e correntes literárias e artísticas, que fazem parte da cultura dessa comunidade.

Em um grupo social, cada indivíduo tem uma função a cumprir, um papel a desempenhar, para que a ordem social perdure. O papel forma a ação e o indivíduo que a realiza. Normalmente, a pessoa acaba por incorporá-lo. Nesse sentido, todo papel na sociedade acarreta uma certa identidade. Não se pode passar de negro para branco, muito menos de mulher para homem<sup>7</sup>.

Como cita Berger (1973, p. 112-113), “... numa perspectiva sociológica, a identidade é atribuída socialmente, sustentada socialmente e transformada socialmente ...” E logo em seguida ele ressalta: “... identidade não é uma coisa pré-existente; é atribuída em atos de reconhecimento social. Somos aquilo que os outros crêem que sejamos. ...”.

Assim:

---

<sup>6</sup> LEROI-GOURHAN, A. *Le geste et la parole*. Paris: Michel, 2 vols, 1964, p. 24.

<sup>7</sup> Em algumas sociedades, antigas e atuais, as diferenças entre raças e gêneros fazem com que os indivíduos desempenhem funções diferentes. Por exemplo, negros e mulheres, nessas sociedades, podem ser considerados intelectualmente inferiores, por isso, só realizam trabalhos manuais e/ou domésticos.

“... A identidade é formada por produtos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a ...” (Berger e Luckmann, 1985, p. 228)

A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre o indivíduo e a sociedade, o que significa afirmar que o indivíduo só é compreendido quando está inserido em uma sociedade.

“... o indivíduo se localiza na sociedade dentro de sistemas de controle social, e cada um desses sistemas contém um dispositivo de geração de identidade. Na medida em que for capaz, o indivíduo tentará manipular suas ligações (e, sobretudo as íntimas) de maneira a fortalecer as identidades que lhe proporcionaram satisfação do passado ... Em muitos casos, naturalmente, essa manipulação não é possível. Nesse caso, tem-se de fazer o melhor possível com as identidades de que se dispõe.” (Berger, 1973, p. 116)

A biblioteca pública, ao atender a uma ordem específica, pode também ser um sistema de controle. Ela pode controlar a leitura dos usuários, oferecendo-lhes um acervo cujo conteúdo exalte ao sistema dominante ou despreze as formas de pensamento contrárias a tal sistema.

Face ao que foi apresentado, a identidade, assim como a memória, também é contraditória, uma vez pode contribuir para a manutenção de um grupo social. No entanto, a valorização da identidade coletiva pode ser utilizada para a libertação dos membros que compõem esse grupo.

### **2.2.3 Ideologia**

Ideologia pressupõe que uma certa idéia, ou um conjunto de idéias, atende a um interesse da sociedade. Em suma, ideologia representa uma particular definição da



realidade que chega a se ligar a um interesse concreto de poder. Segundo Berger e Luckmann (2000, p. 167-168):

“Freqüentemente uma ideologia é aceita por um grupo por causa dos elementos teóricos específicos que são proveitosos aos seus interesses ... Seria errôneo, contudo imaginar que a relação entre um grupo de interesses e sua ideologia é sempre tão lógica. Todo grupo empenhado num conflito social exige solidariedade. As ideologias geram solidariedade. A escolha de uma ideologia particular não é necessariamente baseada em seus elementos teóricos intrínsecos, mas pode derivar de um encontro casual ... logo que a ideologia é adotada pelo grupo em questão ... modifica-se de acordo com os interesses que deve agora legitimar ... Mas não há razões para supor que estas modificações devam afetar a totalidade da doutrina adotada...”

Contudo, a ideologia de alguns indivíduos ou grupo de indivíduos nem sempre atende à ordem social dominante. Pelo contrário, ela pode ser oposta a essa ordem, e se manifestar através de movimentos sociais<sup>8</sup>, tais como greves, reformas, passeatas e, principalmente, através da revolução.

As bibliotecas públicas, muitas vezes, funcionaram de acordo com interesses políticos e econômicos, ou seja, foram instrumentos de manutenção do poder. Suas obras foram recolhidas em uma ordem institucional específica, que possui suas regras, convenções e hierarquias; no entanto, por vezes elas escaparam e ganharam densidade no mundo social, tornando-se recursos para inverter essa ordem dominante. Chartier (1994, p. 8 - 9) aponta que:

“o livro sempre visou instaurar uma ordem ... Todavia, essa ordem de múltiplas fisionomias não obteve a onipotência de anular a liberdade dos leitores ... E ainda que: as obras ... não tem sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção ...”

---

<sup>8</sup> São movimentos de um determinado grupo social (ou de vários grupos), cujo objetivo principal é a conquista de direitos para todos os indivíduos componentes desse grupo. Tais direitos, geralmente, são opostos às regras da ordem social dominante.

Milanesi (1986) afirma que a biblioteca pública possui duas funções que se complementam, no entanto são contraditórias: ordenar para desordenar. “Ordenar o caos das informações é a única possibilidade de dar sentido a um determinado universo informativo ...”. No entanto:

“... O conceito da desordem é produzido a partir da visão que o indivíduo tem do mundo. Ordem/desordem é permeada pela ideologia. Desordem é a ordem do outro, aquela que não nos interessa. Em termos de sociedade, os ‘agentes da desordem’ são sempre os elementos da oposição. Isso porque eles desejam substituir a ordem existente por uma outra. Quando há esse conflito de ordem, uma delas é sempre desordem para a outra. Aquela que prevalece passa a se constituir em ordem, o conjunto de valores aceitos, os costumes, as tradições, [as ideologias].” (Milanesi, 1986, p. 35)

### **2.3 O poder da biblioteca pública: leitura e escrita, em um ciclo constante de produções do conhecimento e do espírito**

O estímulo à leitura é, ou deveria ser, a principal função de uma biblioteca pública.

A existência de um acervo bem conservado e completamente organizado não tem sentido se ele não for consultado por um determinado grupo de pessoas. Em uma biblioteca pública, isso é bastante necessário, uma vez que ela foi criada para atender a um público amplo e mais diversificado. Como diz Milanesi (1986, p. 14), “Cada biblioteca serve a um determinado público. Quanto mais heterogêneo for esse público, mais diversificado será o acervo – como é o caso da pública ...”. Assim:

“Um leitor profissional pode ter grande prazer em perambular em uma biblioteca pública aberta, com livre acesso às prateleiras e, desse modo, circular no meio daquilo que é oferecido ... Na biblioteca pública, você deve encontrar livros que não procura, como se fossem eles que o procurassem ...” (Chartier, 1998, p. 119)

O autor, nessa citação, afirma que na biblioteca pública ideal o leitor deve encontrar uma enorme variedade de livros, sobre os mais diversos assuntos.

Esses livros podem ter vários significados, dependendo do olhar de cada leitor. Podem ser considerados: objetos de consumo, elementos de distinção social, manifestações de poder, instrumentos de intervenção, veículos de idéias, suportes do pensamento, registros de memória. Livros que lançam grandes idéias e novas correntes filosóficas e literárias; e livros mais efêmeros, comerciais, cujos textos serviram para o entretenimento, para a distração.

Diante desses múltiplos significados, Chartier (1994, p. 9) considera que:

“... Decifradas a partir dos esquemas mentais e afetivos que constituem a cultura ... das comunidades que a recebem, tais obras se tornam um recurso precioso para pensar o essencial: a construção de um vínculo social, a subjetividade individual, a relação com o sagrado.

Toda criação, ao contrário, inscreve suas formas e nos seus temas uma relação na maneira pela qual – em um dado momento e em determinado lugar – são organizados o modo de exercício do poder, as configurações sociais ou a economia da personalidade ... o escritor cria, apesar de tudo, na dependência. Dependência em face das regras (do patronato, do mecenato, do mercado) que definem a sua condição. Dependência, mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável.”

Nem todas as obras criadas estão totalmente vinculadas à ordem social dominante.

Seus diversos significados, alcançados através de suas leituras, podem ultrapassar os limites dessa ordem. O leitor tem mais autonomia para conseguir se desviar de algumas regras institucionais. Assim:

“... a leitura não está, ainda, inscrita no texto, e que não há, portanto, distância pensável entre o sentido que lhe é imposto (por seu autor, pelo uso, pela crítica, etc.) e a interpretação que pode ser feita por seus leitores; conseqüentemente, um texto só existe se houver um leitor para lhe dar significado.” (Chartier, 1994, p. 11)

Darnton (1990, p. 155), também mostra as diversas direções que a leitura pode seguir:

“A leitura não evolui numa direção única, a da extensividade. Ela assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em épocas diversas. As pessoas liam para salvar suas almas, refinar suas maneiras, consertar suas máquinas, seduzir os namorados, informar-se sobre as atualidades e simplesmente para se entreter ...”

A leitura, nesse sentido, é influenciada pelo contexto ou pela situação que o leitor está vivenciando.

“O ‘onde’ da leitura é mais importante do que se pode pensar, porque a contextualização do leitor em seu espaço pode fornecer indícios sobre a natureza de sua experiência.

... a leitura não é simplesmente uma habilidade; e sim uma maneira de fazer sentido, que deve variar de cultura para cultura...”(Darnton, 1990, p. 158)

Através do estudo sobre a leitura, pode-se conhecer melhor os ideais e pressupostos que estão por trás dela. A leitura é movida por uma determinada ideologia, mas pode ser a base para um novo sistema de idéias, contrário ou não ao antigo.

“Pense-se na freqüência com que a leitura alterou o curso da história ... Esses pontos sobressaem num processo mais amplo e mais vasto: o esforço infindável do homem em encontrar sentido no mundo em torno dele mesmo. Se conseguíssemos compreender melhor como ele lia, poderíamos vir a compreender como ele entendia a vida, e, por essa via – a via histórica -, quem sabe chegaríamos a satisfazer uma parte de nosso próprio anseio por um sentido.” (Darnton, 1990, p. 172)

Ao se compreender como determinados indivíduos lêem, podemos compreender melhor como eles entendiam a vida e a realidade social que o cercavam. Podemos compreender então a sua identidade.

As práticas de leitura, vinculadas à escrita, refletem a organização da biblioteca pública. Resultam dos recursos dessa instituição e da organização do acervo por princípios de classificação, critérios de constituição de coleções, catálogos. O saber adquirido através da leitura é reelaborado e mobilizado na escrita de novos textos sobre os mais variados temas, onde são expostas a reflexão e a compreensão de mundo por parte dos usuários da instituição. Assim, a memória do leitor-escritor é exteriorizada em livros, artigos, fotografias, etc.

Nesse sentido, escrever sobre uma biblioteca pública significa analisar também as mudanças dos leitores e das leituras, além de avaliar as políticas comunicação da

informação exercidas pelo poder público. É mostrar o processo de acumulação das obras que se tornaram instrumentos de pesquisa, informação, lazer.

### **3 ORIGENS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BELO HORIZONTE: A “SOCIEDADE LITERÁRIA”**

“... Era alli que ellas [pessoas cultas que habitavam a nova cidade que estava sendo construída] descansavam o espirito em leituras de livros, revistas e jornaes, todas as noites, até a inauguração da cidade, quando se extinguiu a Comissão Constructora.” (Barreto, 1935, p. 7)

Neste capítulo será analisada a criação da Biblioteca Pública de Belo Horizonte. Para sua melhor compreensão, também será necessária uma abordagem das contextualizações políticas brasileira e mineira, e da fundação de Belo Horizonte.

A contextualização também será apresentada sob o cenário cultural e educacional do país e, além disso, serão apontados os conceitos sobre bibliotecas públicas surgidas no período, criados por pensadores da área biblioteconômica.

#### **3.1 Contextualização da criação da Biblioteca Pública de Belo Horizonte**

##### **3.1.1 O cenário brasileiro**

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi criada em 1894, quando o Brasil tinha acabado de se tornar uma república<sup>9</sup>. No entanto, havia uma grande incerteza quanto

---

<sup>9</sup> O Brasil tornou-se uma república em 1889.

às concepções de como organizar a República, sendo possível duas delas: a república federativa e a república positivista.

O Brasil poderia ser uma república federativa, o que determinaria um grau de autonomia dos estados, e era defendida por representantes políticos das classes dominantes de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Era um modelo liberal, cuja base seria constituída de cidadãos, representados na direção do Estado por um presidente eleito e pelo Congresso.

Outra concepção importante seria a de uma república positivista, idealizada pelos gaúchos e alguns oficiais militares.

“... Eram jovens que haviam freqüentado a Escola Militar e recebido a influência do positivismo... A República deveria ter ordem e também progresso. Progresso significava ... a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações.” (Fausto, 1999, p. 246)

A proclamação da República no Brasil foi recebida com restrições na Inglaterra, mas saudada com entusiasmo na Argentina e nos Estados Unidos. Nesse período, ocorria em Washington a I Conferência Internacional Americana, que marcou o início de um nítido deslocamento do eixo da diplomacia de Londres para aquela cidade norte-americana. A política do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, contando com a ação de Joaquim Nabuco, embaixador brasileiro em Washington, promoveu uma aproximação do Brasil com os Estados Unidos que garantiu ao país a condição de primeira potência sul-americana.

Essa aproximação fez com que a primeira Constituição da República, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, se inspirasse no modelo norte-americano, consagrando a concepção de República federativa liberal. Ela determinou:

- a autonomia dos Estados: a eles caberiam poderes e direitos. Tornaram-se autorizados a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos e organizar forças militares próprias. No entanto, a União não perdeu todos os seus poderes, ficando com os impostos de importação, com os direitos de criar bancos emissores de moeda, de organizar as forças armadas nacionais, etc. Ainda poderia intervir nos Estados para restabelecer a ordem e assim manter a forma republicana federativa;
- estabelecimento dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – que deveriam ser “harmônicos e independentes entre si”. O Poder Executivo caberia ao Presidente da República, que exerceria o mandato por um período de quatro anos; e o Legislativo foi dividido em Câmara dos Deputados e Senado;
- voto direto e universal. Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, exceto os analfabetos, os mendigos, os praças militares e as mulheres.;
- separação entre Igreja e Estado: importantes funções, até então exercidas pela Igreja Católica foram atribuídas ao Estado.

Conforme Julião (1996, p. 50), a passagem do Império para a República parecia vir coroar uma série de mudanças que, na virada do século, atingiria diferentes setores da vida no país.

“Embora tímidas, tais transformações acenavam para a possibilidade de se instituir uma nova ordem social. Sobretudo, funcionavam como um estímulo a um sentimento que se generalizara nos meios políticos e intelectuais, o de que se iniciara um tempo de transição.” (Julião, 1996, p. 50 – 51)

Do ponto de vista educacional, a República foi atingida por um fervor ideológico: “... democracia, federação e educação constituíam categorias inseparáveis apontando a

redenção do país...” (Nagle, 1997, p. 261). O Brasil, então, começou a pensar e a repensar sobre o programa de educação, passando essa a ser vista como algo que iria salvar o país do atraso e da desordem.

A Constituição de 1891, em termos legais, determinou que a responsabilidade da educação deveria ser dividida entre União e Estados: à União competia fixar os padrões da escola secundária e superior, enquanto que a escola primária e técnico-profissional seriam de competência dos Estados.

“... Essa é uma das razões mantenedoras do chamado ‘dualismo’ do sistema escolar brasileiro, traduzido, muitas vezes, na contraposição entre as escolas de “elite” – secundária e superior – e as escolas do “povo” – primária e técnico profissional ...” (Nagle, 1997, p. 266)

“No entanto, o advento da República representava, no imaginário de políticos e profissionais liberais, o rompimento com a herança colonial. Essa utopia era alimentada pela noção de progresso e pela crença de que a ciência e a técnica seriam importantes no processo de reorganização da sociedade brasileira. “Era início de um tempo que preconizava a modernização e o desenvolvimento nacional ...” (Julião, 1996, p. 51)

### **3.1.2 O cenário mineiro**

Minas Gerais, na década de 1890, não tinha o potencial econômico de São Paulo e dependia dos benefícios da União. Era um estado economicamente fragmentado entre o café, o gado e, de certo modo, a indústria, apesar de não ter um pólo dominante nesse ramo. Em termos políticos, a elite mineira passou a acumular poder como políticos profissionais, exercendo forte influência na Câmara dos Deputados e



controlando o acesso a muitos cargos federais. Através dessa influência, tiveram êxito em um de seus objetivos: a construção de ferrovias em território mineiro. Como diz Wirth (1997, p. 95), "... o principal ativo do Estado não era o poder econômico nem a força militar, mas a unidade política".

Em Minas Gerais, a elite política estava intimamente ligada ao Estado, onde mineiros natos se engajavam na política. Em 1891, um dos seus objetivos era fundar uma escola de direito mineira; a educação deveria ser feita em casa, e não no Rio ou São Paulo.

Depois da promulgação da Constituição Federal de 1891, os governos municipais tornaram-se esvaziados, sendo que os chefes locais ficaram dependentes economicamente do governo do Estado para obras públicas e nomeações políticas. O que também ocorreu em Minas Gerais.

Na década de 1890, a elite política de Minas preocupou-se com problemas internos, uma vez que os governos estadual e locais passaram por reorganizações administrativas e políticas. Dentre essas reorganizações, ocorreu a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, o que será abordado a seguir.

### **3.2 Fundação de Belo Horizonte**

"O trono cai. Viva a República!  
Abaixo o nome desse burgo  
Chamado de 'Curral Del Rei'!  
à falta de melhor batismo  
Já no Clube Republicano  
vai José Carlos Vaz de Melo  
propor e expor alternativa  
Mas o nome predestinado  
Ocorre a mestre Luiz Daniel  
E o que decreta João Pinheiro  
(calendário doze de abril).  
mil oitocentos e noventa)

nos enternece por decreto  
de devoção amor orgulho  
e tudo mais: Belo Horizonte”

Henriqueta Lisboa

A idéia de mudar a capital de Minas Gerais de Ouro Preto para outro local não era nova. Mas foi somente na última década do século XIX que houve um consenso nas classes dominantes quanto à necessidade de mudar a capital para um local que fosse condizente com a nova fase republicanista e progressista em que o país estava vivendo. Le Ven (1977, p. 19) explica essa situação:

“Solidificando o modo de produção capitalista no campo, principalmente pela abolição da mão de obra escrava, e dadas as novas condições de relativa autonomia dos Estados depois da proclamação da República, que ao nível jurídico-político tanto carecia a ex-província, é criado o clima necessário para a concretização da idéia de mudar a Capital para Belo Horizonte ...”

Julião (1996), confirma a citação acima, ao afirmar que Belo Horizonte figurou como obra simbólica de maior envergadura da República em Minas Gerais. Embora a idéia de mudança da capital fosse antiga, o advento do novo regime constituiu um momento propício para que as elites mineiras concretizassem o projeto.

“A atmosfera de incerteza política e de efervescência ideológica dos primeiros anos da República, em meio à necessidade de legitimar, sem dúvida, delineou um horizonte favorável ao gesto de construção de uma nova cidade-capital.” (Julião, 1996, p. 49)

Novas forças econômicas, representadas pelas zonas cafeeicultoras das Zonas da Mata e do Sul, emergiram com República. Os grupos representativos dessas forças iniciaram uma luta para obtenção do Poder Político, contra a zona de mineração, tradicional centro político.

Viveu-se, então, um período agitado no qual lutas traduziam as diversas posições das elites dominantes de diferentes regiões de Minas. O Grupo do Norte, representado por

Afonso Penna, então Senador da República, propunha que sua zona, localizada no Vale do Rio Doce, deveria ligar-se a algum centro econômico próspero do Espírito Santo, através da criação de um centro agro-exportador similar ao da Mata e do Sul ligados respectivamente ao Rio e São Paulo. Entretanto, o Presidente do Estado, Augusto de Lima, defendia a mudança da capital para Belo Horizonte.

Os grupos do Sul e da Mata eram inimigos da localização do centro do poder em Ouro Preto, apresentando como argumentos contrários as dificuldades que a topografia da cidade acarretava; a incapacidade do Município em arcar com as despesas da capital; a improdutividade dos solos das áreas vizinhas; o desvio dos recursos do Estado para custeamento das obras da capital; as dificuldades e as elevadas despesas em transformar o local em centro do sistema viário estadual. Ouro Preto representava a velha ordem econômica e política, fruto de um governo opressor e centralizador e, portanto, deveria ser substituída por uma nova ordem representada pelas Regiões da Mata e do Sul, que se destacavam como importantes regiões econômicas do Estado. A cidade de Juiz de Fora, centro econômico e político da Zona da Mata, representava essas novas forças econômicas com ideais republicanos.

No entanto, as zonas da Mata e do Sul não possuíam a maioria dos votos no Congresso Mineiro, e poderia acontecer ou a separação do Estado de Minas Gerais ou a transferência da capital para um lugar mais próximo aos interesses imediatos dessas zonas. Elas acabaram por indicar, como novo local para a capital, a Várzea do Marçal ou suas proximidades.

Barreto (1996) apontou que o senador José Pedro Drummond pronunciou discurso favorável a Belo Horizonte no Congresso Mineiro em Barbacena, através de uma argumentação lógica não apenas firmada em conhecimentos e observações próprias,

como também nos pareceres da comissão técnica. O senador alegou que o local possuía, em função da disposição de seu terreno, altitude média, clima temperado, abundância e qualidade física das águas, facilidades de esgoto e riquezas naturais, condições que propiciavam a construção da nova cidade. Segundo Mourão (1970, p. 20), dentre as três localidades estudadas para a futura capital - Várzea do Marçal, Paraúna e Belo Horizonte, a comissão encarregada dos estudos sobre elas, chefiada por Aarão Reis, escolhera a primeira. Mas a proposta do Dr. José Pedro Drumond ao Congresso Mineiro favoreceu a escolha de Belo Horizonte.

“A escolha de Belo Horizonte foi portanto uma solução de compromisso. Para não ser o Vale do Rio Doce, nem a Várzea do Marçal, uma terceira solução seria vencedora. O resultado da luta entre zonas decadentes e zonas prósperas do Estado destinou Belo Horizonte a ser a nova capital do Estado.” (Le Ven, 1977, p. 23)

Os defensores de Belo Horizonte afirmaram que a nova capital seria sinal de um novo tempo, como centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e poder. Em conseqüência, seria foco de irradiação da civilização e do progresso, um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do Estado. (Julião, 1996, p. 50)

Por meio de votação, Belo Horizonte venceu por dois votos sobre a Várzea do Marçal. Assim, representou uma terceira solução, resultado da luta entre zonas decadentes e zonas prósperas do Estado.

“Foi realmente destruída a velha ordem política ligada à mineração. As forças dinâmicas ascendentes vão saber se reagrupar na nova cidade; são elementos do Sul e da Mata, comerciantes de Ouro Preto, todos ligados a uma perspectiva modernizante, com base economicamente agrária e politicamente republicana.” (Le Ven, 1977, p. 29)

Teve início assim, em 1893, a construção da primeira cidade planejada do Brasil: Belo Horizonte, que na época era uma localidade conhecida como Curral d’el Rey. O

Presidente do Estado contratou uma Comissão Construtora encarregada de planejar e executar a construção da cidade - na época foi denominada como Cidade de Minas - sob a direção do engenheiro Aarão Reis.

“Aarão Reis era um engenheiro que já havia estado em outras cidades do mundo, principalmente em Paris, estudando as inovações urbanísticas mais modernas e avançadas da época. Aliado a isto, o engenheiro era um positivista de posições firmes chegando mesmo a elaborar vários textos onde discutia o papel do Estado, a sociedade, questões políticas e econômicas ...” (Silva, 1991, p. 11)

Belo Horizonte, então, foi construída sob uma forte influência positivista. O positivismo era uma corrente forte do século XIX, e assumiu no Brasil uma idéia ligada à ordem e ao progresso. O ideal de progresso era representado pela modernização da sociedade, através da elaboração de novas técnicas, do desenvolvimento da indústria e das comunicações. A cidade, então, deveria ser moderna, desenvolvida e civilizada, no sentido de não apresentar conflitos sociais, como descreve Silva (1991, p.12):

“Um plano estava sendo proposto a partir de uma realidade exterior ao espaço onde seria implantado, com uma concepção de que a sociedade se moldaria ao espaço já estruturado, e o Poder Público o executaria como uma estratégia de ação político-administrativa. A forma da cidade, neste caso, não estava se conformando como uma testemunha do passado mas, sim, como criadora de um futuro que se queria.”

A Cidade de Minas, segundo seus planejadores, seria dividida em uma parte central denominada “urbana” e outra que a contornaria, cujo nome seria “suburbana”. A primeira compreenderia o centro administrativo e político, além de ser uma região comercial; a segunda, por sua vez, formaria os bairros, e seria envolvida pela zona “rural”, reservada aos sítios destinados à pequena lavoura. Essa zona seria responsável pelo abastecimento da cidade.

Segundo o plano inicial da construção da cidade:

“Dentro da zona urbana existirão muitas praças de tamanhos e formas diversas, cortando ruas e avenidas dando amplitude para o efeito

arquitetônico dos edifícios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados. O Palácio do Governo será erguido no centro da Praça da Liberdade para onde deverão convergir cinco das principais avenidas da cidade. Os Palácios da Administração e do Congresso ficarão frente a frente na Praça da Lei, que será circular e ponto de ligação de seis avenidas. Será criada uma praça triangular onde ficarão o Palácio da Municipalidade, a Biblioteca e o Museu.” (Silva, 1991, p. 12–13)

Antes da cidade começar a ser construída, existia um arraial, o Curral d’ El Rei, cuja atividade econômica se restringia a algumas fábricas de farinha, de aguardentes e aos curtumes. Com o anúncio da construção da nova capital, os moradores locais, que eram republicanos, acreditavam que ela seria completamente diferente de Ouro Preto, sem monarquia e escravidão, mas tão boa quanto a república. O espaço urbano, conforme Julião (1996, p. 51), era descoberto como horizonte dessa nova ordem, e a tarefa de organizá-lo chegava mesmo a se confundir com o projeto de modernização.

A Cidade de Minas foi idealizada como o retrato da nova experiência política pela qual o Brasil estava passando: a de um país republicano. Assim, a cidade foi planejada e construída, conforme Silva (1991), como um labirinto em xadrez, ordenado, rigidamente traçado, que poderia se desenvolver em um crescimento geométrico, rumo aos novos desígnios da nação. Esse labirinto da “ordem e progresso” foi inaugurado em 12 de dezembro de 1897.

### **3.3 A criação da Biblioteca Pública de Belo Horizonte**

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi criada no espírito que orientou a construção de Belo Horizonte, precedendo a inauguração da cidade.

Em 19 de agosto de 1894, houve uma visita por parte do Presidente Afonso Pena, do Presidente do Estado Bias Fortes e do Secretário da Agricultura, Davi Campista, para verificar os andamentos dos trabalhos exercidos pela Comissão Construtora. O evento foi descrito por Barreto (1996<sup>10</sup>, p. 184):

“Aquela visita – cujos salutares efeitos para o regular prosseguimento do grandioso empreendimento eram óbvios -, salientava A Folha, importava uma verdadeira consagração da nova capital mineira e sua data podia ser considerada como a da fundação oficial da futura cidade de Minas, que, colocada no cruzamento das duas mais importantes estradas de ferro do Brasil – a Central e a Espírito Santo-Minas, seria, dentro de poucos anos, o maior centro de atividade, de riqueza e de conforto do grande planalto brasileiro, de cerca de mil metros de altitude, dominava toda a América do Sul.”

A impressão das autoridades visitantes em relação aos trabalhos foi bastante positiva, e alguns funcionários foram premiados. Tal evento fora um grande incentivo para as pessoas que estavam trabalhando no local, “... ao mesmo passo que vinha reanimar a confiança nos espíritos indecisos e timoratos, que olhavam as obras da futura capital com pessimismo e descrença ...” (Barreto, 1996, p. 185). Diante disso, novas atividades foram estimuladas para o desenvolvimento não apenas técnico e material, mas também intelectual e cultural da cidade. Dentre estas, destacou-se a fundação da biblioteca, por ser considerada como guardiã da cultura e da memória.

Alguns membros da Comissão Construtora “... não só procurando conforto e recreio para o espírito nos seus dias de permanência afanosa no arraial, como também querendo deixar de si uma lembrança duradoura ...” (Barreto, 1950, p. 90) – os engenheiros Fábio Nunes Leal, Samuel Gomes Pereira, Américo de Macedo e José de Magalhães – deliberaram fundar a “Sociedade Literaria Bello Horizonte”, cuja finalidade seria a organização de uma biblioteca e um museu.

---

<sup>10</sup> Essa obra foi publicada em duas edições anteriores. A primeira edição foi publicada em 1928; e a segunda edição, revista e aumentada, em 1936.

Em 27 de agosto de 1894, os engenheiros citados acima se reuniram com Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora e responsável pelo planejamento e construção de Belo Horizonte, para apresentar um ofício que expunha os planos da fundação e as bases da instituição. Nessa reunião foi exposto o ideal que os motivara a criar a Biblioteca:

“A honrosa missão de que fostes incumbido pelo Governo de Minas Geraes, de construir a nova Capital e que vae sendo por nós desempenhada com tamanha proficiência e acerto, para que se complete, com toda a louçania e brilhantismo de que é digna, necessario é, parece-nos, ao lado dos edificios que se levantam, dos templos que se projectam, das avenidas que se rasgam, dos parques que se povoam de frondosas arvores, se vão, ao mesmo tempo, na modestia dos esforços individuaes e particulares, creando os núcleos das instituições scientificas e literarias, que lhes serão as glorias do futuro, e o maior estimulo para o seu povoamento no presente.

Neste elevado pensamento, temos proposto aos companheiros de trabalho a colligação de todos nós no honroso proposito de fundar aqui uma modesta bibliotheca, inicio e prodromo da futura e rica bibliotheca da Capital deste grande Estado, concorrendo cada um com o numero de volumes que possa dispensar de suas estantes e, ao mesmo tempo, com pequena mensalidade para a aquisição de outras e de jornaes scientificos, sendo complemento da projectada criação um museu ...” (Barreto, 1935, p. 5)

É interessante observar que os membros da Comissão consideravam a Biblioteca como o repositório das “glórias do futuro”, ou seja, da cultura que iria se formar na cidade. No entanto, eles propuseram que a coleção inicial fosse formada com materiais informacionais ligados à sua atividade profissional, o que significa então que o acervo seria voltado para um público específico. Nesse sentido, parecia não haver interesse por parte da Comissão que a população da cidade - composta por pessoas simples, dentre elas, antigos moradores do Curral d’El Rei e por operários –tivesse acesso à informação que estava sendo armazenada na Biblioteca. Isso significa que não era interessante que essas pessoas pensassem.



A filosofia que norteou a criação da Biblioteca foi inspirada em modelos americanos, conforme pode ser visto no depoimento de Barreto (1935, p. 6):

“Na América do Norte, como sabeis, as maiores instituições congêneres á que ora empreendemos, tiveram identica origem e, hoje, assombram o mundo inteiro, com a sua grande e pujante riqueza. É o primeiro cuidado daquelle grande povo, ao fundar suas cidades, levantar, junto aos templos, as escolas, as bibliothecas e os museus, offerecendo, desde logo, aos seus habitantes, conforto ao corpo, luz ao entendimento, tranquillidade á alma. Nós, que hoje procuramos imital-o tanto, não o devemos tomar de exemplo só para os factos da política; antes é de preferênciã sirva-nos elle no vasto campo da industria e do progresso de seguro guia, que de facto é.”

Nos Estados Unidos, conforme Mueller (1984), em fins do século XIX, a educação se tornou base fundamental para a democracia, e cura para todos os problemas sociais. Nesse contexto, a biblioteca pública estava sendo fervorosamente defendida e promovida, uma vez que era considerada como um meio capaz de difundir a educação, tratando a todos como iguais e colocando os recursos da nação ao alcance de todos. Pela citação anterior, pode ser verificado que os membros da Comissão, ao criar a Biblioteca Pública de Belo Horizonte, estavam inteirados a respeito desse papel que a biblioteca pública americana adquiriu. Além disso, podemos pensar que a proclamação da República brasileira, juntamente com seus ideais de educação, desenvolvimento e progresso da nação, também influenciou a criação da Biblioteca, uma instituição que poderia contribuir para a concretização daqueles ideais.

Aarão Reis foi convidado a ser presidente honorário da instituição, e lhe foi solicitada uma casa adequada. Como todas as casas pertenciam ao quadro governamental de funcionários, era necessária a intermediação do engenheiro-chefe da Comissão para que isso fosse possível. Ele aceitou o convite e cedeu imediatamente uma casa velha

existente no Largo da Matriz, à esquerda da igreja, onde a biblioteca funcionou até depois de inaugurada a nova capital. Assim:

“Instalada a biblioteca, com a denominação de ‘Sociedade Literária de Belo Horizonte’, era aquele ponto favorito de reuniões dos funcionários da Comissão Construtora e demais pessoas cultas do arraial. Era ali, em sala apropriada, que comentavam os acontecimentos de cada dia e as novidades que iam pelo mundo. E era ali que nasciam as iniciativas daqueles dias e daquela gente.” (Barreto, 1995, p. 188)



FIGURA 1 – Prédio situado no Largo da Matriz da Boa Viagem, onde se fundou e funcionou a Biblioteca Pública de Belo Horizonte, até depois da inauguração da cidade.

FONTE – Barreto, 1996, p. 187.

Diante disso, surge um grande questionamento: aquelas pessoas simples da cidade apresentavam condições econômicas e um nível de educação suficientes para poderem adentrar na Biblioteca e terem acesso ao seu acervo?

Apesar de Belo Horizonte ter sido planejada para se tornar uma cidade ideal, ela foi construída em cima da exclusão social. O arraial havia sido desapropriado, o engenheiro-construtor esperava que a população desocupasse o espaço, senão medidas enérgicas seriam necessárias.

“... Assim, a população do Arraial vai se retirando, alguns para cidades do interior, outros para os arredores da nova capital. Eles se retiravam para ceder lugar a gente nova que vinha trazer o progresso. Sobre o

arraial demolido foram surgindo outras casas, outras ruas ...” (Silva, 1991, p. 9)

Desde o início da construção, milhares de pessoas, principalmente os operários que vieram para construir a cidade, não tinham onde morar. Isso provocou o surgimento de inúmeras cafuas e barracões, conformando favelas, em locais ainda não previstos para serem habitados pelo planejamento do engenheiro Aarão Reis.

Como uma população que não tem condições mínimas de moradia vai ter acesso a um “templo do saber e cultura” representado pela Sociedade Literária? Seria necessário que duas medidas importantes fossem tomadas, sendo que uma delas relativa à própria Biblioteca. Essa deveria adquirir um acervo e prestar serviços adequados a um público heterogêneo. A outra medida, que deveria ser tomada pela Administração Pública, seria a de proporcionar melhorias, sejam elas habitacionais e educacionais, para a população da cidade.

O acervo inicial da instituição compôs-se de livros doados pelos próprios membros da Comissão. Era sempre solicitada por esses membros a coleção do jornal “Minas Geraes”, conforme pode ser visto no seguinte documento:

“Transmittindo-vos a inclusa carta em que o D. or Fabio, membro da comissão constructora da nova capital, pede que por meu intermédio, perante a Gerencia do Minas Geraes, seja-lhe, quanto antes enviada uma colleção completa do referido jornal, relativa aos annos de 1893 e 94 de esta data, para sua biblioteca no Bello Horizonte, peço-vos [dignus] tomar este pedido na devida consideração.” (APM, AS – 365)

Há também o registro de recebimento de revistas científicas, por parte dos membros da Comissão, Samuel Pereira, José de Magalhães e Fábio Nunes Leal, em 25 de outubro de 1894:

“Nós abaixo – assignados, directores da Associação Literaria Bello Horizonte, declaramos que recebemos do Primeiro Escriptuario – Dr [Lucio] Ferreira – [sic] de Sr. Dr. Engenheiro Chefe, as Revistas scientificas assignadas pela Comissão Constructora da Nova Capital,

cuja lista aqui inclusa, responsabilizando-nos pela sua conservação ...”  
(MHAB, CC. Da 3 / 011, p. [01])

A lista (ver Anexo 1) apresenta títulos de periódicos técnicos e científicos, sobre arquitetura, construção, aspectos naturais. A maioria deles, 58%, eram de origem francesa, 25% eram escritos em idioma inglês, e 12,5% em idioma alemão, e apenas um periódico era em idioma português. Esse registro mostra a propensão da Comissão, especialmente por parte de seu engenheiro-chefe, em receber os “ecos de modernização” do continente europeu, o que representou uma tendência naquele período: a cultura brasileira estava se inspirando no modelo cultural europeu, principalmente no francês. Além disso, o acervo era especializado, cujos assuntos eram apropriados aos engenheiros.

À Biblioteca foi dada a denominação de “Sociedade Literária de Belo Horizonte”. (Boletim, 1970, p. 52). Em 1895 ela já contava com cerca de 840 volumes, e em 18 de agosto desse mesmo ano, era eleita sua segunda diretoria:

“...os Drs. Samuel Gomes Pereira, Manuel da Silva Couto, Cícero Ferreira, Fábio Nunes Leal e Benjamim Quadros; e para a comissão de Bibliografia escolheram-se os Srs. Dr. Adolfo Radice, Artur Rodrigues Lira e Carlos Sauvage. ...”. (Barreto, 1996, p. 535)

É interessante observar que já havia uma provável preocupação com a seleção das obras que expandiriam o acervo da biblioteca, a ser realizada possivelmente pela comissão de Bibliografia<sup>11</sup>.

A seleção de obras era resultado de um pensamento biblioteconômico que se iniciara naquele período, desfavorável à entrada de obras consideradas “perniciosas” no

---

<sup>11</sup> Não foi encontrado nenhum registro sobre a existência de uma comissão de bibliografia antes da formação da segunda diretoria da Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

acervo. Dewey (1898)<sup>12</sup>, citado por Mueller (1984, p. 12), um dos maiores estudiosos sobre bibliotecas, afirmara que:

“... a biblioteca não poderia continuar a ser ‘um receptáculo passivo’, mas ‘... uma força educacional agressiva na comunidade’, cuja responsabilidade incluía a manutenção da qualidade dos livros e revistas que oferecia ...”

Ele atribuía o sucesso do povo anglo-saxônico à educação e ao saber, e a biblioteca pública, com seu acervo e com a difusão da informação para a população, contribuiu também para esse sucesso. Esse pensamento estava presente na formação do acervo da Sociedade Literária de Belo Horizonte.

Em 10 de janeiro de 1897, a Sociedade Literária aprovava os seus estatutos, o que indicava que ela estava se institucionalizando, adotando normas que deveriam apontar cargos, funções, condições para consulta, etc., o que não foi possível comprovarmos por não termos acesso ao estatuto. No dia 18 desse mês, foi eleita a terceira diretoria para administrá-la durante aquele ano, assim composta:

“... presidente, Dr. Adalberto Ferraz<sup>13</sup>; vice-presidente, Dr. Manuel Couto; 1º. secretário, Dr. Ludgero Dolabela; 2º. secretário, Antero da Silveira; 1º. bibliotecário, Artur Lira; 2º. bibliotecário, Otávio Carneiro; tesoureiro, coronel Manuel Lopes de Figueiredo ...” (Barreto, 1996, p. 535).

Houve uma maior divisão de tarefas, na área administrativa, financeira e técnica; e pela primeira vez aparece a figura do bibliotecário, ou seja, o funcionário responsável pela seleção, organização e disponibilização do acervo. O bibliotecário, em fins do século XIX, junto com a biblioteca, adquire um novo papel. Ele deixa de ser um catador de ratos entre livros embolorados “..., o bibliotecário é, no mais alto sentido, um professor

---

<sup>12</sup> DEWEY, Melvin. The relation of the State to the public library. In: McCrimmon, Barbara (ed.). *Americana Library philosoph – an anthology*. Hamden, Conn., Shoe String, 1975. p. 1 – 9. Originally published: Transactions and proceedings of the 2<sup>nd</sup> International Library Conference, 1898.

<sup>13</sup> Ele foi primeiro prefeito de Belo Horizonte, cuja gestão ocorreu entre 29 de dezembro de 1897 e 06 de setembro de 1898.

...” (Dewey<sup>14</sup> citado por Mueller, 1984, p. 11). Nesse sentido, o bibliotecário passa a exercer papel importante para a difusão da informação, e não apenas para sua preservação.

Quando a nova capital fora inaugurada, em 12 de dezembro de 1897, e foram encerrados os trabalhos da Comissão Construtora, o acervo da Biblioteca, que contava cerca de 4.000 volumes foi doado à Prefeitura, conforme mostra o seguinte registro:

“De 15 de novembro de 1894 a 1900, a ‘Bibliotheca de Minas’ foi oferecida à Prefeitura, conforme o determinou aquella sociedade, que em assembléa geral, a 17 de março do anno precitado, approvou as bases para a doação ...” (Bello Horizonte, 1911, p. 21).

Segundo Barreto (MHAB, AB/Pi-4/006, p. 1), a Biblioteca estava instalada na Rua da Bahia, no Edifício da Câmara, desde 1899. “... para lavrarem a escritura de doação no valor de 20.000 \$ foi nomeada uma comissão composta dos ... Srs. Dr. Prado Lopes, Dr. Olimpio de Assis e Coronel Manoel Lopes de Figueiredo ...”

Após a transferência, o primeiro bibliotecário foi o Sr. Amadeu Quaglia, cujos serviços foram bastante relevantes e reconhecidos, o que pode ser notado no seguinte registro:

“Resta-me, ao terminar esta parte do meu relatório, dizer que a direção interna da bibliotheca, confiada à competencia e zelo do sr. Amadeu José Quaglia, nada deixa a desejar. Este funcionario é digno de elogios pelo cabal desempenho que tem dado às funções do seu cargo.” (Bello Horizonte, 1906, p. 14)

Os aspectos ideológicos, políticos e administrativos sempre influenciaram a política educacional e cultural de uma cidade, inclusive no que diz respeito à criação e à manutenção de bibliotecas públicas. Na cidade de Belo Horizonte também se observou essa influência: a cidade foi idealizada e construída dentro de um ideal republicanista,

---

<sup>14</sup> DEWEY, Melvin. The profession. In: ELLSWORTH, Dianne J. & STEVES, Norman D., eds. *Landmarks of library literature, 1876-1976*. Metuchen, N. J., Scarecrow Press, 1976, p. 21 – 23. Originalmente publicado: *Library Journal*, v.1, n.1, Sept. 30, 1876.

de acordo com o novo sistema político que nascia no Brasil e que era copiado dos Estados Unidos, uma vez que este país era considerado o modelo de república federativa. Esse sistema representava também a supressão da tradição colonial e um “salto para a modernidade”; além disso, apresentava um ideal positivista, que associava a república ao projeto de progresso e civilização e que era simbolizado pela ordem, implantada através de leis e regras que deveriam orientar a conduta da população. A educação, democracia e federação estariam diretamente ligadas à redenção do país. A Sociedade Literária de Belo Horizonte foi criada na cidade para atender àquele projeto, seguindo as idéias e moldes europeus e americanos. No entanto, apesar dessas influências que permeavam a mentalidade dos criadores da Biblioteca, esta instituição possivelmente não cumpriu o objetivo de educar os habitantes de Belo Horizonte, uma vez que o acervo era inicialmente direcionado a um público específico, composto por engenheiros e intelectuais.

## 4 - DA INSTITUCIONALIZAÇÃO MUNICIPAL ATÉ A EXTINÇÃO: UMA TRAJETÓRIA DETERMINADA POR BELO HORIZONTE E DETERMINANTE EM BELO HORIZONTE

“... os historiadores de bibliotecas, ... ‘têm se dedicado a descobrir não só como as bibliotecas influenciam a sociedade de sua época, mas também como a sociedade inibe, encoraja, ou dirige o crescimento de bibliotecas’. (Johnson; Harris<sup>15</sup> citado por Gomes, p.1981, p. 17)

Neste capítulo, será abordada a trajetória da Biblioteca: desde quando doada para a Prefeitura da Cidade de Minas<sup>16</sup>, até 1963, quando o seu acervo foi transferido para a Biblioteca do IMACO, através da lei municipal n. 1054, de 07 de novembro.

Serão apresentados os aspectos administrativos, técnicos, políticos, ideológicos e sócio-culturais dessa trajetória, determinados pela história da cidade e do país.

A análise histórica nos permite dividir sua trajetória em três fases distintas, marcadas por mudanças administrativas que determinaram o espaço que a instituição ocupou na cidade:

---

<sup>15</sup> JOHNSON, Elmer D. & HARRIS, Michael H. *Hiistory of Libraries in the Western World*. Metuchen: The Scarecrow Press: 1976.

<sup>16</sup> O nome da nova capital foi Cidade de Minas, até 1901, quando a lei estadual n. 302 de 1º de julho mudou a denominação da cidade para Bello Horizonte.



- primeira fase ou fase inicial, compreendendo os primeiros trinta anos: quando a Biblioteca era ainda subordinada à Secretaria e continha um volume de acervo e um quadro de funcionários reduzidos;
- segunda fase ou fase intermediária, entre 1930 e 1937: a Biblioteca tinha seu próprio regulamento, não era subordinada a nenhum departamento da Prefeitura. Esse foi, também, seu período de expansão;
- terceira fase ou fase final, entre 1937 e 1968: a Biblioteca passou a ser subordinada a departamentos diversos da Prefeitura e deixou de ter seu regulamento. A partir de então a instituição entrou em declínio.

#### **4.1 Aspectos administrativos e técnicos**

Alguns questionamentos podem ser levantados em relação à Biblioteca Pública de Belo Horizonte e sua inserção na vida da cidade e de seus habitantes. Considerando o fato de Belo Horizonte ter sido planejada, construída e idealizada para se tornar centro administrativo e político de Minas Gerais e, também ter se tornado uma cidade universitária, a Biblioteca Pública tinha o porte necessário para atender o público de uma cidade como essa? Para responder a esses questionamentos, neste capítulo analisaremos:

- o quadro de funcionários e a modificação da função da Biblioteca na administração municipal, através das posições hierárquicas que ocupou;

- a formação do espaço físico e do mobiliário da Biblioteca, elementos importantes para essa instituição, uma vez que são necessários para a organização e preservação do acervo;
- os trabalhos de desenvolvimento, organização e preservação do acervo da Biblioteca.

Esclarecemos que esta análise é fundamental para que possamos compreender, posteriormente, os aspectos políticos, ideológicos e sócio-culturais que nortearam o desenvolvimento da Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

#### **4.1.1 Evolução administrativa da Biblioteca Pública de Belo Horizonte na Prefeitura e quadro de funcionários**

Para que sejam compreendidos os serviços e importância da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, é necessário apresentar a sua situação administrativa na Prefeitura, a que foi subordinada durante quase toda a sua trajetória. Foram utilizadas como base as legislações estaduais e municipais.

A Prefeitura foi criada no dia 29 de dezembro, pelo decreto estadual n. 1088 e deveria ser subordinada ao Presidente do Estado. Em 27 de outubro de 1898, foi organizada pelo decreto estadual n. 1208 e, em 15 de abril de 1899, é reorganizada pelo decreto estadual n. 1277.

Em termos legislativos, segundo Barreto (MHAB, AB/Pi-4/006, p. 2)<sup>17</sup>, a Biblioteca Pública de Belo Horizonte é citada pela primeira vez na portaria n. 22, de 17 de agosto de 1904, que regulamentava a instituição. No dia 19 de janeiro de 1907, a Prefeitura foi

---

<sup>17</sup> Não foram encontrados registros sobre essa portaria em documentos legislativos.

novamente reorganizada pelo decreto estadual n. 1973 que, através do artigo 9<sup>18</sup>, tornou a Biblioteca subordinada à Secretaria (1<sup>a</sup> seção)<sup>19</sup>. Este órgão, por sua vez, era diretamente subordinado à Prefeitura, sendo que o Secretário deveria superintender os serviços da Biblioteca, exercendo as funções de seu diretor.

A situação da Biblioteca permaneceu a mesma até 1930, quando o decreto municipal n. 64, de 07 de março a regulamentou e a tornou subordinada diretamente à Prefeitura. Nesse decreto apareceram o quadro de funcionários, e os respectivos vencimentos, que deveria constar de: um bibliotecário, “... como primeira autoridade do estabelecimento..., um ajudante, três encarregados, seis fiscais da leitura e dois porteiros-serventes.” Foram apresentadas as competências de todos eles, no que tange à administração geral da instituição, atendimento, conservação e organização do acervo. Mas, como esses funcionários deveriam se proceder? Quais deveriam ser suas capacitações e habilidades? A resposta nos é apresentada por Menegale (1932, 26–28), um respeitado intelectual da cidade e bibliotecário da instituição por cerca de quinze anos<sup>20</sup>, em seu relatório apresentado ao Prefeito Luiz Penna<sup>21</sup>:

“Casa de educação, a biblioteca requer pessoal preparado e predisposto e não alfabetos e leigos, pelo menos para determinados encargos. Em primeiro lugar, o funcionário deve ter certas qualidades naturais, como a afabilidade do trato e alguma agilidade de espírito, para cativar e orientar o leitor. Uma boa vontade excepcional vem a suprir, em parte, tais predicados que, na prática, nem sempre se podem exigir. Sobretudo o bibliotecário, desenvolve uma atividade verdadeiramente magisterial, se se compenetra da finalidade do estabelecimento e da nobreza do seu cargo ... convem deferir-lhe no cargo toda a autonomia. A esse proposito, é oportuno citar a seguinte passagem de uma obra

---

<sup>18</sup> No entanto, a Biblioteca já havia sido citada nos Relatórios dos Prefeitos de 1902, 1903 e 1905.

<sup>19</sup> A Secretaria compreendia, além da Biblioteca, o Arquivo e a Portaria. É interessante notar a inclusão da Biblioteca e do Arquivo junto aos serviços de apoio da Prefeitura.

<sup>20</sup> Esse período foi calculado com base nos documentos encontrados, que apontam Menegale como bibliotecário da Biblioteca. Ele foi nomeado para o cargo em 1927, segundo Barreto (AB/Pi-4/006, p. 4); a data mais posterior é encontrada, por sua vez, na *Classificação Decimal Universal*, publicada pela instituição em 1942. Mas é possível que ele tenha permanecido na Biblioteca por um período maior.

<sup>21</sup> A gestão desse prefeito foi entre 05 de setembro de 1930 e 18 de fevereiro de 1932.

autorizada: 'A tendencia que se vem acusando nas bibliotecas públicas, o espirito de intenso humanismo que as tem impregnado, fazem do bibliotecário, da sua personalidade, da sua atitude para com os livros e com o público, a base do exito ou a causa do fracasso da instituição'. Por isso os resultados mais satisfatórios se obtêm quando esse funcionário goza da prerrogativa de nomear os seus empregados, escolher os livros, comprar o material necessário, fazer os regulamentos, determinar o método que se há de seguir na catalogação, classificação e circulação; em suma, quando governa o estabelecimento."

Menegale (1932), responsável pela Biblioteca, também mostra a necessidade, por parte do bibliotecário, da elaboração e concepção de métodos, reformas e melhorias de serviço. O bibliotecário deveria também manter um contato com o funcionalismo da instituição, para colher impressões pessoais sobre a freqüência, as predileções, tendências e exigências e, enfim, animar com a sua presença o trabalho com o imponderável da sua atuação moral. Para essa profissão era necessária uma educação própria, já que ela estava se tornando bastante especializada, bem como as técnicas biblioteconômicas.

Os demais funcionários, por sua vez, deveriam ter determinadas noções para atender aos consulentes: História Universal, Geografia, História da Literatura, gêneros e escolas, Literatura, Biblioteconomia, Literatura Infantil. "Para o cargo de fiscal, seria mais interessante a nomeação de moças,... sobretudo pela espontanea lhanza de trato, propria do sexo e tão imprescindivel a essas funções." (Menegale, 1932, p. 30).

Pelo fato de a Prefeitura ser subordinada ao Estado, a responsabilidade pela manutenção da Biblioteca era dividida entre a administração pública estadual e municipal. A instituição continuou a ser mantida financeiramente pelo Estado, o que mostra o decreto municipal n. 63, do dia 06 de março de 1930. À Prefeitura caberia

somente as despesas com o pessoal, e o Estado deveria enviar... uma subvenção destinada, na sua totalidade, em aquisição de livros e publicações diversas.

Esse é um passo muito importante para a Biblioteca, pois pela primeira vez após a inauguração de Belo Horizonte, ela aparece como uma instituição única, com suas próprias regras e com reconhecido valor para a cidade.

Em 1936, o decreto n. 67, de 11 de fevereiro, deu um novo regulamento à Biblioteca, sendo que a instituição continuava a ser diretamente subordinada à Prefeitura. No entanto, aquele regulamento apresentou um novo quadro de funcionários: um bibliotecário, que continuaria como primeira autoridade; quatro encarregados de serviço; oito auxiliares de serviço e dois porteiros-servente.

Em 1937, a Prefeitura havia se tornado uma administração pública mais complexa, ou seja, com mais departamentos, serviços e seções. Nesse ano, o decreto n. 133 de 04 de setembro criou a Inspetoria de Educação, Assistência e Turismo, subordinando a Biblioteca a essa inspetoria.

O decreto municipal n. 65 de 26 de junho de 1939, organizou o quadro de funcionários da Biblioteca Pública: um bibliotecário, de livre nomeação do Prefeito; um chefe de serviço; dois escriturários; cinco encarregados de serviço; oito auxiliares e dois porteiros-serventes. Em 1942, através do decreto n. 121 do dia 6 de novembro, esse quadro tornou-se mais diversificado, tendo em vista a complexidade do serviço executado, tanto para a organização do acervo quanto para o atendimento ao usuário. Tal quadro constou de: um diretor; um bibliotecário; um catalogador-chefe; um economo; um catalogador auxiliar de 1ª; 1 catalogador auxiliar de 2ª; um auxiliar datilógrafo; um oficial de consulta de 1ª; um oficial de consulta de 2ª; três oficiais de consulta de 3ª; dois oficiais de consulta de 4ª e dois porteiros-serventes. Os serviços

administrativos e financeiros da Biblioteca passaram a demandar funcionários específicos, como é o caso do datilógrafo e ecônomo.

Em 1944, o decreto municipal n. 150 de 01 de fevereiro aprovou o regulamento da Inspetoria de Educação e Saúde. A situação da Biblioteca alterou-se profundamente: ela tornou-se subordinada ao Serviço de Cultura, por sua vez subordinado àquela inspetoria, órgão esse subordinado à Prefeitura, que ainda era subordinada ao Governo do Estado<sup>22</sup>. Esse decreto apresenta as atribuições do Serviço de Cultura, dentre elas “...organizar e manter a Biblioteca Pública...” Esse decreto regulamentou as competências administrativas, financeiras e culturais desses dois órgãos. A Biblioteca deixou de ter o seu próprio regulamento, dessa forma perdendo sua autonomia perante a administração pública municipal e tornando-se parte de um complexo administrativo maior.

Podemos observar que a Biblioteca, até 1930 era ligada à Secretaria, juntamente com o Arquivo e a Portaria, e por esse motivo apresentava um caráter administrativo; entre 1930 e 1937, por sua vez, a instituição não fazia diretamente parte de nenhum serviço subordinado à Prefeitura. No entanto, a partir de 1944, ela aparece pela primeira vez relacionada à cultura. Diante dessa mudança, podemos levantar questões instigantes: o que fez a Prefeitura providenciar essa mudança? Porque a Biblioteca compunha um órgão administrativo, a Secretaria, e depois se tornou um serviço cultural?

A princípio, essa segunda opção seria mais coerente com as atividades exercidas pela Biblioteca, que eram o desenvolvimento, a organização e a disponibilização de um acervo que refletia diversas culturas de diversas regiões. Além disso, tanto aquelas

---

<sup>22</sup> O decreto estadual n. 9847, de 02 de fevereiro de 1931, reorganizou o governo provisório dos municípios e alterou a denominação de “presidente” para “governador” do Estado.

atividades quanto o acervo poderiam contribuir para a formação de uma cultura própria de Belo Horizonte.

O decreto municipal n. 162, de 28 de junho de 1945, altera esse último decreto citado e, tendo em vista a racionalização e melhor rendimento dos serviços da Biblioteca Pública, à vista do decreto nº 150 de fevereiro de 1944..., fixou um novo quadro: um diretor, um bibliotecôno; um catalogador; uma catalogadora; um catalogador-auxiliar; um datilógrafo; um datilógrafo-auxiliar; um ecônomo; um oficial de consultas de 1ª; dois oficiais de consultas de 2ª; dois oficiais de consultas de 3ª e dois porteiros-serventes. Podemos verificar que esse quadro tornou-se mais diversificado, tendo em vista a complexidade do acervo e dos serviços executados pela instituição. O acervo, que além do seu contínuo crescimento em quantidade de volumes, abrangia diversos assuntos e diferentes linguagens, demandava os cuidados de funcionários mais capacitados e especializados, tais como o bibliotecôno e os catalogadores. Devido ao aumento do número de usuários da Biblioteca, o serviço de atendimento ao público ganhava espaço e necessitava de funcionários exclusivamente dedicados a essa atividade, os oficiais de consulta.

Em 1947, os serviços da Prefeitura são novamente organizados pelo decreto municipal n. 209 de 11 de novembro, que dividiu a administração pública municipal em departamentos. A Biblioteca tornou-se subordinada ao Departamento de Educação e Cultura. Em 1948, a lei municipal n. 51, de 21 de novembro, dispôs sobre a reforma dos serviços da Prefeitura<sup>23</sup>, que se tornou dividida entre Administração Direta e Administração Indireta: a Biblioteca continuou subordinada ao Departamento de

---

<sup>23</sup> A Prefeitura, em 1947, deixa de ser subordinada ao Governo do Estado, através da lei estadual n. 28 de novembro.

Educação e Cultura, subordinado à Administração Direta. Essa lei determinou as competências da Biblioteca dentro de um setor cultural da Prefeitura e da cidade.

Segundo o artigo 104, à Biblioteca competia:

- “1) adquirir, classificar, catalogar, guardar e conservar livros, gravuras folhetos e quaisquer publicações de interesse geral;
- 2) manter atualizado o serviço de referência;
- 3) organizar e manter atualizado o catálogo-dicionário;
- 4) fornecer livros para leitura na Biblioteca;
- 5) efetuar empréstimos mediante caução de importância igual ou superior ao valor do volume emprestado, arbitrado pelo encarregado.
- 6) proceder à inscrição dos leitores que desejam obter obras, por empréstimos, para leitura domiciliar;
- 7) manter constante vigilância nas salas de leitura e preservar o silêncio nas mesmas;
- 8) realizar, anualmente, o tombamento do acervo da Biblioteca.”

É interessante observarmos duas competências peculiares daquele período: a efetuação de empréstimos e cobrança do silêncio nas salas de leitura. A primeira mostrava uma preocupação em garantir a devolução da obra por parte do usuário; a segunda, por sua vez, ao cobrar o silêncio dos usuários, revelava o espírito da época, pelo qual as bibliotecas não se preocupavam em promover, em salas adequadas, a discussão e o debate entre eles. Tendência essa, portanto, contrária à adotada pelas bibliotecas públicas atuais, que têm promovido momentos, em espaços próprios, de interação entre os usuários e a instituição. O que é considerado atualmente necessário para a troca de idéias e produção de novos trabalhos.

A situação administrativa da Biblioteca continuou a mesma, e não foi modificada pela lei municipal n. 333, de 23 de maio de 1953, que dispunha sobre a organização administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte e dava outras providências. No entanto, a Biblioteca adquiriu novas competências: efetuar campanhas educativas visando estimular o gosto pela leitura e incentivar a frequência de leitores à Biblioteca; e manter articulação permanente com a Turma de Administração do Departamento de Educação



e Cultura, para solução dos problemas administrativos que não lhe eram pertinentes. Essa última competência reforçava a dependência que a Biblioteca mantinha em relação àquele departamento.

Não houve outras mudanças até 1963, quando a lei municipal n. 1.054, de 7 de novembro, transferiu o acervo da Biblioteca para o Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis - IMACO. A competência administrativa da Biblioteca passou a ser desse Instituto, e o diretor da primeira biblioteca tornou-se um oficial de administração, com a função de assistente da diretoria. Os cargos de auxiliar de biblioteca foram transformados em cargos de Escriturário II. A partir de então a instituição perdeu sua singularidade como biblioteca pública, tornando-se praticamente uma biblioteca escolar e perdendo definitivamente seu espaço na Prefeitura e no cenário cultural de Belo Horizonte. Esse fato refletiu o descaso que as bibliotecas públicas municipais brasileiras recebiam, e continuam recebendo, da Administração Pública. Segundo Milanesi (1986, p.12):

“... primeiro, não se sabe com exatidão o que possa ser considerado biblioteca pública ... Por vezes, ela é um armário com alguns livros escondidos em alguma sala da prefeitura. Só funciona para efeito de estatística. Segundo ... as bibliotecas podem ser intermitentes: funcionam em alguns períodos. Outras .. nascem, crescem e morrem.”

Em 1967, o decreto municipal n. 1598, de 29 de dezembro, estabeleceu uma nova estrutura para a Administração Municipal e em 03 de janeiro de 1968, o decreto municipal n. 1609 fixou a classificação e a nomenclatura das seções da estrutura municipal. Em ambos decretos, a Biblioteca desapareceu da estrutura administrativa da Prefeitura.

Esse traçado da evolução administrativa da Biblioteca nos permitiu verificar a relação do Poder Público com a Biblioteca. Nos primeiros quarenta anos do século XX, a

instituição alcançou maior valorização no cenário político-administrativo da cidade. No entanto, a Administração Pública tornou-se complexa, o que foi ocasionado pelo crescimento e pela urbanização desordenados de Belo Horizonte, e assim a biblioteca perdeu sua peculiaridade como biblioteca pública. Embora tenha se tornado competência de outros órgãos, encarregados em administrar e promover a cultura e a educação na cidade, a Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi sendo desvalorizada, até ser extinta pela Prefeitura.

#### **4.1.2 Espaço físico e mobiliário**

“As bibliotecas geralmente estão instaladas em locais inadequados: salas na prefeitura, antigos prédios próprios do estado ou dos municípios. Mesmo quando se constrói um prédio para abrigar a instituição é reproduzida concretamente a idéia que se tem dela: uma sala para guardar livros e uma outra para receber o público leitor ...”  
(Milanesi, 1986, p. 245)

A análise do espaço físico e do mobiliário mostra que a Biblioteca de Belo Horizonte esteve incluída entre as bibliotecas a que se refere Milanesi, na citação acima.

A procura por um local apropriado para a Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi bastante conturbada. A instituição foi instalada em alguns prédios e nenhum deles teve todas as condições adequadas em termos de arquitetura, luz, temperatura e umidade, para abrigar o acervo e atender aos serviços demandados. O mobiliário por diversas vezes foi insuficiente

A Biblioteca, depois de doada à Prefeitura, ficou situada em um prédio na Rua da Bahia, “... nas proximidades do local em que depois se construiu o Theatro Municipal<sup>24</sup>”. (Barreto, 1935, p. 7). O prédio era provisório, mas não havia recursos para instalar a Biblioteca em um local próprio, como pode ser notado no relatório a seguir:

“No projeto para edificação do Palácio da Prefeitura lhe está reservado, independente, um vasto salão. Actualmente não é possível dar-lhe melhor collocação, pela falta de recursos.” (Bello Horizonte, 1902, p. 26)

O prédio não era adequado, pois não satisfazia às conveniências do serviço. Segundo o Relatório do Prefeito Francisco Bressane de Azevedo<sup>25</sup>, havia uma preocupação do poder público em procurar um novo local:

“Se não puder ser levada a efeito, dentro em breve, a construcção do Palácio da Prefeitura, onde está destinado à biblioteca vasto salão, me esforçarei por que seja installada em commodo mais apropriado.” (Bello Horizonte, 1903, p. 10)

Em 1904, a Biblioteca foi transferida para o salão térreo do edifício que na época abrigava o Senado<sup>26</sup>. “A Prefeitura mandou destruir a casinhola, à rua da Baia, onde, por muito tempo esteve a bibliotheca” (A Epoque, 1904, p. 2). O que pode revelar a precariedade da instalação anterior da Biblioteca.

Iniciou-se, nesse ano, uma reforma na Biblioteca, aprovada pela portaria n. 22, de 17 de agosto. Essa portaria, segundo o relatório Bello Horizonte (1905, p. 11) “... consistiu na transferência da bibliotheca para edifício definitivo [onde estava localizado o Senado]<sup>27</sup> ...”.

A respeito do mobiliário, nessa fase, é interessante observar que havia reclamações feitas por parte do público. Uma delas foi encontrada em um artigo do Jornal A Epoque

---

<sup>24</sup> O Teatro Municipal localizava-se na esquina da Rua Goiás com Rua da Bahia, onde hoje está situado o Banco Bradesco.

<sup>25</sup> O mandato desse prefeito durou de 07 de setembro de 1902 a 28 de outubro de 1905

<sup>26</sup> O Senado corresponde atualmente à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

<sup>27</sup> Não foi encontrado o endereço daquele edifício na documentação analisada.

(1905, p. 1): “o bibliothecario municipal acha-se em dificuldades para arrumar os livros e revistas que a bibliotheca ultimamente tem recebido, por falta de instantes.” Esse artigo mostra os interesses dos usuários pela Biblioteca. Poderemos notar, no decurso deste trabalho, algumas opiniões divergentes entre a autoridade pública e o público usuário, vistas respectivamente na literatura oficial, apresentada nos relatórios dos prefeitos e nos jornais da época.

O novo local, que se encontrava no edifício do Senado, também era inadequado, conforme pode ser visto no relatório a seguir:

“Collocada em local impróprio, com acanhadas dimensões para o seu regular e livre funcionamento, só poderá offerecer melhor conforto aos seus freqüentadores quando estiver collocada em prédio próprio, com todas as condições de ventilação, ar e luz, exigidas por instituições dessa natureza.” (Bello Horizonte, 1910, p. 7)

Essas condições precárias fizeram com que nessa data se cogitasse uma nova transferência: “espero, em breve, conseguir esse desideratum, com a construcção já projectada e orçada de um prédio para o Conselho Deliberativo, onde local apropriado será reservado”. (Bello Horizonte, 1910, p. 7)

Em 1910, através da portaria n. 46 de 04 de outubro<sup>28</sup> (Bello Horizonte, 1911, p.21), foram realizados melhoramentos administrativos, tais como a introdução de livros para a assinatura do ponto dos funcionários e para o registro do movimento diário. Além disso, segundo esse mesmo relatório (1911, p. 21), a biblioteca passou a ser organizada em quatro seções:

- primeira seção: obras encadernadas, em número de 2.574 em 5.258 volumes;
- segunda seção: brochuras, em número de 1.211;
- terceira seção: revistas e jornais;

---

<sup>28</sup> Não foram encontrados registros sobre essa portaria em documentos legislativos.

- quarta seção: manuscritos, “oleographies<sup>29</sup>”, mapas, moedas e medalhas.

Essa organização mostrava a riqueza do acervo, que se constituía em uma diversidade de materiais informacionais. É interessante observar que o espaço físico também foi dividido de acordo com a organização do acervo que estava sendo delineada naquele momento. Foi feita a classificação, no entanto, ainda em desacordo com as normas internacionais, ou seja, ela ainda não seguia a classificação decimal.

Segundo Penna (1950, p. 173), em 6 de setembro de 1914, foi inaugurado oficialmente o palácio do Conselho Deliberativo<sup>30</sup>, situado na esquina da Rua da Bahia com a Avenida Paraopeba (atual Augusto de Lima)<sup>31</sup>. Nesse mesmo dia, a Biblioteca foi também transferida para esse edifício, onde funcionou até 1963.

O novo local também não parecia ser apropriado para o público, o que pode ser percebido na reclamação a seguir, apresentada pelo usuário da Biblioteca, o engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz, encaminhada ao Prefeito Afonso Vaz de Melo:

“Carece da vossa atenção este estabelecimento publico que, pela impropriedade do prédio em que funciona e pela exigüidade do ‘quantum’ que atende à sua actual imperfeita organização, não corresponde em absoluto, ao elevado fim que se propõe.” (Diario de Minas, 1919, p. [5])

---

<sup>29</sup> Cópia de um quadro feito a óleo, transmitida de uma tela para outra.

<sup>30</sup> Denominação antiga da atual Câmara Municipal.

<sup>31</sup> Atualmente, nesse edifício, é localizado o Centro de Cultura de Belo Horizonte.



FIGURA 2 – Tomada da Praça da República (denominada Praça Afonso Arinos a partir de 1943) em Belo Horizonte, com vista frontal do Conselho Deliberativo, onde funcionou a Biblioteca Pública de Belo Horizonte entre 1914 e 1963.

FONTE: Coleção José Góes. APCBH, C.13/h-007.

Gomes (1981) verificou que não eram construídos prédios para a instalação apropriada das poucas bibliotecas públicas criadas na Primeira República. Adaptavam-se prédios ou utilizavam-se salas em algum prédio público, geralmente impróprios para esse mister.

A partir da década de 1930, surgiu uma maior preocupação com a aquisição de um mobiliário adequado à organização e preservação do acervo e aos serviços de atendimento ao público, o que pode ser verificado no discurso do Prefeito Otacílio Negrão de Lima<sup>32</sup>, no relatório de sua gestão nos anos de 1935 e 1936:

“Na exposição inicial dos nossos projetos de administração, enunciamos o propósito de aparelhar convenientemente a Biblioteca Publica, tendo em vista os relevantes benefícios de ordem cultural que a instituição presta a Belo Horizonte. Não tardamos em fazê-lo, autorizando, na medida dos recursos orçamentários, a melhoria das condições materiais ...” (Belo Horizonte, 1937, p. 30)

---

<sup>32</sup> A sua gestão foi entre 08 de abril de 1935 e 16 de abril de 1938.

O bibliotecário da época, o intelectual João Guimarães Menegale (1932, p. 31– 32), expôs como deveria ser o edifício ideal para abrigar uma biblioteca como a da cidade:

“Um plano defeituoso de construção póde, por vezes, comprometer definitivamente a leitura e seus resultados.

O que se deve ter diante dos olhos, antes de tudo, é a localização do edifício. É curial que se coloque, tanto quanto possível, em ponto central, de fácil acesso para todos e, o que, é, às vezes, mais difícil, segredado do bulício das ruas. Aliás, uma disposição engenhosa do edifício consegue amortecer o rumor externo em relação às salas de estudo.

... por modesta que se tenha de construir, convém dar fôrma arquitetônica ao edifício destinado a esse fim. Para facilitar a vigilância, é de conveniência estabelecer uma só porta de acesso público, ainda que o conjunto arquitetônico exija outras, que permanecerão fechadas.

Uma sala grande para o público, rasgada de janelas até o alto, sob as quais e no intervalo das quais se podem dispôr as estantes ... Salas pequenas, cruzando-se no interior do edificio, prejudicam a aeração, a iluminação e a fiscalização, requerendo, para a última, número maior de empregados.

Além dessa, um compartimento para arquivo, um gabinete para o bibliotecário, a portaria e uma saleta de serviço, afora as instalações sanitárias. Para uma biblioteca modesta, é o suficiente.”

Menegale (1932), em seu relatório ao Prefeito Luiz Penna<sup>33</sup>, apontou a necessidade de uma reforma do edifício. Assim, na parte interna foi providenciada uma pintura da portaria e da sala de jornais. Numerosas fechaduras foram consertadas, e as vidraças das janelas – em quantidade de trinta e uma – foram lavadas.

No mesmo documento, o bibliotecário (1932, p. 33) também apontou o que deveria ser o mobiliário ideal:

“Condene-se o uso das mesas comuns. Mesmo para a leitura de jornais, o que convém, são mesas de duas abas inclinadas. Para estudo, carteiras individuais, com cadeira solta, ou poltrona. O ideal é colocar sobre elas uma lampada com quebra-luz fosco, para leitura noturna ...

Não devem as estantes ser tão altas que um homem de estatura normal não alcance a última prateleira; e a prateleira mais baixa não deve estar muito junta ao solo.

A nota dominante, já do mobiliário, já da parte interna do edificio, deve ser a simplicidade: o leitor que ler, não vai deleitar-se com adornos.”

---

<sup>33</sup> O período de sua administração foi entre 05 de setembro de 1930 a 18 de fevereiro de 1932.

Segundo Menegale (1932), foram fornecidos pela Diretoria de Obras: trinta e seis cadeiras de madeira, por ser considerado até então o material mais resistente, e um arquivo, também de madeira, com oito gavetas. Também foi providenciada a reforma de duas dúzias de cadeiras. O que mostra que a Biblioteca estava sendo procurada pela população.

Cabe salientarmos que a Biblioteca atendia aos usuários em horário noturno. Segundo Menegale, a instituição funcionava entre dez e vinte e duas horas, "... o que é decisivo para facilitar a concorrência de maior soma de leitores, sem prejuízo de suas várias ocupações." (Menegale, 1932, p. 94). Essa era uma preocupação demonstrada pelo bibliotecário com a eficiência do atendimento aos usuários da Biblioteca.

Em 1935, a Biblioteca expandiu os seus serviços, inaugurando oficialmente no dia 1º de maio, uma sucursal na sede do Sindicato Unitivo Ferroviário da Central do Brasil<sup>34</sup>. No entanto, o local onde a instituição se achava instalada continuava a ser considerado impróprio, não apenas pelo público, mas também pelo próprio prefeito, como pode ser visto no relatório:

"Com o incessante avultar da afluência, revelador de intenso desejo de cultura por parte do público, as dependências do edifício da Câmara Municipal, onde se acha instalada a Biblioteca Pública, se tornam cada vez mais exíguas e inadequadas a êsse fim ..." (Belo Horizonte, 1937, p. 32)

Podemos notar uma contradição: a Biblioteca, estando em um local inadequado e sem possibilidade de melhoras por falta de recursos, abriu uma sucursal. Isso mostra uma atitude, por parte do poder público, que contribuiria para difundir o conhecimento ou de mero interesse político?

---

<sup>34</sup> Esta foi a única referência à sucursal encontrada na documentação analisada.



A partir da década de 1950, alguns relatórios dos prefeitos passaram a discriminar os bens móveis municipais adquiridos por todas as unidades administrativas da Prefeitura, entre esses, constam os adquiridos pela Biblioteca. Os móveis eram necessários ao armazenamento do acervo, aos serviços exercidos pelos funcionários e ao recebimento do público. Consistiam em arquivos e fichários de aço, arquivos, balcões, bureaux<sup>35</sup>, cadeiras, estantes e mesas de madeira, cadeiras de braços e giratórias, mesinhas para máquina de escrever, porta-chapéus, máquinas de escritório e de escrever, quebra-luzes, relógios automáticos e elétricos, quadros de estampas com molduras. Podemos notar uma maior diversificação desse mobiliário, decorrente de novos métodos de organização do acervo - dentre eles, a Classificação Decimal Universal - do aumento do quadro de funcionários da Biblioteca e da freqüência de leitores à instituição.

Em 1962, conforme o prefeito Aminthas de Barros<sup>36</sup>, houve uma reforma no prédio visando os seguintes melhoramentos, necessários à estrutura interna do edifício e à consulta do público leitor:

“No capítulo referente à Biblioteca Pública merecem destaque especial as reformas ali procedidas, logo após a posse da nova diretora, em 28 de agosto. Foi providenciada a pintura interna do prédio, já em fase final de acabamento, a revisão da parte elétrica e posterior adaptação de luz fluorescente.” (Belo Horizonte, 1962, p. 44)

Para a realização da reformas, a instituição ficou fechada durante todo o mês de setembro. No entanto, todo esse trabalho foi praticamente em vão, já que seu acervo foi transferido para o IMACO em 1963. O Prefeito Oswaldo Pieruccetti<sup>37</sup> apontou essa mudança como positiva para a Biblioteca e para o público da cidade, como pode ser notado em seu discurso:

---

<sup>35</sup> Escrivainhas com duas gavetas.

<sup>36</sup> Prefeito de Belo Horizonte entre 31 de janeiro de 1959 e 31 de janeiro de 1963.

<sup>37</sup> Cujo mandato foi de 31 de janeiro de 1965 a 31 de janeiro de 1967.

“O Departamento de Educação e Cultura não mediu esforços em oferecer à população uma Biblioteca digna. Como o antigo prédio já não satisfazia às exigências da Cidade, resolveu o Departamento criar uma nova Biblioteca e para tal fim criou no IMACO uma modelar.” (Belo Horizonte, 1967, p. 141)

Por causa dessa mudança, entretanto, ela deixou de funcionar externamente entre junho de 1963 e junho de 1965, já que não estava em condições de atender ao público (Belo Horizonte, 1967).

Mesmo sendo a Biblioteca importante para a sociedade belo-horizontina, essa instituição foi tratada com negligência pelo Poder Público. Em toda a sua existência, não conseguiu ser instalada em um local apropriado, apesar das solicitações dos bibliotecários e do público e das tentativas de alguns prefeitos. Em 1963 isso se tornou mais visível, já que a Prefeitura, para não destinar as verbas necessárias a essa finalidade, preferiu transformá-la, praticamente, em uma biblioteca escolar, ao transferir o seu acervo ao IMACO. Os recursos destinados ao local seriam mais escassos, já que seriam divididos com outras bibliotecas escolares e instituições de ensino.

#### **4.1.3 Desenvolvimento e organização do acervo**

Em relação ao acervo da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, surgem questões sobre a sua trajetória: como a Biblioteca adquiria o seu acervo? Seria através de compras ou de doações? E a organização desse acervo, atendia aos padrões internacionais?

A instituição, nos primeiros trinta anos que correspondem a sua primeira fase, recebia doações de pessoas importantes no cenário político e intelectual de Belo Horizonte, tais como o Ministro das Relações Exteriores Dr. Olyntho de Magalhães (Belo Horizonte, 1902), o Almirante Arthur de Jaceguay e o Dr. Olyntho Meirelles (Belo Horizonte, 1903).

A existência de um grupo de cidadãos que doavam material bibliográfico a uma instituição pública pode ser considerada um avanço para a época. Como a Biblioteca nem sempre conseguia através da Prefeitura os recursos necessários para a aquisição de obras, ela contava com o apoio de particulares. Percebemos um compromisso entre a Biblioteca e a sociedade, constituída provavelmente por pessoas idealistas e eruditas.

Como cita Milanesi (1986, p. 36):

“Nas primeiras décadas do século XX ... aparecem as bibliotecas como um benefício social ... A ação governamental em relação a essas bibliotecas é fraca. Os governos sempre tomaram a iniciativa de doar livros como se isso pudesse ser um estímulo ao fortalecimento delas. O esforço partia de indivíduos ou de grupos que se organizavam. Em alguns casos, fundava-se uma entidade para dar respaldo a uma biblioteca ...”

Havia também, nos primeiros anos do século XX, uma preocupação em desenvolver uma coleção de periódicos nacionais e estrangeiros, continuando o ideal dos fundadores da Biblioteca, como podemos perceber no relatório:

“Entre as muitas deliberações por mim tomadas nesse sentido, está a de assignaturas de revistas illustradas nacionaes e estrangeiras, com o que procurei satisfazer o compromisso de cessão assumido pela Prefeitura, para com a Sociedade doadora da bibliotheca.” (Bello Horizonte, 1905, p. 11)

Em 24 de julho de 1903, foram doadas à Biblioteca 393 obras que haviam pertencido ao Dr. Aristides de Araújo Maia. A portaria n. 22, de 17 de agosto de 1904, que criou o regulamento da Biblioteca, era assinado pelo secretário Joaquim Ramos de Lima “... e por ele foi criada a seção ‘Aristides Maia’”. (MHAB, AB/Pi-4/006, p. 2)

Nesse período, a Biblioteca recebia muitos jornais, periódicos e diários legislativos, conforme aponta o seguinte relatório:

“L’ Illustration’, ‘L Illustrazione Italiana’, ‘La Illustracion Espanhola Y Americana’, ‘The Graphie’, ‘L’ Edilizia Moderna’, ‘La Nature’, ‘La Scena Moderna’, ‘La Revue des Deux Mondes’, e ‘La Nuova Antología’.

Devo consignar a gentileza da Imprensa, do Estado, da Capital Federal, de S. Paulo e de outros Estados e mui principalmente da desta Capital, em acceder promptamente à minha solicitação de remessa dos respectivos diários e periódicos à bibliotheca, o que tem sido feito com bastante regularidade.”(Bello Horizonte, 1905, p. 11 – 12)

Segundo esse mesmo relatório (1905, p. 13), o acervo já compreendia 4.389 volumes de obras sobre todos os ramos de conhecimentos humanos, como é esperado em uma biblioteca pública. Nos volumes não estavam incluídos os periódicos, que ainda não haviam sido registrados. Nesse período, a Biblioteca havia sido reorganizada e instalada no edifício que abrigava o Senado, e segundo o Anuario (p. 137):

“Na reorganização da Bibliotheca foram inscriptas 2.430 obras, representando 3.537 volumes, que adicionados a 750 de revistas illustradas, scientificas e literarias, perfazem o numero total de 4.287 volumes, dos quais são encadernados 736.”

Os relatórios seguintes, relativos aos anos de 1907e 1908 (Bello Horizonte, 1907; Bello Horizonte, 1908), também discriminam os periódicos recebidos e a quantidade de obras. A maioria desses periódicos era em idioma estrangeiro, principalmente em idioma francês, o que mostra uma tendência em valorizar e copiar a produção literária da França.

Em 1911, ocorreu um fato inédito para a época. A doação de 393 obras do falecido dr. Aristides Maia, feita em 1903, foi assinalada pelo Estado, conforme mostra o seguinte relatório: “o Presidente do Estado designou esta bibliotheca, para receber o legado do dr. Aristides de Araújo Maia ...” (Bello Horizonte, 1911, p. 22).

O acervo que foi sendo formado abrangia várias áreas do conhecimento, periódicos nacionais e estrangeiros e jornais. Em 1917 e 1918, por exemplo, conforme aponta o Prefeito Affonso Vaz de Mello<sup>38</sup>, no Relatório de 1918, havia obras de literatura, história, química, física, filosofia, matemática, geografia, agronomia, ciências, botânica, direito.

---

<sup>38</sup> Sua gestão ocorreu entre 07 de novembro de 1918 e 07 de setembro de 1922.

No entanto, o catálogo não era adequado, conforme mostra o seguinte relatório:

“O seu catálogo é deficiente, apenas alfabético, e até agora ainda não foi possível a organização de outro, de acordo com os métodos mais modernos, bem como não foram postas em prática outras medidas tendentes ao melhoramento deste instituto que muito merece pelos benefícios que presta.” (Bello Horizonte, 1923, p. 57)

Os livros adquiridos na década de 1920 também eram mais apropriados para a educação primária. Os estudantes de ensino de nível secundário e superior por vezes saíram prejudicados, o que é mostrado no seguinte documento:

“... Infelizmente não se pôde por em prática ainda a determinação de V. Excia. de se fazer aquisição de livros de autores para a consulta de alumnos dos nossos estabelecimentos de ensino secundário e superior. D’ estes, apenas corresponderam ao apelo de V. Excia. com a indicação de livros a serem adquiridos, a Faculdade de Medicina e a Escola de Agronomia e Veterinária. É de esperar-se que no próximo ano se cumpra essa louvável aspiração de V. Excia., a qual além de outras vantagens, representa grande serviço prestado aos estudantes, principalmente aos menos favorecidos.” (Bello Horizonte, 1923, p. 57)

No ano seguinte, esses dois problemas da Biblioteca ainda não haviam sido resolvidos: a organização do acervo e a aquisição de livros para estudantes secundários e universitários<sup>39</sup>, o que pode ser observado no relatório dessa data (Bello Horizonte, 1924). Podemos conferir um fato positivo que estava se delineando, que era uma confiança depositada na instituição.

Uma nova organização começou a ser implantada na Biblioteca em 1925. Foi adotado o sistema de classificação decimal, criado por Melvin Dewey, um teórico da Biblioteconomia que defendeu, nas três últimas décadas do século XIX, a ideia de que a biblioteca pública deveria ser um meio de difundir a educação. Esse sistema foi elaborado para atender a intensa atividade intelectual que começava a ser

---

<sup>39</sup> No entanto, era de se esperar que os estudantes universitários fossem atendidos por bibliotecas das instituições de ensino superior – as universitárias, que devem ser mantidas por tais instituições; assim, podemos esperar o mesmo das escolas e de suas bibliotecas.

desenvolvida. As produções literárias e científicas aumentaram significativamente no início do século XX, fazendo com as subdivisões do conhecimento científico assumissem grandes proporções e por esse motivo, necessitando de uma classificação mais específica de acordo com aquelas subdivisões. O próprio bibliotecário, em Bello Horizonte (1925, p. 30 – 31), explicou como funcionava o novo sistema de classificação, mostrando conhecimento:

“Por este systema os conhecimentos humanos são divididos em 10 classes, attribuindo á classe zero, como ao zero em geral, a generalidade de todos os assumptos, e, por sua vez, cada uma das classes é dividida successivamente, mas sempre de dez em dez.

Deste modo, cada ramo de conhecimento, ou especialidade de matéria, corresponde a um numero a ser encontrado no indice original que deve acompanhar o catalogo.

O systema é realmente pratico e a sua facil utilização está neste indice que permite encontrar rapidamente o numero correspondente a qualquer subdivisão.”

A adoção do novo sistema foi considerada um avanço de singular importância, introduzido na instituição. Ele já era utilizado em grandes bibliotecas dos Estados Unidos e da Europa desde o final do século XIX. “... A expansão das bibliotecas públicas e universitárias nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX provocara o desenvolvimento de novas técnicas de organização e atendimento ...” (Mueller, 1984, p. 17).

Podemos observar que a Biblioteca estava expandindo o seu acervo. Em 1927, ela recebeu “... 76 obras diversas, em 77 volumes e 355 volumes de obras literárias, da bibliotheca do saudoso compatricio João Luiz Alves, offerecidos pelo illustre professor Mendes Pimentel, director da Faculdade de Direito”, conforme mostra o documento Bello Horizonte (1927, p. 7-8). Isso mostra que os membros atuantes no cenário intelectual e cultural da cidade preocupavam-se em tornar a Biblioteca um local digno

para atender a uma cidade que, na época, estava em intensa produtividade literária. E em 1928, segundo Barreto (MHAB, AB/Pi-4/006, p. 5), foi aberto um crédito de “... 10.000 \$ para pagamento dos 638 livros que haviam pertencido ao falecido advogado Dr. [Almeida] Batista Ferreira. Foram também adquiridos por 12:000 \$ 802 livros que tinham pertencido à biblioteca do sr. Antonio Gomes de Almeida”. Nessa mesma ocasião, conforme Barreto (MHAB, AB/Pi-4/006), foram também adquiridas pela Biblioteca Pública de Belo Horizonte dezessete obras de Santo Agostinho e doze da Enciclopédia Norte-Americana.

Podemos acentuar que significativa parte das doações era proveniente de particulares, não do setor público. Gomes (1981) afirma que, nesse período havia uma grande dificuldade em obtenção de verbas do poder público, o que refletia diretamente na formação do acervo. Ela também aponta que:

“As bibliotecas públicas e populares reuniam ‘obras de ciência, literatura ou quaisquer outras publicações vulgarizadoras do conhecimento humano’. Observa-se, entretanto, pelos títulos de obras citadas a predominância de livros na língua francesa, principalmente os livros destinados ao ensino ...” (Gomes, 1981, p. 58)

O Brasil era um país importador de idéias de outros países, uma vez que a elite social, de formação estrangeira, procurou buscar no exterior modelos de cultura. Isso fez com que nossas bibliotecas se tornassem uma réplica das bibliotecas de outros países, cuja coleção era formada por obras clássicas em idiomas nacionais e estrangeiros.

A Biblioteca estava também recebendo, com regularidade, exemplares de várias revistas e jornais de cidades mineiras e de outros estados brasileiros, além de livros sobre: literatura, história, farmácia, medicina, filosofia, física, veterinária, agronomia, leis e decretos, geografia, engenharia, direito, química, botânica, arquitetura, zoologia, etc. (Belo Horizonte, 1929).

O acervo era bastante erudito, provavelmente por ser uma tendência biblioteconômica naquele período. Tendo em vista essa tendência, Milanesi (1986, p. 209–210) acredita que:

“... existe um acervo erudito, aquilo que foi o tradicional na biblioteca pública vista como um instrumento ‘cultural’ para o povo. O conhecimento do erudito nunca foi contestado como desvio da biblioteca. Ao contrário, sempre foi entendido como a tarefa primeira, aquela para a qual a biblioteca existia. O patrimônio cultural da humanidade, concretizado nos grandes pensadores, nos poetas, nas obras notáveis, fazia parte das obras básicas a serem adquiridas no processo de seleção de um acervo.”

A biblioteca deveria ser um reflexo da inteligência da humanidade, inclusive da sociedade brasileira. O Brasil estava em uma fase nacionalista, principalmente devido ao advento do Modernismo, cujos artistas e literatos estavam postos em evidência. A literatura brasileira tornou-se destaque nos acervos das bibliotecas, conforme também aponta Milanesi (1986, p. 210):

“Também não faltam os clássicos de todos os tempos, ainda que esses não façam parte dos programas de ensino do primeiro e segundo graus. As bibliotecas adquirem coleções encadernadas através de campanhas públicas e essas, excluindo os dicionários e enciclopédias, são do gênero ‘maravilhas da poesia universal’, ‘clássicos brasileiros’...”

A instituição se desenvolveu muito, fato esse que, em 1930, fez com que ela deixasse de ser subordinada à Secretaria e ganhasse o seu próprio regulamento, e o seu quadro de funcionários se tornasse maior e mais diversificado, como foi abordado no item 4.1.1. A partir de então se inicia uma fase de expansão e crescimento da Biblioteca.

Nesse ano, através do decreto municipal n. 63, de 06 de março, o Prefeito autorizara a criação de uma seção denominada “Biblioteca de Autores Mineiros”, destinada a



recolher as produções e a documentação da Literatura, História e Geografia de Minas Gerais.<sup>40</sup>

O bibliotecário Menegale (1932) realizou uma classificação inspirada no modelo da Biblioteca do Congresso, em Washington, tendo em vista, no entanto, as condições da Biblioteca, sua natureza e desenvolvimento (ver Anexo 2).

O acervo abrangia diversos assuntos, como podemos notar. Havia uma grande variedade de assuntos, que poderia ser acessado por um público diferenciado: além de estudantes de nível primário, secundário e superior, advogados, médicos, biólogos, historiadores, geógrafos, etc. Segundo Milanesi (1986, p. 191), “... na biblioteca há teoricamente a possibilidade de integrar a totalidade da produção intelectual da humanidade, oferecendo ao público a totalidade dessa produção ....”. Essa possibilidade parece ter sido proposta da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, como deve ser de qualquer biblioteca de seu tipo.

Mas, para as pessoas comuns, dentre elas trabalhadores, donas-de-casa, comerciantes, etc., havia um acervo com informações elementares para o exercício da sobrevivência? A resposta nos é apresentada por Milanesi (1986, p. 193), “...verificamos que a biblioteca pública encontra entraves de difícil superação quando se procura adequar entre a informação e o público. As cidades são diferentes, os vários segmentos da população de cada cidade são heterogêneos ...”. Além disso, o tipo de informação que a Biblioteca de Belo Horizonte fornecia poderia representar algo novo, “... o que é sempre uma possibilidade de provocação, que pede cotejo e reavaliação ...

---

<sup>40</sup> Nesse período já se cogitava a criação de uma biblioteca pública para Minas Gerais, onde seriam reunidos todos acervos sobre o estado encontrados nas bibliotecas públicas municipais.

Essa é também a tarefa de uma instituição que se propõe informar.” (Milanesi, 1986, p. 211–212). A Biblioteca de Belo Horizonte deveria cumprir essa tarefa.

O catálogo ainda estava sendo organizado. “... As fichas foram preenchidas à máquina, contendo: o nome do autor; o título da obra; edição, editor e data; letra simbólica da classificação, número da estante e prateleira. O catálogo de assunto, no entanto, estava incompleto, “... pois restavam sepultados nas revistas e embrenhados no contexto dos livros assuntos dispersos e incidentais, artigos e referencias, cuja pesquisa é impraticável ...” (Menegale, 1932, p. 54). Assim, foi organizado um índice remissivo de toda o assunto constante das obras, revistas e publicações existentes na Biblioteca.

Estava sendo constituída uma seção “Biblioteca dos Autores Mineiros”, autorizada pelo decreto municipal n. 63, de 06 de março de 1930. Para alcançar tal objetivo, Menegale (1932, p. 65) expedira a vários autores mineiros uma circular, nos seguintes termos:

“Afim de dar cumprimento ao imperativo regulamentar da Biblioteca Pública de Belo-Horizonte, que, segundo ato governamental, criou a ‘Biblioteca dos Autores Mineiros’, remeto-vos um questionário a que encarecidamente vos solicito responder, e com igual empenho vos rogo a gentileza de enviar a esta Biblioteca todas as vossas obras, ou pelo menos, indicar onde poderão ser adquiridas.  
Confiante em que atendereis a este apelo em favor de uma obra de cultura e civilização mineira, de antemão e com fervor vos agradeço.”

A seção “Biblioteca dos Autores Mineiros” também visava montar um acervo que, além de livros de autores mineiros, conteria obras concernentes à história e geografia de Minas, mesmo que seus autores não fossem mineiros. Em 1932, essa seção comportava 667 volumes, que tratavam da literatura, história, geografia, coleções de jornais encadernadas, mensagens presidenciais, relatórios de Secretários, monografias e relatórios municipais (Menegale, 1932). Foi também solicitada aos Interventores do

Estado, uma remessa de toda a legislação estadual e publicações relativas à história e geografia do Estado. Ao diretor da Imprensa Nacional, foi solicitada uma remessa da coleção de leis federais. Como podemos observar, Menegale foi um bibliotecário que se esforçou bastante para conseguir ampliar o acervo da Biblioteca.

Mas, apesar da dedicação de Menegale, as dificuldades de ordem financeira dificultavam o desenvolvimento do acervo Biblioteca, e a aquisição de livros continuou sendo precária. Além disso, as doações começavam a diminuir. O bibliotecário, em uma entrevista ao Jornal Minas Gerais, desabafou:

“É o que, sobretudo, nos falta: aquisição de livros ... Obras, temo-las de bom preço: a generosidade dos doadores, em outros tempos, acumulou o patrimônio do estabelecimento, que, entretanto deixou de crescer desde que as doações minguara ...

Uma boa parte dos nomes mais altos da literatura francesa, por exemplo, perfila-se nas suas estantes ... Uma pitada de filosofia ... Historia e geografia, matematica e ciências físicas e naturais, o quantum satis para consultas menos exigentes. Temos, pois, obras boas, nas varias especialidades, mas na quase totalidade datam de quinze, vinte anos ou mais.

De literatura em lingua portugueza, o que aí existe é esparso e sem sistematização ...

Desde que, vai para vinte anos, não se adquire coisa alguma, entende-se que de literatura moderna, em qualquer idioma, nada possuímos, a não ser uma ou outra oferta rarissima. Seria um consolo que, ao menos, exemplares de literatura brasileira nos enriquecessem. Faltam-nos, porém, as obras típicas, os autores exponenciais de cada escola, gênero ou fase. Poesia, então, quase nada.” (1932, p. 91–92)

Essa situação de precariedade mostra o descaso do Poder Público com uma instituição tão necessária a uma cidade que continha diversos grupos sociais, e que além de capital administrativa e política, pretendia se tornar uma cidade universitária. As verbas, quando não eram baixas, eram canceladas. “... Impunha-se a reorganização, que deu alguma amplitude aos serviços; é pena, porém, que as dificuldades de ordem financeira, sobrevindas, atalhassem o seu desenvolvimento, cancelando o credito de

trinta e seis contos, aberto naquela época e com o qual contava a Prefeitura, como auxílio do Estado ...” (Menegale, 1932)

Em 1935, a Biblioteca contava com enciclopédias, dicionários (Boletim Bibliographico, p. 32–35) e coleções sobre história, lógica, metafísica, introdução à filosofia, epistemologia e teoria do conhecimento, cosmologia, ontologia, psicologia, ciências ocultas, ética, religiões e mitologia. Essas obras poderiam ser encontradas no idioma português e em idiomas estrangeiros, dentre eles o inglês e, principalmente, o francês. (Boletim Bibliographico, p. 79–82) Podemos constatar que a Biblioteca continuava a primar pela diversidade de assuntos e de idiomas que deveria ser encontrados em seu acervo.

Em 1936, pelo novo regulamento dado à Biblioteca pelo decreto municipal n. 67, de 11 de fevereiro, a instituição deveria manter uma seção “Braille”, com livros dedicados aos deficientes visuais e uma seção dedicada à literatura, história e geografia mineiras. Assim, foi reafirmada a “Biblioteca dos Autores Mineiros”, o que mostra uma preocupação de manter a memória e a identidade de Belo Horizonte e Minas Gerais.

No entanto, apesar de apresentar um acervo com assuntos variados e complexos, a instituição, de acordo com os registros a seguir, ainda não estava à altura de uma capital que, além de universitária, estava em plena urbanização:

“... Para o exercício de 1936 fizemos incluir no orçamento, para a aquisição de obras, revistas e jornais, uma verba de 30:000\$000, que, sendo apreciável, não supria ainda as exigências do estabelecimento. E isso se explica pela recrescente concorrência de consultantes, que, de 2.681 em 1929, passaram a 50. 409 em 1935.” (Belo Horizonte, 1937, p. 30)

Nos jornais belorizontinos da época, tais como O Diário e Jornal “O Dia”, foram encontradas sérias reclamações quanto à organização do acervo da Biblioteca:

“É uma realidade a pobreza de nossas bibliotecas. Na Bibliotheca Publica, ha quase ausencia completa de literatura moderna, não só estrangeira, mas brasileira. E o seu catalogo, no que se refere às diversas especializações scientificas, é por demais defficiente ...” (O Diario, 1935, p. 2)

“Diffícil nos fora, sinão de todo impossível, dizer do muito benefício que traz ao povo uma bibliotheca publica, maiormente quando attestada de obras vasadas em um estylo puro, escoreito, artístico e, o que mais importa, escriptas com o objectivo altamente superior de ensinar e morigerar.

Temos uma bibliotheca publica. É uma conquista a mais. Reconhecemol-o. Possui boas obras. Não ha como negal-o. Todos o sabem.

Mas aqui vem a talho um reparo.

Relevemo-o o seu mui digno e intelligente director.

Porque não se alinham esses livros em uma ordem mais de accordo com o bom senso?

Estão de cambulhada livros de religião, literatura, philosophia, poesia, etc., etc.

Não seria mais logico alinhar em separado, livros de religião, literatura, philosophia, poesia, mathematica, historia, lingüística, etc., etc.?

Auxiliará de muito para uma consulta rapida.

E o fichario?

Este não justifica sua razão de ser. É o que ha de mais complicado. Por um milagre o numero da ficha corresponde ao do livro desejado.

O reparo que aqui hoje exaramos sobre esthetico, é sobremaneira necessario e de utilidade a toda a prova.

Estudantes que, no geral dos casos, vão à Bibliotheca Publica para consultas rapidas, têm conforme ouvimos a muitos de se demorarem mais, a contra gosto, perdendo tempo.” (Jornal “O Dia”, 1936, p. 2)

Os artigos são bastante reveladores, pois apontam as deficiências da Biblioteca, tais como a pobreza e desorganização do acervo, o que dificulta a consulta e provoca o desinteresse de seus usuários; ao mesmo tempo em que ressaltam a importância e o valor de uma biblioteca pública. No entanto, essa instituição era muito negligenciada no Brasil, conforme comprova o primeiro registro citado e apresentado no artigo do jornal O Diario.

Em 1937, de acordo com o decreto municipal n. 133 de 04 de setembro, a Biblioteca Pública foi subordinada a um novo órgão criado pela Prefeitura: a Inspeção de Educação, Assistência e Turismo. A partir de então, a Biblioteca continuou sendo

subordinada a departamentos da Prefeitura que foram sendo criados e aumentados. Ela deixou de ser uma instituição única e independente, ao perder seu próprio regulamento e passando a ter que prestar contas àqueles departamentos.

Um novo sistema de classificação foi introduzido nas bibliotecas: a classificação decimal universal, que inspirou a Biblioteca Pública a reelaborar o seu catálogo bibliográfico, para incluir números de chamada segundo aquele sistema. O trabalho foi realizado pelo funcionário Fernandes Viana, com a cooperação dos funcionários Antônio Fonseca Pimentel e Geraldo Majela de Andrade Câmara, e sua publicação foi autorizada pelo Prefeito Juscelino Kubitschek<sup>41</sup>. O diretor da Biblioteca era o bibliotecário J. Guimarães Menegale, que desempenhou consideráveis atividades na instituição, e no prefácio da publicação frisou a necessidade de um catálogo em uma biblioteca (Belo Horizonte, 1942, p. 7):

“Pode-se afirmar que o catálogo é o cérebro de uma biblioteca; sem catálogo, as bibliotecas, mesmo as de pequeno porte, são como tesouros enterrados.

A leitura não é o único segredo do êxito de certos especialistas que primam pela oportunidade e presteza no versarem os assuntos submetidos à sua competência; conquanto capaz de prodígios, a memória do homem valoriza-se pelo método e uma das mais eficazes aplicações do método consiste em catalogar o que se lê. Na ficha bem elaborada, de fácil manuseio, encontra-se o auxiliar presto e pontual do homem de estudo, o escritor, o crítico, o historiógrafo, o advogado, o médico, o engenheiro...

Para fichar, é necessário, no entanto, classificar a matéria encerrada nos livros. É muito estreita a dependência entre a classificação e a catalogação: esta é tanto mais rigorosa e útil quanto mais racional for a primeira. É possível classificar uma biblioteca materialmente por ordem de títulos ou autores; a classificação, contudo, só é efetivamente útil quando atinge o núcleo das obras, sua matéria, enfim; quer dizer: quando constitui ‘um ordenamento lógico dos conhecimentos humanos e das formas de expressão literária e artística’.”

---

<sup>41</sup> Cujas gestões se deu entre 18 de abril de 1940 e 30 de outubro de 1945.

A classificação, segundo Menegale, era um trabalho primoroso, uma vez que determinaria o assunto dos diversos livros que compunham o acervo, facilitando e agilizando a consulta dos usuários da Biblioteca. O bibliotecário ainda salienta que:

“... a insuperável maleabilidade do sistema de classificação decimal o torna útil a todas as bibliotecas, ainda às mais especializadas e mesmo às mais pequenas. Aprender-lhe o mecanismo, tão singelo, e fazer-lhe constante aplicação, é transformar as massas de livros, publicações e revistas repositório vivo de conhecimentos, que saltam docilmente à mão de quem deles precisa, ao simples aceno de uma ficha.” (Belo Horizonte, 1942, p. 9)

A relação das classes principais da tabela de classificação, então denominada “tábua sistemática” constituída através da classificação está apresentada no Anexo 3. Porém, tal sistema ainda não havia sido concluído em 1948, o que podemos perceber através do seguinte relatório:

“A catalogação decimal dos livros, método já adotado, com pleno êxito, em outras bibliotecas públicas, ainda não foi introduzida na Biblioteca Municipal. Promoveu-se, porém, até que se possa fazer a catalogação decimal, a organização geral dos livros, trabalho que vem sendo realizado pelos funcionários.” (Belo Horizonte, p. 131)

Em 1949, a classificação das obras encadernadas havia sido concluída, enquanto que se procedia ao registro das brochuras. (Belo Horizonte, 1949)

Em 1951, foi restabelecida a assinatura de jornais destinados ao público. No entanto, o patrimônio da Biblioteca crescia aquém do necessário, conforme o relatório:

“A dotação consignada no orçamento do último exercício, destinada à aquisição de novos volumes, não permitiu a realização de um plano de longa envergadura para que o patrimônio de nossa principal biblioteca pudesse se enriquecer. Não obstante, foram adquiridas algumas obras de valor, que passaram a enriquecer as estantes franqueadas à consulta da população da Capital.” (Belo Horizonte, 1952, p. 105)

A partir de então, o acervo tornou-se desatualizado. Em 1952, apesar de ter sido despendida uma verba para a aquisição de novas obras e assinaturas de revistas e jornais, ele não se expandiu. Podemos observar a grande mudança ocorrida em relação

às obras adquiridas, sendo que naquele ano foram incorporadas ao acervo obras literárias e sobre belas artes, filosofia, filologia, história, geografia, ciências sociais, puras e aplicadas. O idioma português passou a ser predominante, sendo que os outros idiomas, tais como o francês, o inglês, o italiano e o alemão continuaram a fazer parte da coleção, mas em menor quantidade.(Belo Horizonte, 1953). Essa mudança parece indicar a preocupação da Biblioteca com o público em geral, aumentando a possibilidade de consulta na instituição por um número maior de pessoas.

A partir daí a Biblioteca iniciou o seu declínio, uma vez que o acervo começou a ser considerado cada vez mais precário por seus usuários, o que pode ser visto no seguinte artigo:

“Havia sem dúvidas bibliotecas de entidades diversas e uma única de caráter público, a da Prefeitura Municipal. Esta, porém, muito modesta, estava longe de satisfazer ao que se pede a uma boa casa de leitura destinada ao povo. Não era fácil encontrar na cidade obras de consulta. Como podia alguém dedicar-se a estudos especializados sem os elementos indispensáveis a êsse fim? Tinha-se de ir ao Rio ou a São Paulo, onde existiam grandes bibliotecas eruditas. Nossa falta era grave.” (Frieiro, 1970, p. 8)

Essa reclamação foi dada por um usuário bastante intelectualizado<sup>42</sup> e por esse motivo ele não estava satisfeito com o acervo preservado na Biblioteca Pública de Belo Horizonte. Dessa forma, como ele mesmo frisou, precisaria procurar bibliotecas eruditas no Rio de Janeiro ou em São Paulo, cujo acervo provavelmente era voltado também para aquele tipo de usuário.

O acervo da Biblioteca foi sendo delineado para atender a estudantes de nível primário.

Os assuntos eram diversificados e seguiam o modelo científico e positivista que foi

---

<sup>42</sup> Eduardo Frieiro era escritor e foi o idealizador, a convite do então Governador de Minas Gerais Juscelino Kubistcheck, da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.



adotado no Brasil, naquele momento<sup>43</sup>. Segundo Belo Horizonte (1963, p. 44–45), a Biblioteca recebeu, em 1962, 51 obras, distribuídas pelos seguintes assuntos: Generalidades, 14; Filosofia, 13; Teologia, 5; Ciências Sociais, 71; Filologia, 41; Ciências Puras, 42; Ciências Aplicadas, 10; Belas Artes, 8; Literatura, 202; Geografia, História, Biografia, 88; Jornais e revistas, 24. Por idioma, foram recebidas 516 obras em português e 2 em inglês. A predominância do idioma português no acervo mostrava a preocupação da Biblioteca com o público em geral. Tais assuntos foram basicamente os mesmos até a extinção da Biblioteca, como deve ser em toda biblioteca pública.

A instituição sofreu, apesar dos esforços e dedicação dos bibliotecários, principalmente nos últimos vinte anos de sua existência, um descaso por parte das autoridades públicas municipais. O acervo não estava sendo adequado a um público heterogêneo como o de Belo Horizonte, uma vez que, além de se tornar desatualizado, ora não atendia à demanda de universitários e intelectuais ora não atendia aos estudantes de nível primário. Dessa forma, a Biblioteca acabou perdendo o seu espaço no cenário cultural da cidade.

#### **4.1.4 Preservação do acervo**

Os livros, como qualquer outro tipo de documento, podem sofrer uma degradação com a ação do tempo, com inadequadas taxas de temperatura, índices de umidade não ideais e pelo ataque de insetos que danificam e até destroem o material bibliográfico. Por isso, são necessários métodos e técnicas de preservação que impeçam essa deterioração.

---

<sup>43</sup> Esse tema será apresentado com mais detalhes no item 4.3.2.

Atualmente, esses métodos foram modernizados com o avanço da tecnologia e a evolução na área de preservação tornou os seus procedimentos mais eficazes. Mas, no período em que a Biblioteca Pública existiu, tais métodos ainda eram restritos. Diante disso, surgem questões a respeito das técnicas de preservação adotadas pela Biblioteca ao longo de sua trajetória.

Os livros e periódicos, desde o início da criação de Belo Horizonte, eram encadernados, conforme comprova Bello Horizonte (1902, p. 27): “No mesmo periodo [anos de 1901 e 1902] foram encadernados 723 volumes” e Bello Horizonte (1905, p. 13): “Aos 736 volumes encadernados durante o anno de 1903 – 1905. Foi, portanto, de 925 o numero de livros encadernados por minha ordem.”

Na primeira fase, o decreto municipal n. 16 de 12 de maio de 1927, que regulamentava os serviços da Prefeitura, determinou que a preservação dos livros, papéis, documentos, cartas geográficas, estampas e manuscritos era uma atribuição do bibliotecário. A Biblioteca tinha a preocupação com as condições de preservação do seu acervo, fazendo com que fosse feito, regularmente, o serviço de descarte e limpeza dos livros (Bello Horizonte, 1929).

Na segunda fase da Biblioteca, entre 1930 e 1937, o decreto municipal n.64 de 07 de março de 1930 determinou que a preservação de livros e outros objetos continuaria sendo atribuição do bibliotecário. No entanto, com o aumento do quadro de funcionários, foi previsto que um ajudante deveria auxiliá-lo. O encarregado, por sua vez, deveria fiscalizar a consulta do público, para evitar extravios e depredações das obras. Já o fiscal de leitura era responsável em impedir a infração de qualquer prescrição do regulamento no que se referia à preservação das obras, objetos e mobiliário por parte dos consultantes. O encarregado deveria responsabilizar o usuário

por estragos ou depredações que fossem causados nos volumes, levando o fato ao conhecimento do bibliotecário para que fossem tomadas as providências que lhe parecessem convenientes. Os usuários deveriam também cuidar do acervo utilizado e para isso jamais poderiam apoiar-se sobre os livros, fazer-lhes marcas ou anotações, colocar sobre eles o papel em que escrevessem, ocultá-los às vistas dos empregados, tê-los fora das mesas.

Podemos perceber que, naquele período, havia uma preocupação em conscientizar o público da importância dos cuidados com o acervo de uma biblioteca. Os usuários também deveriam colaborar para a preservação, e precisavam ser educados para esse fim.

Em 1932, o bibliotecário Menegale apontava a desinfecção das obras, diariamente sujeitas à contaminação, como um sério problema. No entanto, não era algo tão grave, como pode ser visto em seu relatório:

“Pelo menos, recentes investigações com o fito de apurar o grau de transmissibilidade de doenças infectuosas através do livro deram em conclusão que o perigo não é tão assustador como se pensava. Não acusam as estatísticas maior mortalidade do funcionalismo das bibliotecas, no seio do qual seria natural encontrar as primeiras vítimas do contágio.

Não vai nisso razão para descuidar da higienização dos estabelecimentos e, nos casos de epidemia, redobrem-se os cuidados, principalmente com as obras em circulação nos empréstimos domiciliares. A obrigação de lavar as mãos antes de penetrar na sala de leitura e a desinfecção periódica dos livros são medidas cuja utilidade não se precisa encarecer.” (Menegale, 1932, p. 35–36)

O bibliotecário pediu ao diretor da Saúde Pública que determinasse a visita à Biblioteca de um médico do Centro de Saúde, com a finalidade de indicar providências que deveriam ser tomadas para a conservação de boas condições higiênicas. Foi prescrito um rigoroso asseio do edifício e de suas instalações, para o qual foi adquirido um aspirador de pó “Electrolux”; as toalhas dos lavabos foram substituídas por papel

absorvente e foi realizado o enceramento do soalho uma vez por mês. (Menegale, 1932)

Em 1936, o novo regulamento dado à Biblioteca, pelo decreto municipal n. 67 de 11 de fevereiro, determinou que a preservação dos livros e outros objetos, através de sua constante limpeza e tratamento, bem como o asseio, segurança e conservação do edifício, deveriam ser de responsabilidade do serviço de conservação. Os serviços da instituição estavam se tornando mais especializados e a atividade de preservação mereceu um tratamento mais direcionado, através de um funcionário que deveria dar prioridade a esse serviço.

No período de 1937 a 1963, que abarcou a terceira fase da Biblioteca, não foi encontrado registro que mencionasse mudança significativa sobre a preservação, exceto em 1962, conforme mostra o relatório Belo Horizonte (1963, p. 44): “Com relação aos livros, além de seu capeamento com material plástico, para melhor conservação, encadernação dos mais estragados, feitas por especialistas, outras medidas desta natureza foram adotadas.” A preservação já estava tomando rumos modernizados de acordo com a época, e recebendo uma atenção de profissionais especializados.

Os registros constantes dos relatórios de Belo Horizonte não apresentaram de forma mais aprofundada os métodos de preservação utilizados pela Biblioteca. Provavelmente, pelo fato desses métodos realmente terem sido bastante simples. As teorias e as práticas de preservação, hoje em dia, com seus recursos mais avançados, foram desenvolvidas após a extinção da Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

## **4.2 Aspectos políticos e ideológicos**

A biblioteca pública é uma instituição que não está isolada da sociedade, uma vez que ela se insere em um espaço social, e deve atender a uma coletividade. Assim, a constituição de um acervo da biblioteca pública, bem como sua disponibilização ao usuário, recebem influências do contexto político e do espaço social em que se situa.

As tendências ideológicas, tanto as relacionadas com o momento político, quanto as relacionadas às diferentes visões sobre a função e o papel da biblioteca pública, também influenciam a trajetória dessa instituição.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte recebeu tais influências. Belo Horizonte era uma cidade que estava crescendo e acompanhando as diversas mudanças políticas ocorridas no país<sup>44</sup>. O seu papel também sofreu alterações de acordo com as diferentes concepções sobre o papel da biblioteca pública que surgiram nos primeiros setenta anos do século XX.

#### **4.2.1 Influências ideológicas**

A fase inicial da Biblioteca coincidiu com o período que no Brasil era chamado República Velha ou Primeira República. Nessa época, os fenômenos de urbanização e industrialização estavam se tornando importantes. O primeiro fenômeno citado se deu em decorrência do afluxo de imigrantes espontâneos e de outros que trataram de sair de atividades agrícolas (Fausto, 1999). Além disso, o crescimento industrial, por sua vez, abrangeu várias regiões. No entanto, a partir de 1885, a produção industrial se deslocou para o Centro-Sul, sendo que Minas Gerais ocupou o primeiro lugar,

---

<sup>44</sup> Só no período em que a Biblioteca existiu o Brasil passou por quatro momentos políticos bastante distintos: Primeira República; Era Vargas; Redemocratização; Ditadura Militar.

considerando o número de unidades fabris. A preocupação do Estado brasileiro, porém, nesse período, não se voltou para a indústria, mas para os interesses agroexportadores. “... se o Estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de promover uma política deliberada de desenvolvimento industrial.” (Fausto, 1999, p. 289).

O processo político na década de 1920 foi caracterizado pela maior visibilidade da presença da classe média urbana na cena política. Esse setor da sociedade tendia a idealizar um novo governo, cuja defesa deveria ser capaz de levar à prática as normas constitucionais e transformar a República oligárquica em República liberal. Eram reivindicados os respeitos aos direitos individuais e as eleições diretas. Falava-se da reforma social, mas a maior esperança era depositada na educação do povo, no voto secreto, na criação de uma justiça eleitoral (Fausto, 1999, p. 305)<sup>45</sup>.

Em Minas Gerais, a situação era de declínio, uma vez que foram geradas várias deficiências, tais como baixa renda *per capita*, baixa produtividade, sistema de transporte inadequado, dificuldade de acesso a portos, falta de unidade econômica coerente. No entanto, a unidade política continuava a ser o principal “ativo” do Estado.

A década de 1920 marcou o término da construção de Belo Horizonte. Nesse momento, a grande preocupação era o crescimento da capital de Minas Gerais, que até então havia se estagnado. Eram necessárias novas medidas para que se pudessem controlar os problemas decorrentes da urbanização, e por essa razão, foram realizadas várias intervenções do poder público, na tentativa de delimitar o espaço dado como construído

---

<sup>45</sup> A partir dessas idéias, surgiram os movimentos sociais e políticos, tais como o Tenentismo e a Revolução de 1930.

da cidade e de definir a forma como ela deveria crescer e como deveriam ser essas construções.

“As edificações onde deveriam ser instaladas as atividades do Poder Público foram totalmente definidas no plano original da nova capital. Projetos das fachadas dos prédios públicos, da sua localização, da distribuição do espaço interior eram de se esperar, já que a cidade além de planejada foi definida como a capital administrativa de um Estado, portanto um marco da atuação do poder político ...” (Silva, 1991, p. 23)

A situação administrativa da Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi um reflexo do momento político pelo qual Belo Horizonte e a Prefeitura estavam passando. A instituição era de pequeno porte e ainda estava se consolidando na cidade, cuja construção era finda e o crescimento naquele momento era quase inexistente.

A partir de então se iniciou o aumento dos investimentos do governo mineiro na capital, gerando mais empregos, aumentando a capacidade das estradas de ferro, elevando o número de estabelecimentos de ensino, fazendo “... com que a cidade voltasse a ‘ter vida’. (Silva, 1991, p. 24)

Acompanhando o crescimento dos setores urbanos, a preocupação da biblioteca pública com a educação expandiu-se, já que o público estava se tornando cada vez maior e mais urbanizado. Era essencial fazer a biblioteca conhecida por todos, e novos meios de atrair leitores foram criados, entre os quais:

“... notícias sobre as bibliotecas nos jornais locais; entrega a domicílio de livros pedidos através do telefone; participação ativa nos acontecimentos culturais; e até envio de notas personalizadas sobre livros ou artigos que se soubessem ser do interesse de alguns leitores, ainda que fosse necessário cobrar uma ‘taxa modesta’.” (Mueller, 1984, p. 14)

Nesse contexto, o bibliotecário começou a aparecer como peça-chave para a divulgação da biblioteca. Ele deveria ser um homem público e atuante, capaz de garantir as verbas necessárias para a instituição e de contribuir para sua popularização.

A visão de um bibliotecário escondido atrás de livros embolorados começava a tornar-se ultrapassada.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte, de certa forma, se incluiu nessas mudanças, criando uma política interna de divulgação. Era comum, nos jornais da época, geralmente partidários dos políticos da situação, apresentarem notas sobre novas aquisições da instituição, bem como sobre a sua freqüência:

“Durante a semana a Bibliotheca foi freqüentada por 130 pessoas, que consultaram obras de litteratura, direito e historia, revistas e jornaes.  
Revistas recebidas: L’Illustration, L’ Illustrazione Italiana, The Graphic , La Construction Moderne, La Nature, Illustração Brasileira, Brasil Ferro Carril e o Malho.”(O Estado, 1911, p. [1])

“Durante os quatro dias uteis da semana finda freqüentaram a Bibliotheca 107 pessoas, que consultaram diversas obras de litteratura, jornaes e revistas.  
Publicações recebidas: Revista Commercial e Financeira, do Rio; Boletim Mensal de Estatistica demographo-sanitaria de Bello Horizonte, do mez de setembro ultimo; o Malho.” (O Estado, 1911, p. [1])

Nos Relatórios dos Prefeitos havia sempre menção a respeito dos serviços dos bibliotecários da Biblioteca Pública de Belo Horizonte:

“Resta-me, ao terminar esta parte do meu relatorio, dizer que a direção interna da bibliotheca, confiada à competencia e zelo do sr. Amadeu José Quaglia, nada deixa a desejar. Este funcionario é digno de elogios pelo cabal desempenho que tem dado às funcções do seu cargo.” (Bello Horizonte, 1906, p. 14)

“Pelo fallecimento do bibliotecario, sr. Amadeu Quaglia, que muitos e relevantes serviços soube prestar nesse cargo a esse departamento da Prefeitura, foi a 25 de julho do anno corrente, nomeado para substitui-lo o sr. Manoel Victor de Mendonça o qual, ainda que pouco tempo em exercicio, tem já prestado excellentes serviços; assim é que, entrado em exercicio do cargo procedeu immediatamente a conferencia de todas as obras existentes na Bibliotheca, collecionando em perfeita ordem todas as revistas, jornaes e differentes obras avulsas, facilitando assim aos freqüentadores a procura das obras a consultar.” (Bello Horizonte, 1910, p. 7)

“Dentre os diversos melhoramentos nella introducidos, avulta, como de grande importancia, a catalogação levada a effeito pelo sr. Ibrahim Carone, para isso contractado por V. Exc ...” (Bello Horizonte, 1926, p. 22)



Podemos perceber que o bibliotecário era responsável pela organização e, conseqüentemente, pela disponibilização do acervo, ocupando um cargo de maior responsabilidade dentro da Biblioteca. Segundo o decreto municipal n. 16, de 04 de novembro de 1927, as suas atribuições, além de velar pela preservação, registro e classificação de todo acervo, era de dirigir o serviço interno e externo da instituição, mantendo a ordem e o silêncio entre os consulentes. O bibliotecário, então, ocupava posição de destaque dentro da Biblioteca e da Prefeitura.

A fase secundária da Biblioteca, de 1930 a 1937, coincidiu com o período em que Getúlio Vargas consolidou-se no poder, assumindo a presidência no país em 1930, através da Revolução de 30<sup>46</sup>, tornando-se ditador em 1937. Ele permaneceu no poder político até 1945. Nesse novo governo federal:

“... a partir de 1930, ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais, os ‘carcomidos da política’, como se dizia na época. Subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais ...” (Fausto, 1999, p. 327)

Desde cedo o novo presidente, no entanto, tratou de centralizar os poderes em suas mãos: tanto as decisões econômicas e financeiras, como as de caráter político.

Segundo a análise de Fausto (1999, p. 327):

“Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos ... 1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte

---

<sup>46</sup> Esta revolução representou a união de várias classes sociais, dentre elas classe média, burguesia industrial, militares e “tenentes civis”, contra os velhos oligarcas, até então representantes típicos da classe dominante de cada país, que foram derrotados. Esse fato é considerado como o marco do fim da República Velha.

da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna.”

O movimento fascista italiano que se desenrolava naquele período influenciou o campo político no Brasil, fazendo com que a corrente autoritária ganhasse espaço na cultura política do país. Assim:

“A corrente autoritária assumiu com toda a conseqüência a perspectiva do que se denomina modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar em geral. O Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão que só serviam para enfraquecer o país.” (Fausto, 1999, p. 356)

No campo cultural, os intelectuais passaram a ser eleitos pelo Estado brasileiro como intermediários entre ele e a sociedade. As elites políticas consolidavam em seus atos administrativos e políticos as idéias que as elites intelectuais formavam.

Nesse sentido, qualquer manifestação de pensamento contrário ao Estado<sup>47</sup> era considerada subversiva e maliciosa. Em 04 de abril de 1935, Getúlio Vargas editou a lei n. 38 que definia crimes contra a ordem política e social. O artigo 26 determinava que:

“E’ vedado imprimir, expor á venda, vender, ou, de qualquer fórma, pôr em circulação gravuras, livros, pamphletos, boletins ou quaesquer publicações não periodicas, nacionaes ou estrangeiras, em que se verifique a pratica de acto definido como crime nesta lei, devendo-se apprehender os exemplares sem prejuizo da acção penal competente.”

Segundo o parágrafo único desse artigo, todas aquelas publicações deveriam ser apreendidas. Isso comprova já uma preocupação do Estado Varguista em controlar algum tipo de influência ideológica contrária às suas normas.

---

<sup>47</sup> Um exemplo dessas manifestações é representado pela Revolução Constitucionalista de 1932, que foi violentamente combatida pelo Governo Federal; um outro exemplo é o Partido Comunista do Brasil (PCB), que foi fechado por aquele governo e se manteve na clandestinidade durante todo o Estado Novo.

Foi realizada uma campanha ideológica contra o comunismo, idealizada pelo Ministro Francisco Campos, cujo discurso é apresentado pelo Jornal A Noite, em 1937:

“O ministro da Justiça, Sr. Francisco Campos, está vivamente empenhado na organização imediata da campanha contra o comunismo...

Torna-se necessário intenso trabalho de propaganda no seio de todas as classes e, principalmente, entre a mocidade, desde muitos anos envenenada por uma literatura malsã e de fundo comunista...

Há, portanto, a fazer apenas a contra propaganda, de que até agora pouco se cuidou. E isso será feito, certamente, com inteligência, com perseverança e com patriotismo. Bastará mostrar que o ‘paraíso soviético’ é realmente um inferno em que ninguém pôde existir, em que não ha garantias, nem liberdade, nem condições materiaes ou moraes de vida. E bastará, igualmente, que os exemplos do alto, com um governo de ordem de justiça social, de bem estar material e de patriotismo e de progresso, dêem a todos os brasileiros a tranqüilidade e confiança indispensáveis.” (p. 1-2)

Segundo Motta (2003), houve uma intervenção estatal até mesmo no desenvolvimento do acervo literário no Brasil, tanto os comercializados em livrarias, quanto os disponibilizados nas bibliotecas:

“Entre as vítimas do aparato repressivo figuravam os livros, naturalmente as obras consideradas subversivas. A prisão de pessoas acusadas de envolvimento com o Partido Comunista, algumas vezes, implicou o recolhimento de seus livros ... Por outro lado, em meio à ofensiva conservadora que se seguiu ao levante revolucionário de novembro de 1935, a radicalização anticomunista levou ao recolhimento de livros tanto nas editoras quanto em livrarias, e, também, à depuração de bibliotecas públicas”. (Motta, 2003, p. 2)

Em Minas Gerais, por sua vez, apesar de divergências com o poder central, as elites regionais não se dispunham a impedir o fortalecimento de Getúlio Vargas, a quem elas próprias apoiaram em 1930. “A campanha anticomunista encontrou boa acolhida graças, entre outros fatores, à influência local dos grupos de direita, notadamente os católicos conservadores...” (Motta, 2003, p. 10). Em 1937, o Governador Benedito

Valadares<sup>48</sup>, através do decreto nº 1.008 de 22 de outubro, nomeou uma comissão para orientar a propaganda anticomunista, "...por meio de jornais, revistas e rádio-difusão, e fazer censura a todas as obras de caráter didático, técnico, político, social ou simplesmente literário, que tenham por finalidade ... propagar idéias comunistas."

Em Belo Horizonte, o comportamento da administração pública municipal se mantinha de forma semelhante ao comportamento adotado pelas elites políticas mineiras. A Biblioteca, nesse período, estava em sua segunda fase, de 1930 e 1937, em expansão administrativa. Ela ganhou maior apoio do poder público, provavelmente, por ser uma instituição que atuava na formação de opinião do público que a freqüentava. O seu acervo, bem como os serviços prestados, deveriam legitimar a ordem política dominante, o que começou a ser providenciado em 1930, através do decreto n. 64, que regulamentou a biblioteca:

"Art. 25 – As obras contrárias aos bons costumes só serão dadas à consulta a pessoas maiores de vinte e um anos e mediante a autorização dos bibliotecários."

O próprio Menegale (1932) foi influenciado por essa ideologia autoritária, como podemos perceber no seu relatório:

"... o Estado que só proporciona a instrução rudimentar e não cuida de completar, no individuo, as noções da vida e da natureza, realiza obra ineficiente, e não só ineficiente, senão também insensata e perigosa. Ler não é só arma de cultura, é arma, também, de perversão. Assim, quando a literatura nociva se tornou, pelos seus preços, tão vulgar e acessível, impõe-se facilitar a todo transe a boa leitura, capaz de, contrapesando a outra, forrar o individuo e, por consequencia, a massa popular á corrupção moral e social. "(p. 16)

"... a biblioteca popular tem uma função, que é tempo já de assinalar, a saber, a de diferenciar grupos sociais. É natural que, possibilitando a cultura especifica das diversas classes de individuos que a ela acorrem,

---

<sup>48</sup> Sua gestão se deu em dois períodos sucessivos de mandato: 15 de dezembro de 1933 a 04 de abril de 1935 e 04 de abril de 1935 a 04 de novembro de 1945.

tal instituição determine a cada uma a especialização do seu produto social. (p. 20)

A primeira citação nos mostra como a leitura, naquele período, deveria ser controlada pelo Estado. Os leitores, dessa forma, teriam o suporte teórico para distinguir o que era considerado correto, representado pela ordem política situacional e o que era considerado errôneo, como qualquer ideologia contrária àquela ordem, principalmente a comunista. O leitor, nesse sentido, deveria contribuir para o bom funcionamento da sociedade, seguindo a primeira opção.

Já a segunda citação aponta que em uma sociedade heterogênea, os diversos grupos sociais adquirem determinados papéis. Esses papéis, de acordo com suas especificidades, deveriam contribuir para que a ordem social perdurasse de forma civilizada, ou seja, sem ser questionada ou contestada (Berger e Luckmann, 2000). Caberia à Biblioteca Pública de Belo Horizonte contribuir para que cada classe social da cidade obtivesse uma formação teórica específica, necessária para a classe cumprir o seu papel na sociedade. O que representava um modo de legitimação e manutenção da ordem social e política dominante.

“A Prefeitura de Belo Horizonte não desejava ficar atrás em matéria de zelo anticomunista e também anunciou medidas próprias...” (Motta, 2003, p. 11), sendo influenciada por aquela campanha, uma vez que em 21 de outubro de 1937, o prefeito Otacílio Negrão de Lima<sup>49</sup>, através do decreto municipal n. 135, tomou uma medida bastante coercitiva, como podemos observar a seguir:

“Considerando que o país atravessa uma fase de excepcional gravidade, em virtude de indisfarçáveis ameaças ao regimen e às instituições sociais;

---

<sup>49</sup> Cuja primeira gestão foi de 08 de abril de 1935 a 16 de abril de 1938.

Considerando que todas as forças morais e materiais foram convocadas para prevenir a possibilidade de surtos extremistas;  
Considerando que é indeclinável dever das autoridades colaborar com o Governo da República nas medidas de defesa da ordem política e sociais, não somente pela reação a ataques diretos como a tudo quanto possa inspirá-los por sugestão ou propaganda;  
Considerando, finalmente, que a Biblioteca Pública é, pelos próprios termos de sua organização, um estabelecimento de educação popular e, como tal, deve concorrer para avivar e robustecer no espírito público a fé e confiança nas instituições vigentes;  
resolve nomear uma comissão composta dos doutores Mário Mendes Campos, Francisco de Assis Gomes e Oscar Mendes, para, juntamente com o Inspetor de Educação, Assistência e Turismo, proceder a uma verificação das obras existentes na Biblioteca Pública, eliminando aquelas que, pela sua ideologia comunista, ou, de qualquer forma, contrárias ao regimen, se tenham tornado prejudiciais a educação do povo.”

O prefeito foi bastante pressionado nessa direção, pois o expurgo que ordenou foi recomendado por vereadores da cidade, como podemos verificar no seguinte artigo:

“ [O Sr. Vieira Couto], por ultimo, apresentou uma indicação ao prefeito, sugerindo as seguintes medidas de repressão á doutrina marxista: ...  
2º - Proceder á seleção dos livros e publicações da Bibliotheca Publica, expurgando-a de todas as obras julgadas nocivas.” (Estado de Minas, 1937, p. 4)

Podemos perceber através desse documento que a Biblioteca já estava entrando na terceira fase, entre 1937 e 1963, já que estava se tornando subordinada à Inspetoria de Educação, Assistência e Turismo, e perdendo o seu regulamento próprio. Dessa forma, ela poderia ser mais diretamente controlada pelo poder público municipal.

Naquele ambiente político e autoritário, o campo literário em todo o país ficou sob a tutela do Estado Brasileiro, que elaborou uma nova política cultural criando novas instituições, que deveriam legitimar socialmente o novo regime. Como afirma Araújo (1994, p. 674):

“Esta legitimação social se torna necessária devido a contradição existente entre os valores democráticos verbalmente defendidos e a implementação efetiva de medidas autoritárias que negam as práticas daqueles valores democráticos; isto caracteriza a crise de legitimidade social do regime político autoritário ...”

Uma das instituições criadas foi o Instituto Nacional do Livro - INL<sup>50</sup>, que tinha por objetivo incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o Brasil. No entanto, sua atuação social se construiu basicamente a partir da questão do livro: editoração, distribuição, venda e controle. Por essa razão, as bibliotecas públicas ficaram em segundo plano na nova política cultural, fator esse que pode ter contribuído para que a Biblioteca de Belo Horizonte perdesse sua autonomia diante da administração pública municipal. No entanto:

“Um ponto positivo na atuação do INL foi o fato de que ao incorporar a biblioteca pública em seu projeto de distribuição de livros acabou por estimular a criação e/ou manutenção deste tipo de instituição em quase todos os municípios brasileiros ...” (Araújo, 1994, p. 680–681)

É possível que a maior contribuição do INL tenha sido a publicação e divulgação de obras literárias e de seus autores. Porém, o problema da leitura e do analfabetismo no Brasil não foi resolvido e a multiplicação de bibliotecas públicas se deu de forma desarticulada. Além disso, as bibliotecas deveriam contribuir para legitimar socialmente o regime político e autoritário que estava em vigor. O INL era, sem dúvida, um instrumento ideológico do Estado Novo.

Em 1946, foi criada uma nova constituição, de caráter liberal-democrático, que definiu o Brasil como uma República federativa e estabeleceu as competências da União, Estados e Municípios. Acrescentado-se a essas medidas, foram fixadas pela nova lei as atribuições dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, e o direito e a obrigação de votar foram conferidos aos brasileiros alfabetizados e maiores de dezoito anos, de ambos os sexos.

---

<sup>50</sup> O INL foi criado em dezembro de 1937 por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema. Estavam previstas como suas atribuições a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e a expansão do número de bibliotecas públicas por todo o Brasil (Fundação Getúlio Vargas, s.d.)

Em decorrência dessas novas mudanças, tanto os estados quanto os municípios ganharam maior autonomia administrativa e por esse motivo as prefeituras deixaram de ser subordinadas ao Estado, como foi o caso da Prefeitura de Belo Horizonte, que deixou de subordinada ao Governo do Estado de acordo com a lei estadual n. 28 de 22 de novembro de 1947. A partir de então, os prefeitos passaram a ser eleitos pela população belo-horizontina<sup>51</sup>. Desde a fundação da cidade de Belo Horizonte, os prefeitos tinham de prestar contas de todas as suas medidas ao Estado, situação essa que foi modificada em 1947. A Prefeitura, tentando resolver o problema do crescimento desordenado da cidade, reorganizou e expandiu os serviços públicos, criando diversos departamentos e serviços, dentre eles, o Departamento de Educação e Cultura, que por sua vez passou a compreender a Biblioteca Pública de Belo Horizonte. Sendo assim, essa instituição tornou-se basicamente um dos serviços da administração pública municipal, permanecendo nessa situação até 1963.

Nesse ano, o Brasil passava por um período de agitações políticas já que, naquele momento, o Presidente João Goulart, ao tentar implantar uma reforma agrária, enfrentou oposições políticas de diversos setores da sociedade, principalmente dos grandes proprietários rurais e dos membros da alta hierarquia militar. Como analisou Fausto (1999, p. 458):

“A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo.”

---

<sup>51</sup> Até então, os prefeitos, devido à subordinação administrativa ao Estado, eram nomeados pelos presidentes do Estado, até 1931, e governadores do Estado, a partir de 1931.



Toda essa situação contribuiu para a gestação do golpe militar de 1964. Fausto (1999) afirma que a maior parte da oficialidade preferiria, ao longo dos anos, não quebrar a ordem constitucional; porém, havia outros princípios mais importantes para a instituição militar, tais como a manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, o controle do comunismo. Quebrados esses princípios, a ordem se transformava em desordem e a desordem justificava a intervenção.

Em março de 1964, os militares tomaram o poder e João Goulart refugiou-se no Uruguai, atitudes essas que encerraram o período democrático no Brasil, dando lugar a um regime autoritário que censurava e reprimia qualquer manifestação política, social e cultural que fosse contrária à nova ordem política imposta pela ditadura militar.

Os presidentes militares reinauguraram o INL, mas a atuação dessa instituição continuou a mesma da ditadura varguista, ou seja, as bibliotecas públicas se multiplicaram de forma desorganizada e irresponsável; livros eram distribuídos sem serem consideradas as necessidades das diferentes comunidades. Além disso, as bibliotecas eram criadas sem a mínima infra-estrutura necessária. Segundo Araújo (1994, p. 681), isso ocorreu devido:

“... a ausência de uma política bibliotecária eficaz esteja relacionada a inexistência de uma decisão política do Estado brasileiro para realizar tal ponto. Outro ponto que dever ser destacado é a ausência de reivindicações da população no sentido de se criar e manter bibliotecas públicas com o mínimo de infra-estrutura e com serviços bibliotecários de qualidade ...” (Araújo, 1994, p. 681)

Em Belo Horizonte, o momento político também se complicava com o crescimento de novos atores na política municipal, dentre eles, os favelados, os movimentos da Igreja voltados para a questão social, os estudantes, os setores médicos e intelectuais mais

politizados e conscientes. O prefeito Jorge Carone mantinha um estilo populista de governar a cidade, seguindo o seu antecessor, Amintas de Barros<sup>52</sup>.

Jorge Carone foi afastado da Prefeitura em 1965, atingido pela onda de cassações e perseguições que se seguiu ao golpe militar de 1964. A partir de então, Belo Horizonte voltou a ser governada por prefeitos nomeados.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte, em 1963, perdeu definitivamente seu espaço físico próprio, cujo acervo foi transferido para o IMACO. A instituição não pôde contar com o apoio da administração pública municipal, sendo que um dos motivos dessa situação foi a ausência do respaldo econômico e político do Governo Federal.

Podemos perceber, enfim, que foi praticamente impossível não apresentar nesse trabalho um pouco da história do Brasil, comprovando o que já foi afirmado diversas vezes: a trajetória de uma biblioteca, especialmente a pública, sofre alterações devido às mudanças que ocorrem no cenário político. A Biblioteca Pública de Belo Horizonte não se desenvolveu de forma diferente: a criação, o crescimento, o apogeu, o declínio e a extinção dessa instituição foram por diversas ocasiões determinados pelos momentos políticos pelos quais Brasil, Minas Gerais e Belo Horizonte passaram.

#### **4.2.2 Controle da informação ou acesso à informação?**

Um dos principais objetivos de uma biblioteca pública é a difusão da informação para a comunidade a que presta serviços. Geralmente, o público dessa comunidade é bastante heterogêneo, ou seja, abrange diferentes grupos sociais, dentre eles,

---

<sup>52</sup> Os prefeitos anteriores, fossem eles eleitos por nomeação ou por sufrágio, eram representantes das elites locais ou estaduais, oriundos de famílias políticas tradicionais, com padrões culturais elevados que muitas vezes se entrelaçavam com sólidos interesses econômicos.

estudantes de nível primário, secundário e superior, intelectuais, crianças, idosos, donas-de-casa e outras pessoas que apreciam a leitura de um bom romance. Por esse motivo, o acervo da biblioteca deve satisfazer as necessidades informacionais e literárias desses diferentes grupos. Assim:

“... a biblioteca não pode se restringir ao acúmulo dos bens culturais, a filosofia, as artes, a literatura... Há um tipo de informação que foge disso e entra na crueza da necessidade ... há também um tipo de informação com essa característica: é aquela que serve à sobrevivência das classes que têm mais dificuldades em consegui-la ... Como espaço informativo ela poderia servir a qualquer público, inclusive ao iletrado ... (Milanesi, 1986, p. 182)

O acesso à informação, proporcionado pelas bibliotecas, é condicionado principalmente por dois fatores:

- teorias e correntes de pesquisa que apontam os caminhos que as bibliotecas devem seguir para disponibilizar o acervo, de forma que facilite o atendimento ao usuário ;
- o momento político pelo qual a sociedade está vivenciando. O acesso ou o controle da informação geralmente sofrem influências dos grupos dominantes.

Verificaremos que esses fatores nortearam o acesso à informação contida no acervo da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, bem como o controle a esse acesso, determinado pela instituição.

Na primeira fase da Biblioteca, correspondente aos primeiros trinta anos desde a inauguração de Belo Horizonte, a instituição estava trabalhando para a sua divulgação, informando ao público através dos jornais da época a respeito do atendimento ao usuário e sobre as obras recebidas. Dessa forma, verificamos que uma certa preocupação em tornar a Biblioteca conhecida por todo o público e, assim, ela poderia ser mais freqüentada.

O acervo da Biblioteca, além de obras em idioma português, comportava número significativo de obras em idiomas estrangeiros, principalmente o francês, além de clássicos da literatura nacional e internacional. Esse acervo geralmente não era considerado adequado para uma população em sua maior parte iletrada, constituída por cidadãos comuns. Nesse sentido, apenas alguns grupos sociais deveriam ter acesso ao tipo de informação que a Biblioteca oferecia. Pelo fato de a maior parte da população não ter condições de usufruir benefícios sociais tais como saúde, educação e habitação; ela com certeza não conseguiria usufruir a literatura oferecida pela Biblioteca, o que não significa, entretanto, que o acervo era totalmente impróprio para o público usuário. Primeiramente, porque na cidade havia também um grupo de intelectuais, bem como estudantes de nível superior<sup>53</sup>, que poderiam se interessar pelo acervo disponível. O outro motivo é que não é possível julgar qual a informação necessária aos cidadãos comuns daquela época. Milanesi (1986, p. 213) opina sobre esse assunto, ao afirmar que:

“A exclusão social tão óbvia na biblioteca não deve significar a exclusão do patrimônio cultural da humanidade do campo da compreensão do excluído. A biblioteca pode e deve ser o meio de acesso dos indivíduos a esse patrimônio ... A biblioteca pública deve expor, porque mesmo que se diga que ‘o povo não precisa!’ Não se trata de paternalismo que tenta dar a dimensão erudita ao popular, mas de democratizar a oportunidade de acesso ao conhecimento.”

Isso significa que todos devem ter acesso à informação, seja ela erudita ou não. Além disso, a informação erudita, que a princípio pode nos parecer elitizada, pode possibilitar ao leitor a reflexão e ao questionamento:

“Não se trata de opor a informação erudita ao quadro de precariedade geral que exigem as informações elementares para a sobrevivência. O erudito pode ser visto como supérfluo e isso tem acontecido ... Na

---

<sup>53</sup> Havia na cidade clubes e grêmios literários, a Escola de Direito, a Escola de Agronomia e Veterinária, a Faculdade de Medicina, além de grupos de intelectuais e literatos modernistas.

perspectiva ordem/desordem, o novo sendo desordem, oferece a perspectiva de superação de determinadas linguagens. Mesmo que isso não aconteça, o novo é sempre uma possibilidade de provocação, que pede cotejo e reavaliação ... Essa é também a tarefa de uma instituição que se propõe informar.” (Milanesi, 1986, p. 211 – 213)

Nesse sentido, o erudito pode ser considerado como o “novo”, e a Biblioteca Pública de Belo Horizonte oferecia essas novas possibilidades de leitura aos seus usuários. O público parecia estar interessado por esse acervo erudito, uma vez que a freqüência à instituição estava crescendo constantemente, como podemos verificar nos seguintes relatórios:

“O melhor testemunho de que as reformas introduzidas nesse departamento da Prefeitura satisfazem às suas exigencias está no aumento sempre crescente de visitantes. Em contraposição ao n. de 1875 que visitaram o salão de leitura durante o anno de 1903-1904, ponho o de 5.975 o das que o freqüentaram no anno de 1904-1905”. (Bello Horizonte, 1906, p. 12)

“... sendo a única Biblioteca Publica na Capital, grandes beneficios vem prestando á população, principalmente á classe de estudantes; a sua freqüência, de 31 de Agosto de 1922 a igual data de 1923, attingiu a 20.242 pessoas, que, além da leitura de jornaes e revistas, consultaram diversas obras de sciencias e artes, no total geral de 20.398 exemplares.” (Bello Horizonte, 1923, p. 32–33)

Podemos perceber na primeira citação que o número de consulentes quase triplicou de um ano para o outro. A segunda citação, por sua vez, mostra que havia uma classe mais beneficiada, composta pelos estudantes, além de apresentar o número de pessoas que freqüentaram a Biblioteca, e qual o tipo de obra procurado pelo público, entre os anos de 1922 e 1923. Isso significa que o acervo era bastante apropriado aos estudantes que procuravam a Biblioteca para encontrar as informações necessárias às suas leituras e pesquisas escolares.

No entanto, esse fato não significa que outros grupos sociais não pudessem ter acesso ao acervo da Biblioteca, que deveria ser aberta a todos os tipos de usuários. Podemos

acrescentar que havia sempre uma preocupação com o atendimento a um grupo social mais carente, conforme o seguinte documento:

“... é de esperar-se que no proximo anno se cumpra essa louvavel aspiração de V. Excia., a qual além de outras vantagens, representa grande serviço prestado aos estudantes, principalmente aos menos favorecidos.” (Bello Horizonte, 1923, p. 57)

Podemos verificar que, gradualmente, a Biblioteca estava tentando se tornar mais popular, levando em consideração que, naquele momento, os estudiosos sobre biblioteca pública estavam preocupados com a “boa causa” da educação, seguida pela cultura em geral, inclusive o lazer. No entanto, segundo Mueller (1984), essa evolução dos objetivos da biblioteca pública não foi a princípio acompanhada de aprovação geral. Mas a dependência que tinham desta aprovação para sua manutenção fez com que as bibliotecas começassem a se esforçar para se tornarem mais populares, mais usadas, mais amplamente aceitas.

A preocupação da Biblioteca Pública de Belo Horizonte com a sua popularização tornou-se mais efetiva na segunda fase, de 1930 a 1937. Menegale confirmou essa preocupação ao afirmar:

“Urge, preliminarmente, assinalar a finalidade da biblioteca popular, a cujo tipo deve a nossa filiar-se. Não é mais admissível, em Estados que já aceitaram na educação pública em postulado fundamental da ciencia de govedrnar, considerar a biblioteca popular um luxo cultural, capaz de só ocupar, de direito, uma posição inferior á das realizações imediatas. Nos planos educacionais, a que se queira, de verdade, imprimir eficiencia e extensividade, é necessario articular a atividade bibliotecária, uma vez que, se o ciclo letivo dá o tonus mental, só a cultura permanente o assegura: ora, as condições de vida frequentemente interrompem, com a saída da escola primária, o trabalho cultural, já porque o individuo não se transfira a grau superior de instrução, já porque não disponha de recursos para aquisição de livros. ... o exito dos regimens, tanto quanto o das administrações, depende, em alto grau, da cooperação popular, da aceitação da opinião publica, da sua disposição a prestigiar as iniciativas de origem governamental. Vê-se como se reduziria o esforço dos poderes públicos, se a mentalidade popular se aparelhasse para a

compreensão das reformas oportunas, ou dos serviços efetivos, cuja execução é, em regra, mais laboriosa e cara pela contingência de dominar a resistência ativa ou inerte da comunidade.

As bibliotecas populares, não órgão petrificado e estático, mas de propulsão e de circulação de idéias e conhecimentos, são o instrumento adequado, e talvez único, a allear a media intelectual dos cidadãos e criar uma cidadania instruída e capaz.” (Menegale, 1932, p. 15–18)

Na primeira parte da citação, Menegale acreditava que, uma vez que a maioria da população não tinha condições de continuar os estudos até o nível secundário e superior, e a única forma dessas pessoas terem acesso a uma cultura informacional e literária seria através da leitura em bibliotecas públicas; por esse motivo, os governos federais deveriam incluir a atividade bibliotecária na educação popular. Na segunda parte da citação, o bibliotecário demonstrava estar influenciado por teorias bastantes discutidas e aceitas naquele período, que afirmavam que o desenvolvimento de um país seria possível através dos investimentos na área educacional e cultural da população. A biblioteca pública deveria contribuir para esse desenvolvimento, fornecendo aos seus usuários uma formação teórica que os ajudaria na constituição de sua cidadania.

A popularização das bibliotecas gerou diversas discussões, acirradas pelo fato de estarem essas instituições oferecendo literatura popular, julgada perniciososa. Mueller (1984) apontou que os grupos sociais dominantes no poder político e estudiosos sobre bibliotecas públicas temiam que tal literatura viesse a “diluir a mente” do povo. A Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi influenciada por essas discussões, passando a controlar a leitura de seus usuários<sup>54</sup>. Exemplo disso foi a publicação do decreto municipal n. 64 de 1930, aquele que regulamentou a Biblioteca, determinando no artigo 25 que as obras contrárias aos bons costumes só seriam dadas à consulta a pessoas

---

<sup>54</sup> Naquele período Getúlio Vargas estava se consolidando no poder, e as idéias e manifestações comunistas começavam a ser reprimidas ou perseguidas.

maiores de vinte e um anos e mediante a autorização dos bibliotecários. Para confirmar essa nova função imposta à Biblioteca Pública de Belo Horizonte, podemos relembrar Menegale (1932, p. 16), quando afirma que:

“Lêr não é só arma de cultura, é arma, também, de perversão. Assim, quando a literatura nociva se tornou, pelos seus preços, tão vulgar e acessível, impõe-se facilitar a todo transe a boa leitura, capaz de, contrapesando a outra, forrar o indivíduo e, por consequência, a massa popular á corrupção moral e social.”

A partir do início da década de 1930, a fundação da escola de pós-graduação em biblioteconomia da Universidade de Chicago propôs inovações na área da biblioteconomia: as bibliotecas deveriam ser vistas como unidades essenciais na organização social, ou seja, como agências sociais, sendo que os livros seriam considerados como os repositórios da memória social coletiva. O bibliotecário deveria ser um guardião desses livros, orientando ao máximo o usuário para que ele alcance, com eficiência, seus próprios objetivos particulares, desde que tais objetivos não fossem anti-sociais. Assim:

“Com a emergência da escola de Chicago começou uma nova fase da biblioteconomia ... a pesquisa organizada e sistemática institucionalizou-se, fortemente voltada para o aspecto social, focalizando mais o grupo ou comunidade do que o indivíduo, usando e adaptando métodos das ciências sociais.” (Mueller, 1984, p. 21)

Naquela época, um bibliotecário indiano, S. R. Ranganathan, por meio do seu livro *The five laws of library science*<sup>55</sup>, apresentou cinco princípios normativos para a organização bibliotecária:

- os livros existem para serem usados;
- a cada leitor, seu livro;
- a cada livro, seu leitor;

---

<sup>55</sup> RANGANATHAN, S.R. *The five laws of library science*. Madras: ASIA Publishing House, 1963.



- poupe o tempo do leitor;
- a biblioteca é um organismo em expansão.

Isso significa que, para esse autor, a biblioteca deveria disponibilizar o seu acervo, uma vez que ele existe para ser consultado. Essa consulta, por sua vez, deveria ser agilizada ao máximo possível e a biblioteca deveria estar sempre em expansão, difundindo a informação em diversos locais da comunidade.

Outra abordagem que surgiu, também naquele período correspondente a década de 1930, foi a do pensador espanhol José de Ortega y Gasset<sup>56</sup>, ao mostrar que as atividades dos bibliotecários sempre acompanharam bem de perto o papel social desempenhado pelo livro. Sendo assim, “... a nova missão é descrita como sendo a de adquirir livros de forma a não haver perda de esforço do leitor ...” (Mueller, 1984, p. 24).

A biblioteca pública, então, deveria cumprir com uma responsabilidade social, facilitando ao máximo a consulta do usuário.

Na Biblioteca de Belo Horizonte, Menegale parecia estar em acordo com essas novas abordagens. No entanto, o bibliotecário continuou responsável pelo controle de acesso dos usuários da Biblioteca às estantes, conforme ele enfatizou:

“Entende-se por biblioteca ‘aberta’ a em que o próprio leitor retira da estante a obra que desejar; por ‘fechada’ aquela em que o serviço está a cargo dos empregados. São evidentes as vantagens do primeiro sistema: dá ao consultante maior liberdade na escolha do livro, que ele examina antes, compulsando-o á vontade ... Força reconhecer, contudo, que, entre nós [brasileiros], a prática de tais disposições não é por agora, aconselhável dada a deseducação do público e, talvez, a ausencia de tirocinio dos funcionários; ao contrario, temos de suportar por muito tempo, a inacessibilidade das obras á mão do leitor, suprimindo as desvantagens do sistema com inovações no método de catalogação, com a manuseabilidade, tão facil quanto possível, dos fichários e outras providencias similares.” (1932, p. 34 – 35)

---

<sup>56</sup> ORTEGA Y GASSET, Jose de. Mision del bibliotecario. In: *Obras completas de Jose de Ortega y Gasset*. Madrid: Revista do Occidente, p. 207-232, 1947.

Essa afirmativa nos possibilita levantar algumas questões: os usuários da Biblioteca realmente não tinham a educação necessária para procurar os livros nas estantes? Os funcionários eram totalmente inexperientes e despreparados para atender tais usuários? Ou será que não havia intenções por parte do bibliotecário em controlar a leitura do público que freqüentava a instituição?

É provável que, de acordo com o momento político pelo qual o país passava naquela ocasião, tal controle fosse apropriado para as autoridades públicas.

No entanto, em certas ocasiões a Biblioteca estava cumprindo uma responsabilidade social, ao preocupar-se com o atendimento a determinados grupos sociais, o que podemos confirmar nas seguintes afirmativas de Menegale (1932, p. 56 – 59):

“Não ha mais razão para vedar-se ás creanças o acesso á Biblioteca. A fiscalização, que outróra era deficientissima, e a aquisição de livros proprios permitem incrementar a leitura infantil no estabelecimento; nessas condições, fiz anunciar, pelo órgão oficial, a admissão á consulta de menores de quatorze anos, e o resultado foi logo animador: creanças e pais acorreram em procura da biblioteca infantil, cuja organização encetei...É dificil dedicar uma secção da Biblioteca Pública aos cegos, pela carencia de obras e revistas impressas no sistema Braille; com algum esforço, entretanto, estou persuadido de que conseguirei proporcionar aos cegos de Belo-Horizonte, que leem, um pouco de leitura no estabelecimento e, nesse sentido, puz-me em contato já com o corpo docente e a direção do Instituto ‘São Rafael’, onde conto obter, impressas na sua oficina, algumas obras para a secção que completarei, quando possivel, com publicações relativas á psicologia e educação dos cegos no alfabeto comum...De acordo com o sr. Administrador da Casa de Correção, e por sugestão minha, a Biblioteca proporciona aos presos leitura de obras convenientes, que são remetidas semanalmente, mediante recibo daquele funcionário ...”

Em 1936, o decreto municipal n. 67 deu um novo regulamento à Biblioteca, determinando que ela seria mantida pela Prefeitura como um estabelecimento popular, e que existiria uma seção “Braille”, composta de livros apropriados para deficientes visuais.

Podemos perceber que a Biblioteca possuía uma certa preocupação em atender alguns grupos da sociedade que necessitavam de uma atenção especial: as crianças, os deficientes visuais, os presidiários. Portanto, ela estava adquirindo um papel social, ao criar mecanismos que facilitassem a consulta daqueles grupos.

A terceira fase da Biblioteca, entre 1937 e 1963, iniciou-se em um período singular na história do Brasil. O Estado Novo decretado por Getúlio Vargas, que naquele momento também estava se iniciando, tomou medidas de censura<sup>57</sup> que controlavam a informação nos meios de comunicação de massa (imprensa, rádio), e em qualquer manifestação política, social e cultural<sup>58</sup>. As bibliotecas, por serem instituições que atuam na construção do conhecimento, tiveram que aderir ou se submeter a esse movimento a favor de Getúlio Vargas e contra os comunistas.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte, como sendo ainda a maior instituição do gênero<sup>59</sup>, não apenas em Belo Horizonte, mas também em Minas Gerais, poderia influenciar consideravelmente a educação da população mineira. Por esse motivo, a instituição aderiu a essa campanha, através da publicação do decreto municipal n. 135 de 21 de outubro de 1937, que criou uma comissão que deveria verificar a existência de obras contrárias ao regime getulista.

---

<sup>57</sup> Segundo Alves (1978, p. 8), a censura se configura como um mecanismo de controle político dos meios de comunicação de massa formais em função da difusão e manutenção da ideologia dominante no sistema político.

<sup>58</sup> Formou-se uma espécie de sentimento maniqueísta, apresentado nas escolas e nos meios de comunicação, que transmitia uma imagem paternalista de Getúlio, ou seja, a imagem do presidente como um político bondoso e protetor dos pobres; entretando, todos os cidadãos que não concordavam com as suas idéias e realizações, principalmente os comunistas, eram representados por uma imagem maligna e, portanto, deveriam ser severamente perseguidos, reprimidos e punidos .

<sup>59</sup> Ela permaneceu nessa situação até 1954, quando a Biblioteca Pública Estadual foi criada.

Alguns meses depois, após a publicação desse decreto, o trabalho determinado por ele foi concretizado. Segundo o jornal Estado de Minas (1938), a comissão recolheu 74 obras, dividindo-as em três categorias:

- comunistas ou “communizantes” (21);
- de consulta reservada (16);
- inconvenientes (37).

“De accordo com o pensamento da propria commissão, determinou o Prefeito fossem as obras communistas ou communizantes e as inconvenientes trancadas em caixote e as de leitura reservada retirada das estantes e só cedidas por emprestimo a determinada classe de leitores, com a autorização especial do bibliothecario.” (Estado de Minas, 1938, p. 5)

Nos 21 livros ditos comunistas<sup>60</sup>, como podemos notar, predominava a temática política. As outras obras não foram apresentadas pela imprensa, o que tornou impossível conhecer os outros títulos considerados inadequados, ou seja, as obras que foram classificadas como inconvenientes ou de consulta reservada.

A ditadura varguista, nesse sentido, gerou um intenso controle da informação na Biblioteca Pública de Belo Horizonte, pois ao eliminar os livros comunistas ou “comunizantes”, a instituição estava impedindo que a população tivesse acesso às idéias que neles estavam registradas. Desse modo:

“Na concepção dos governantes da cidade, a Biblioteca Pública serviria para instruir e educar os cidadãos, mas esse trabalho de edificação cultural deveria convergir para o fortalecimento do edifício do poder e da ordem, e jamais contribuir para o questionamento de seus alicerces... a ansiedade demonstrada por nossa elite cultural e política nesse e em

---

<sup>60</sup> “A Educação na Rússia Soviética, Fridman; *Em marcha para o socialismo*, Staline; *Destin d’uma Revolution*, Victor Serge; *Anarchismo, Communismo, Socialismo*, Nicanor Nascimento; *A vida sexual na Rússia Soviética*, H. Fouillé; *Staline*, Barbusse; *A medicina na Rússia*, dr. Lelio O. Zeno; *U.R.S.S. um novo mundo*, Caio Prado Junior; *Introdução á Ciência do Direito*, Hermes Lima; *Ponta de Rua*, Frão Martins; *Safra*, Abguar Bastos; *Terra de Icamiba*, Abguar Bastos; *Certos caminhos do Mundo*, Abguar Bastos; *Problemas do nosso tempo*, Hermes Lima; *As bases do separatismo*, Vanderlei; *O problema feminino e o divorcio*, Augusto Cesar; *Christianismo, Cattolicismo e Democrazia*, A. Piccarolo; *Cimento*, Fedor Gladkov; *Rússia*, Mauricio de Medeiros; *O Plano quinquenal*, G. Grinko; *Communismo*, Lenine.”

outros episódios da campanha contra o comunismo é reveladora de uma insegurança desconcertante que, para além do medo à subversão da ordem poderia ser um indício de falta de confiança em sua capacidade de atuar como força dirigente.” (Motta, 2003, p. 12)

Segundo Motta (2003), existem evidências de que após o declínio da ditadura varguista os livros expurgados voltaram às estantes da Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

Depois da Segunda Guerra Mundial e do fim dos regimes totalitários, incluindo o Estado Novo, profundas mudanças sociais trouxeram conseqüências para a área educacional e para as bibliotecas, sendo que uma dessas mudanças foi a educação passar a desempenhar um papel importante no esforço pós-guerra, envolvendo as bibliotecas públicas. No entanto, segundo Mueller (1984), alguns bibliotecários temiam que as bibliotecas pudessem ser usadas para a massificação das pessoas, impedindo-as de terem suas idéias próprias.

A idéia de biblioteca como agência social perdeu espaço, pois o pensamento básico da biblioteconomia passou a valorizar a importância do leitor individual. Três escritores tiveram em comum esse pensamento: Broadfield, Irwin e Landheer.

De acordo com Mueller (1984), Broadfield<sup>61</sup> afirmava que a liberdade de pensamento era a razão para se conservarem livros e haver bibliotecas, e não a educação de cidadãos ou o bem social. “Limites de espécie alguma deveriam ser impostos aos desejos de leitura das pessoas ou aos seus interesses, nem pela sociedade, nem religião, nem Estado”.

Já Raymond Irwing<sup>62</sup> tentara alertar contra o perigo de pressões indesejáveis sobre as bibliotecas, que poderiam ser exercidas pelo estado. Para esse autor, o objetivo da

---

<sup>61</sup> BROADFIELD, A. *A philosophy of librarianship*. London: Grafton, 1949.

<sup>62</sup> IRWIN, Raymond. The library service in the welfare state. In: GERARD, David (Ed.). *Libraries in society: a reader*. London: Clive Bingley, p. 21-26, 1978. Originally published: *Library World* 53(8). Aug./Sept. 1950.

biblioteca em um país democrático é o de incentivar o indivíduo a aprender, e tirar suas próprias conclusões, livre de qualquer pressão política ou religiosa. (Mueller, 1984)

Landheer<sup>63</sup>, por sua vez, acreditava no poder ou influência da leitura no comportamento das pessoas (Mueller, 1984). Para ele, a função da biblioteca não era a difusão do conhecimento e sim o desenvolvimento da personalidade humana, em tudo que podia ser relacionado com os livros e com leitura.

Nesse período, correspondente aos anos das décadas de 1940 e 1950, o Brasil estava passando por um período de democratização e com isso novas mudanças no setor político, dentre elas a legalização do Partido Comunista e a redução da censura nos meios de comunicação em massa.

Em relação à Biblioteca Pública de Belo Horizonte, a partir de então, não foram encontrados mais registros sobre controle de informação. De certa forma, começou a haver uma preocupação por parte da instituição em proporcionar maior acesso à informação de seu acervo, o que podemos notar na lei municipal n. 333, de 23 de maio de 1953, ao determinar que uma das competências da instituição seria de efetuar campanhas educativas visando estimular o gosto pela leitura e incentivar a frequência de leitores à Biblioteca.

O estímulo à leitura, por parte da Biblioteca Pública de Belo Horizonte e também por parte da Administração, de certo modo representava uma forma de levar o indivíduo ao aprendizado, bem como à reflexão, ao questionamento, à contestação de tudo que era considerado negativo para a sociedade, inclusive o sistema político. Essa atitude, provavelmente, estava refletindo o pensamento biblioteconômico daquele período, que

---

<sup>63</sup> LANDHEER, B. *Social functions of libraries*. New York: Scarecrow Press, 1957.

acreditava na importância do leitor, valorizando a sua individualidade, em detrimento de pressões políticas ou religiosas.

Essa situação não se modificou até 1963, até o acervo da Biblioteca ser transferido para o IMACO, fazendo com que a instituição permanecesse um certo tempo, julho a dezembro daquele ano, fechada ao público. Esse ato da administração municipal, de certa forma, cerceou o acesso à informação da Biblioteca por parte de seus usuários. O ano seguinte marcou o início de um novo e longo período autoritário e de censura no Brasil. Poucos anos depois, em 1968<sup>64</sup>, a Biblioteca Pública de Belo Horizonte, em termos legislativos, desapareceu da estrutura administrativa da Prefeitura, o que nos leva a questionar: será que a Biblioteca fechou em decorrência de interesses políticos e autoritários que naquele momento vigoravam na sociedade brasileira? Até os dias atuais, não foram encontrados registros que nos possam oferecer a resposta para essa dúvida.

### **4.3 Aspectos sócio-culturais**

No capítulo 2 deste trabalho, foi feita uma análise sobre sociedade, cultura e instituições. Percebemos que esses conceitos estão bastante relacionados, o que significa que uma sociedade é um agrupamento de pessoas que se unem em torno de objetivos comuns, desenvolvendo meios de sobrevivência, criando instrumentos de trabalho, adquirindo uma determinada maneira de se organizar e de expressar. A sociedade, nesse sentido, cria ou adquire uma cultura. Além disso, ela deve criar regras

---

<sup>64</sup> Nesse ano foi implantado o AI-5. Com ele, abriu-se um período de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, incluindo vários professores universitários. Estabeleceu-se a censura aos meios de comunicação e a tortura passou a fazer parte dos métodos de governo.

de conduta para seus membros, e precisa de meios de legitimação dessas regras, por sua vez elaborados pelas instituições. Essas instituições são criadas de acordo com a cultura específica de cada sociedade.

A biblioteca pública representa essas instituições, recebendo influências culturais da sociedade em que vive, e ao mesmo tempo, está contribuindo para legitimar a ordem social dominante.

Por outro lado, a biblioteca, através de seu acervo e dos seus serviços, pode incentivar a leitura, estimular a reflexão e o questionamento, contribuindo para o desenvolvimento da educação e da cultura, por parte de indivíduos isolados ou por parte da comunidade que abriga essa instituição.

Podemos afirmar então que a Biblioteca Pública de Belo Horizonte recebeu diversas influências do meio cultural em que existia, bem como influências de culturas externas, o que será abordado a seguir.

#### **4.3.1 Influências culturais**

No final século XIX e início do século XX, surgiu uma tese que assinalava as duas faces do Brasil: um Brasil cosmopolita, voltado para o exterior e receptivo às suas influências; e um Brasil do interior, em que as "... velhas raízes conservariam sua pureza original ...” (Sodré, 1996, p. 51). Essa divisão, segundo esse autor, provocou uma alienação reinante, inclusive por parte das figuras mais destacadas, mais ilustres, mais cultas do Brasil cosmopolita. Sodré (1996, p. 52–53), continuando a sua teoria, afirma que:



“As camadas cultas, no fim do século XIX, permanecem ilhadas, impotentes os seus elementos para se realizarem como tais; daí as saídas espontâneas, ou a do gosto da arte pela arte, da arte cultivada por si mesma, como afetada forma de distinção, despojada de função social, ou a dispersão na boêmia, que pretende copiar, ainda nisto, formas externas, ocultando orgulho ferido, que se refugiava, por vezes, também, na erudição isolada e inócua. Tudo revelando a ausência do público [inclusive do outro Brasil] para as criações. Daí a preponderância da vida literária sobre a obra literária ... E, ainda que, a cópia (com variantes, na verdade), tomando-se como modelo a instituição surgida das condições aristocráticas da França de Richelieu. Mas a verdade é que, de certo modo, correspondia à tradição eminentemente literária de nossa cultura essa instituição que valorizava indivíduos e lhes conferia o brilho que suas obras não lhes podiam conferir.”

Esse elitismo alienado e frustrado por parte das camadas cultas, bem como a cópia do modelo francês, refletiram sobre a criação e o desenvolvimento de bibliotecas no Brasil, inclusive a de Belo Horizonte.

No início do século XX, começou a haver uma certa ruptura da literatura com essa importação de valores culturais estrangeiros, sendo que o Brasil começou a ser o tema principal dos escritores. “Algumas das obras mais vivas compostas no começo do século elegeram por tema a distância ou o difícil contacto entre as diversas faixas do Brasil real...”. (Bosi, 1997, p. 296).

Por outro lado, o advento da República trouxe uma autonomia para os estados, o que propiciou a consolidação das subculturas regionais, principalmente daquelas que já dispunham de estruturas materiais e políticas sólidas. Assim:

“A consciência aguda dos valores mineiros, paulistas, gaúchos – que deixa para a retórica da ideologia geral o vago amor à brasilidade – é traço cultural e emotivo que não encontrara condições felizes para espessar-se durante o Império. A República foi, na sua fase mais equilibrada, uma construção de fazendeiros ou bacharéis das províncias em ascensão; o que deu uma consistência ideológica a grupos locais e acabou envolvendo certa praxis literária que se propunha reproduzir as realidades mais próximas do escritor.” (Bosi, 1997, p. 299)

No entanto, ainda havia uma certa valorização por parte dos intelectuais brasileiros em relação à cultura européia, especialmente à cultura francesa. A Biblioteca Pública de Belo Horizonte ainda recebia influências estrangeiras ao constituir o seu acervo e, portanto, não estava ainda acompanhando a proposta regionalista que surgia naquele momento.

Nos primeiros vinte anos do século XX, ela recebia uma considerável quantidade de obras estrangeiras, principalmente as de origem francesa, o que comprovam os seguintes relatórios:

“As revistas que a bibliotheca recebe pontualmente são:  
‘L’ Illustration’, ‘L’ Illustrazione Italiana’, ‘La Ilustracion Espanola Y Americana’, ‘The Graphie’, ‘L’ Edilizia Moderna’, ‘La Nature’, ‘La Scena Moderna’, ‘La Revue des Deux Mondes’, e ‘La Nuova Antologia’.” (Bello Horizonte, 1906, p. 11–12)

“A biblioteca recebe actualmente as revistas seguintes: Kosmos, Renascença, S. Paulo Magazine, La Nature, La Revue des Deux Mondes, L’ Illustration, Je Sais Tout, La Revue Sociologique, La Scena Illustrata, L’ Ediliria, The Graphic Scientific American, Illustringe Zeitung, e Ilustracion Espanola”. (Bello Horizonte, 1907, p. 7)

“Durante o 2º semestre de 1911, e primeiro de 1912, a Biblioteca recebeu 1.036 numeros de revistas, das quaes 730 estrangeiras e 332 nacionaes.” (Bello Horizonte, 1912, p. 40)

“Deram entrada nesse estabelecimento:  
Revistas estrangeiras ..... 309  
Idem nacionaes ..... 184  
Jornaes ..... 964  
Obras diversas ..... 142” (Belo Horizonte, 1915, p. 12)

Em 1916, no entanto, a situação começou se modificar, conforme mostra o documento a seguir:

“A Bibliotheca recebeu: de setembro a dezembro de 1915, 60 revistas estrangeiras; de janeiro a setembro do corrente anno 72 revistas – ao todo portanto 132 revistas estrangeiras; recebeu mais em revistas nacionaes: de setembro a dezembro de 1915 – 37 e de janeiro a setembro do corrente anno 97 – ao todo pois 134 revistas nacionaes.” (Bello Horizonte, 1916, p. 10)

Nesse período, entre 1910 e 1920, no campo da cultura, ocorreu uma grande renovação intelectual, especificamente após a Primeira Guerra Mundial, sendo que no Brasil, pela primeira vez foi realizado um movimento de vanguarda nas artes: o Modernismo, que surgiu como contestação a tudo que era estabelecido e dominante. Com esse movimento, emergiu o valor ao novo e ao moderno, contradizendo tudo que era considerado antigo ou tradicional e que foi incontestavelmente considerado um avanço, de acordo com Sodré (1996, p. 59):

“... o Modernismo representou, nas condições brasileiras da fase, considerável avanço, mais pelo que destruiu e pelas perspectivas que rasgou do que pelo patrimônio levantado pelos seus pioneiros. O que ficou destes representa, na verdade, muito pouco. A liquidação do formalismo tradicional, da ênfase, da retórica, a simplicidade de estilo, a busca da clareza, a amplitude da frase, o acolhimento a formas populares, a aproximação com os motivos nacionais, o esforço renovador, contudo, constituíram enorme serviço, abrindo fase inteiramente diversa às letras e a todas as formas e manifestações artísticas e mesmo, mais amplamente culturais, no Brasil ... O avanço da cultura correspondia, assim, a condições objetivas e a condições subjetivas muito claras, que se manifestavam sob formas as mais diversas, em todos os campos. O coroamento desse processo seria a Revolução de 30<sup>65</sup>.”

Especificamente em Minas Gerais, na década de 1920, a burguesia agrário-mercantil continuava exercendo a hegemonia política, pois o capitalismo em sua feição moderna-industrial ainda não havia se imposto. Nesse contexto, os jovens intelectuais mineiros ainda se vinculavam ao aparelho do Estado, que constantemente procurava inovar seus quadros de funcionários. No entanto, o modernismo mineiro acabou gerando novas expectativas ideológicas por parte daqueles intelectuais, que passaram a fermentar o

---

<sup>65</sup> Naquele período estava ocorrendo também o desenvolvimento das relações capitalistas, com o avanço político e econômico da burguesia norte-americana. Na Revolução de 30, a pequena burguesia também se colocou como vanguarda ousada, “... rompendo obstáculos e desprezando preconceitos, receptivas às mudanças, descompromissada com a sacralidade de valores estabelecidos ...” (Sodré, 1996, p. 60)

meio social e político de Minas. Bueno (1982, p. 43), ao analisar tal situação, afirma que:

“... não é possível separar a Revolução de 30 em Minas Gerais do trabalho dos modernistas mineiros no sentido de repensar a realidade nacional e alterar os códigos em que essa realidade vinha vazada”.

Belo Horizonte, ao acompanhar essas novas tendências, se tornou centro universitário, além de ser uma cidade onde os intelectuais mineiros se reuniam para discutir, dentre diversos assuntos, a respeito das novas produções artísticas e literárias que surgiram em decorrência do Modernismo. Andrade (1996, p. 70) descreve o cenário cultural e intelectual na cidade, durante a década de 1920:

“Culturalmente, a cidade, que já recebera desde a sua inauguração uma população letrada vinda da antiga capital, vê sua vida intelectual renovada com o lançamento de duas revistas modernistas: *A Revista*, do grupo de Carlos Drummond de Andrade, em 1925, e *Leite Criôlo*, em 1929. Em 1927, no governo de Antônio Carlos com Francisco Campos na Secretaria do Interior, cria-se a Universidade de Minas Gerais... Se a Universidade Federal de Minas Gerais, nesses seus primeiros anos, não se destacou nacionalmente, pelo menos no âmbito estadual fez de Belo Horizonte um centro para a classe média interiorana, que mandava seus filhos à capital em busca de estudos e empregos.”

Por essas razões, cabia à Biblioteca Pública de Belo Horizonte atender satisfatoriamente a demanda de uma cidade como a capital mineira. A instituição, ao desenvolver o seu acervo, na década de 20 começou a aceitar as propostas dos modernistas, no que tange à valorização da produção literária brasileira, conforme mostra o seguinte documento:

“Relação das revistas recebidas durante o período de 1º de setembro a 31 de dezembro de 1926:

|   |               |
|---|---------------|
| Brasil Commercial.....                        | 3 exemplares  |
| Ilustração Brasileira.....                    | 5 exemplares  |
| Careta.....                                   | 12 exemplares |
| Vida Nova.....                                | 3 exemplares  |
| Revista da Academia Brasileira de Letras..... | 7 exemplares  |
| Liga Maritima Brasileira.....                 | 6 exemplares  |
| Nação Brasileira .....                        | 1 exemplar    |

|  |  |
|--|--|
| Revista Brasileira de ensino.....          | 4 exemplares                             |
| O Progresso do Brasil.....                 | 2 exemplares                             |
| Revista da Semana.....                     | 19 exemplares                            |
| Pelo Mundo.....                            | 3 exemplares                             |
| A Cena Muda.....                           | 8 exemplares                             |
| Revista Odontologica Brasileira.....       | 2 exemplares                             |
| Medicamenta.....                           | 5 exemplares                             |
| Fon-Fon.....                               | 11 exemplares                            |
| Eu Sei Tudo.....                           | 3 exemplares                             |
| Penna Gaucha.....                          | 2 exemplares                             |
| Revista Feminina.....                      | 1 exemplar                               |
| Revista de Pernambuco.....                 | 1 exemplar                               |
| A Casa.....                                | 3 exemplares                             |
| Risos e Sorrisos.....                      | 2 exemplares                             |
| Revista Estudantina.....                   | 1 exemplar                               |
| Brasil Esperantista.....                   | 1 exemplar                               |
| Revista Maritima Brasileira.....           | 3 exemplares                             |
| Phenix.....                                | 1 exemplar                               |
| Revista do Norte.....                      | 1 exemplar                               |
| Revista da Academia Mineira de Letras..... | 1 exemplar                               |
| A Voz do Mar.....                          | 1 exemplar                               |
| Archivos Rio-Grandense de Medicina         | 1 exemplar                               |
| Ilustração dos Estados.....                | 1 exemplar”(Belo Horizonte, 1927, p. 60) |

É bastante visível a mudança que houve no desenvolvimento do acervo da Biblioteca: foram recebidas apenas revistas brasileiras, cujos temas em sua maioria eram sobre o Brasil e suas regiões. A partir de então, a quantidade de obras em idioma português começou a superar a quantidade de obras em idioma estrangeiro.

Dentre as inovações surgidas em Minas Gerais, no campo cultural, outro fator a ser considerado foi a nomeação do “ilustre homem das letras” Guimarães Menegale como diretor da Biblioteca, o que representa a contratação de intelectuais, para fazerem parte do quadro administrativo municipal. A respeito disso, Bueno (1982, p. 41) afirma que:

“Não havendo mercado para a produção escrita, surge o Estado como mediador, abrigando o intelectual na burocracia, dispensando-o de qualquer tarefa na produção. Daí decorre o fato de os modernistas mineiros não questionarem radicalmente o poder estatal ...”

Podemos perceber nas várias afirmativas de Menegale, apresentadas no decorrer deste trabalho, que ele era um intelectual favorável ao sistema político adotado pelo Estado. Entretanto, ele implantou várias inovações para melhorar o atendimento da Biblioteca, dentre elas: a biblioteca popular, a seção de atendimento aos deficientes visuais, a leitura dos presos, a seção infantil. Menegale também foi o idealizador do Boletim Bibliographico, uma publicação da Biblioteca que abordava diversos assuntos e que será apresentado nesse trabalho, posteriormente.

Devido a Primeira Guerra Mundial, iniciou-se um processo de transferência de influências econômicas da Europa para os Estados Unidos e que foi reforçado após a Segunda Guerra. Acompanhando tais mudanças, no plano cultural também ocorreram transferências das influências européias para as norte-americanas.

O desenvolvimento das relações capitalistas, ocasionado pela hegemonia norte-americana na economia mundial, transformava as criações artísticas, antes simples motivo de divertimento, em mercadorias, o que ampliou as atividades de trabalhos intelectuais e artísticos. O grande público passou a fazer parte desse processo, avaliando tais trabalhos<sup>66</sup>. Nesse sentido:

“Na medida em que as criações artísticas se transformam em mercadoria e que, portanto, há consumidores para ela, são estes os juizes de seu valor. Com o desenvolvimento desse mercado, surge a possibilidade de forjar valores, à base da publicidade, aquilo que a chamada ‘cultura de massa’ pode impingir ...” (Sodré, 1996, p. 70)

Em decorrência dessas transformações, a atividade cênica tornou-se natural e os meios de comunicação em massa se tornaram, a partir das décadas de 50 e 60, fontes de informação predominantes para o grande público, sendo esses meios o cinema, o rádio,

---

<sup>66</sup> Esses trabalhos anteriormente eram criticados apenas pelos próprios artistas ou especialistas em arte.

e depois a televisão, que conquistavam cada vez mais espaço. Alves (1978, p. 60–62), ao avaliar essa conquista, afirma que:

“O cinema, nesse momento, passa por uma série de modificações e estabelece-se em definitivo a indústria cinematográfica brasileira ... Do outro lado, o cinema atravessava uma crise caracterizada por três fatores: tabelamento de ingressos a preço baixo, invasão do mercado pela produção estrangeira e ausência de auxílio financeiro por parte do governo.

O rádio, acompanhando o desenvolvimento das relações capitalistas, define suas preocupações dominantes: política, futebol e música popular ... seu crescimento vai sofrer as inconveniências do sistema privado com controle do Estado. Assim, o objetivo principal deixa de ser cultural para ser comercial. É instrumento poderoso de divulgação das grandes massas ...

A televisão surge em princípios da década de 50 ... recruta pessoal e estrutura do rádio para sua organização, vindo a repetir e agravar muitos dos vícios e defeitos do rádio. Montada sobre um esquema de financiamento através da publicidade, ela vai encontrar logo a forma de expansão que assume as mesmas características do desenvolvimento capitalista no Brasil, apelando para a propaganda de produtos de grandes firmas estrangeiras ...”

Os grandes espetáculos, tais como o esporte das multidões, dentre eles o futebol, que se profissionalizou, começaram a movimentar diversos valores materiais e financeiros, principalmente o dinheiro arrecadado nas bilheterias. Surgiram então novos meios de entretenimento e lazer, que atraíram a atenção do grande público.

Essa explosão dos meios de comunicação abarcou a terceira fase da Biblioteca, que durou entre 1937 e 1963, quando ela começou gradativamente a declinar. Pelos relatórios dos prefeitos, a frequência à Biblioteca quase sempre aumentava na seqüência anual, mas o acervo da instituição estava se tornando desatualizado e sem diversidade de assuntos e, por essa razão, parecia estar se tornando cada vez mais impróprio para o público intelectual ou universitário da cidade. O relatório a seguir apresenta alguns dados sobre a frequência à Biblioteca em 1953:

“O número de consultas ‘in loco’ ao acêrvo daquela Casa, elevou-se naquele ano a 38.331, e o número de consultas a domicílio, a 1.825.

Segundo o idioma, afora das obras em português, prevaleceu o número de consultas às obras escritas no idioma francês (409), inglês (369) e espanhol (367).” (Belo Horizonte, 1954, p. 90)

TABELA 1  
Estatísticas de consultas da Biblioteca Pública de Belo Horizonte - 1953

| 6 – BIBLIOTECA PÚBLICA – MOVIMENTO DE CONSULTAS – 1953 |                     |             |       |
|--|---------------------|-------------|-------|
| ESPECIFICAÇÃO  | NÚMERO DE CONSULTAS |             |       |
|  | Segundo o local     |             | Total |
|  | Biblioteca          | A Domicílio |       |
| Total  | 38331               | 1825        | 40156 |
| Segundo o assunto                                      |                     |             |       |
| Generalidades  | 1124                | ---         | 1124  |
| Filosofia  | 319                 | ---         | 319   |
| Teologia e Religião                                    | 160                 | ---         | 160   |
| Ciências Sociais – Direito                             | 566                 | ---         | 566   |
| Filosofia – Linguística                                | 399                 | ---         | 399   |
| Ciências puras   | 799                 | ---         | 799   |
| Ciências aplicadas                                     | 275                 | ---         | 275   |
| Belas Artes  | 404                 | ---         | 404   |
| Literatura   | 4273                | 1825        | 6098  |
| História e Geografia                                   | 1057                | ---         | 1057  |
| Outros   | 28955               | ---         | 28955 |
| Segundo o idioma                                       |                     |             |       |
| Português  | 36769               | 1825        | 38594 |
| Francês  | 409                 | ---         | 409   |
| Inglês   | 369                 | ---         | 369   |
| Italiano   | 209                 | ---         | 209   |
| Espanhol   | 367                 | ---         | 367   |
| Alemão   | 85                  | ---         | 85    |
| Outros   | 123                 | ---         | 123   |

FONTE: Belo Horizonte, 1954, p. 223-224.

A partir desse ano, o acervo da Biblioteca praticamente permaneceu o mesmo. Os relatórios dos prefeitos, a partir de 1958, começaram a não discriminar os assuntos das obras existentes ou assuntos consultados pelos usuários. Isso pode ser observado na seguinte referência sobre a Biblioteca:

TABELA 2  
Estatística de consultas da Biblioteca Pública de Belo Horizonte – 1953 a 1958

| VII – Biblioteca Pública | MOVIMENTO EM       |      |      |      |      |
|--------------------------|--------------------|------|------|------|------|
|                          | Média<br>1953/1954 | 1955 | 1956 | 1957 | 1958 |
|                          |                    |      |      |      |      |



|                                   |           |        |        |        |        |
|-----------------------------------|-----------|--------|--------|--------|--------|
| 1 – N° de volumes existentes..... | (5)20.313 | 20.642 | 20.794 | 21.258 | 21.851 |
| 2 – N° de consultas.....          | 36.507    | 33.526 | 42.958 | 34.015 | 43.935 |

NOTAS:... (5) Considerando para 1954, 21.322 volumes, uma vem que as revistas e jornais não oficiais são postos fora, no final de ano.

FONTE: Belo Horizonte, 1959, A – 75.

Podemos observar que a freqüência à Biblioteca não havia diminuído, porém, não foi possível descobrir qual era o tipo de público que consultava a Biblioteca. Provavelmente, ele era composto por estudantes de 1º grau, que precisavam realizar pesquisas escolares e cujos pais não tinham condições de comprar livros ou enciclopédias.

É possível que, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a Biblioteca tenha perdido o seu prestígio, deixando de ser referência como fonte de informações atualizadas e de conhecimentos gerais. Além disso, tais meios foram considerados como formas de entretenimento do grande público, o que poderia ter feito a instituição se tornar menos atrativa<sup>67</sup> à população de Belo Horizonte.

Podemos verificar que uma certa ausência de cultura também exerceu influência sobre a biblioteca pública. Esclarecemos que a ausência de cultura, nesse sentido, é considerada como a ausência de uma educação eficaz da população, que não conseguiu lutar de maneira efetiva pela manutenção da instituição em Belo Horizonte. Além disso, não houve o apoio necessário por parte da administração pública em incentivar e financiar o aprimoramento da Biblioteca, no que diz respeito à atualização

---

<sup>67</sup> Esse é um fato que aconteceu com as bibliotecas públicas brasileiras, não somente com a de Belo Horizonte.

do acervo, à melhoria das condições do espaço físico, ao atendimento ao usuário e aos serviços prestados à comunidade.

#### **4.3.2 Contribuições educacionais e culturais para a sociedade belo-horizontina**

“O gesto prático em uma biblioteca como instrumento de ação cultural é, necessária e basicamente, um trabalho de leitura. E leitura no amplo sentido de – como disse Paulo Freire<sup>68</sup> -, repensar historicamente, sociologicamente, tanto o acervo cultural que nos circunda, quanto o nosso contexto cultural, para que, num processo de tradução, de decodificação, para que, num processo de busca de sempre maior consciência, se traia as intenções de normalização social presentes na cultura e se dar vida aos elementos emergentes de nosso contexto cultural<sup>69</sup>.” (Flusser, 1983, p. 168)

Durante vários séculos uma biblioteca deveria cumprir, principalmente, a função de preservar os livros e documentos. Essa concepção perdurou até o século XIX, quando surgiu a biblioteca pública moderna. Ela foi resultante das transformações sociais que ocorreram com o desenvolvimento da indústria e a crescente urbanização dos séculos XVIII e XIX. A partir daí, os serviços começaram a ser organizados de maneira sistemática e caberia a ela difundir o conhecimento acumulado em seu acervo, visando o desenvolvimento da sociedade: “Esperava-se que as bibliotecas contribuíssem de maneira significativa para a ordem social e o progresso nacional ...”. (Mueller, 1984, p. 9)

O papel da biblioteca, com isso, se modificou: ela não deveria ser apenas um depósito de livros. Ela teria que, além de adquirir, organizar e preservar o acervo, disponibilizá-lo

---

<sup>68</sup> FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberação e outros escritos*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

<sup>69</sup> O autor (p. 148) define o acervo cultural como sendo o conjunto de obras, coisas feitas pelo homem, ou seja, é uma matéria que adquire determinada forma depois do trabalho humano. Contexto cultural, por sua vez, constitui as próprias idéias do homem, a sua maneira de pensar e agir, ou seja, cultura como representação.

ao público e elaborar trabalhos para difundir a informação e o conhecimento em todos os cantos da comunidade a que serve. Essa difusão poderia ocorrer nas esferas educacional e cultural (eles são relacionados um com o outro).

Neste item serão relatadas as atividades de difusão informacional e cultural para o ambiente externo ao da instituição, além da contribuição na área educacional.

O Brasil, na década de 1920, estava presenciando uma campanha e uma série de realizações que configuravam um momento de entusiasmo pela educação. Isso se deu devido a um sentimento de desilusão dos republicanos com a República então existente: “Trata-se de um movimento de ‘republicanização da República’ pela difusão do processo educacional – movimento tipicamente estadual, de matiz nacionalista e principalmente voltado para a escola primária, a escola popular.” (Nagle, 1997, p. 262)<sup>70</sup>.

Os problemas da sociedade - a oligarquia e a dificuldade econômica que o país enfrentava - eram derivados de uma incultura reinante. Por isso, deveriam ser combatidos por meio da educação. Aquela incultura só permanecia devido à ignorância popular, fruto da falta de patriotismo e da ausência de uma cultura “prática” ou de formação técnica.

A educação do povo seria, nesse sentido, um meio de conquistar o sentimento de identidade nacional. “A percepção ‘romântica’ dos problemas da sociedade brasileira e de suas soluções resulta numa superestimação do processo educacional: regenerador do homem, ele é, conseqüentemente, o regenerador de toda a sociedade brasileira”. (Nagle, 1997, p. 263).

---

<sup>70</sup> Aqui nesse trecho do trabalho serão apresentadas algumas características do contexto educacional que o Brasil viveu em da década de 20 à década de 70. O contexto cultural já foi apresentado anteriormente.

Nesse período também foram criadas as primeiras universidades: a Universidade do Rio de Janeiro (1920), seguida da Universidade de Minas Gerais (1927). Ainda no âmbito da União, procedeu-se à reorganização da escola secundária e superior (1925).

Sodré (1996, p. 73) não viu com otimismo esse momento:

“... foi tardio, no Brasil, o aparecimento da Universidade que, bem cedo, apresentou claros sintomas de crise. As necessidades sociais, aqui, até que as relações capitalistas atingissem certo nível ... foram perfeitamente atendidas, dada a estrutura da sociedade, pelo funcionamento isolado das Faculdades, particularmente aquelas que proviam as necessidades quantitativas de profissionais liberais. A idéia de agrupar, em alguns casos, tais Faculdades em Universidades correspondeu, de início, mais à tendência imitativa do que a uma necessidade claramente manifestada. Sentia-se, aqui, a inferioridade que a ausência de Universidade traduzia; a criação dependia de decisão administrativa e, portanto, não apresentava dificuldade. Mas, também, não tinha condições para esconder seu sentido inócuo. Persistiu o provimento das atividades profissionais antigas – advogados, médicos, dentistas, farmacêuticos – ao mesmo tempo que a complexidade crescente da sociedade multiplicava a divisão do trabalho, criando novas exigências universitárias.”

A Biblioteca não estava fora desse contexto: o primeiro registro encontrado a respeito foi sobre o atendimento que ela vinha fazendo aos estudantes:

“... sendo a única Bibliotheca Publica da Capital, grandes beneficios vem prestando á população, principalmente á classe de estudantes; a sua frequencia, de 31 de Agosto de 1922 a igual data de 1923, attingiu a 20.242 pessoas, que, além da leitura de jornaes e revistas, consultaram diversas obras de sciencias e artes, no total geral de 20.398 exemplares. (Bello Horizonte, 1923, p. 32–33)

No entanto, esse atendimento era deficiente para a consulta de alunos dos estabelecimentos de ensino secundário e superior, uma vez que não havia um acervo adequado para eles. Foi possível, porém, adquirir livros para os alunos da Faculdade de Medicina e da Escola de Agronomia e Veterinária.

Percebemos então que a Biblioteca estava priorizando os alunos de nível primário e dando uma assistência aos estudantes daquelas faculdades, ao mesmo tempo em que

não estava em condições de atender as necessidades dos alunos de nível secundário e superior.

Entre o final da década de 1920 e início da década de 1930, surgiu um novo momento na educação brasileira, caracterizado pelo otimismo pedagógico, que pretendia substituir o modelo educacional antigo por um novo, representado pelas idéias da Escola Nova. Segundo Nagle (1997, p. 264–265), tais idéias se concretizaram nas realizações de algumas modalidades, sendo a mais difundida a reforma Benjamin Constant, que trouxe algumas propostas: a substituição de um modelo curricular humanista por um outro científico<sup>71</sup>; o aparecimento de uma escola primária alfabetizante, que deteria tornar-se também integral; esforço para combinar na escola secundária as ciências com as letras, para implantar o sistema universitário e para introduzir matérias técnicas ou profissionais nos cursos primário e secundário. Em todos esses exemplos, tentou-se ou realizou-se a substituição total ou parcial do modelo antigo pelo novo.

Nesse momento, começou a haver uma maior cobrança no sentido de ampliar as responsabilidades do Estado em matéria educacional, iniciando-se uma luta contra os descasos do poder público nessa área. Nesse contexto, a racionalização da administração escolar, ou seja, a distribuição de competências entre a União, Estado e Municípios, adquiriu maiores proporções no país.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte, nesse período, começou por meio de Menegale, ao tentar se tornar uma biblioteca popular em sua segunda fase, entre 1930 e 1937, a

---

<sup>71</sup> Inclui as ciências segundo a classificação de Augusto Comte: Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Alemão, Matemática, Astronomia, Física, Química, História Natural, Biologia, Sociologia e Moral, Geografia, História Universal, História do Brasil, Literatura Nacional, Desenho, Ginástica, Evoluções Militares e Esgrima, Música.

se engajar no desenvolvimento da educação no país, o que pode ser percebido na afirmativa do bibliotecário (1932, p. 21-22)

“Basta a educação escolar, na sua fase transitória?

... é preciso transpor os muros da escola, para não perder com a vida o contacto, que a obra escolar, por mais aprimorada, não supre. Que outro complemento, então, para essa obra, como o da leitura viva, a que transfunde sangue espiritual, em oposição a essa bibliofagia inócua ou indigesta, cuja cura póde estar nas bibliotecas populares?

A escola ensina, mas a biblioteca incentiva a vontade de aprender, uma vez que proporciona a leitura continuada e estimulante ...

... é ela um instrumento de autoeducação intelectual. Arrebatando o rapaz ás dissipações da vida irregular, explicavel na ociosidade, e assim exercendo relevante função social, a leitura organizada afeiçoa o espirito e orienta-o ...”

Nesse sentido, a biblioteca pública teria a obrigação de, não apenas complementar o aprendizado na escola, mas incentivar o aluno, através da leitura, a buscar seu enriquecimento cultural e espiritual, o que seria sua responsabilidade social, de acordo com a filosofia biblioteconômica da Escola de Chicago. O acervo da instituição estava também adquirindo um caráter científico, comprovado pelo do sistema de classificação organizado por Menegale (ver Anexo 2).

Nessa fase, a instituição também começou a se preocupar com a realização de atividades de difusão cultural. O decreto n. 64 de 1930, em seu artigo 35, determinou que na biblioteca haveria uma sala de conferências, que poderiam se realizar mediante a permissão do bibliotecário ou que este as promoveria, escolhendo os assuntos e convidando as pessoas que delas teriam que se encarregar. No entanto, o decreto ressaltou que em nenhum caso poderiam ser tratados nessas conferências, permitidas ou promovidas pelo bibliotecário, “assuntos facciosos”. Isso significa que essas atividades também poderiam ser meios de legitimação do sistema político-ideológico dominante.

É necessário ressaltar que as atividades relacionadas aos setores educacionais e culturais de uma sociedade foram, em diversos momentos da História, influenciadas pelo contexto político pelo qual ela está passando.

O novo regulamento da Biblioteca, dado pelo decreto n. 67 de 1930, em 1936, no artigo 9º determinou que o bibliotecário deveria distribuir por outras bibliotecas públicas as duplicatas das obras existentes, bem como fazer as permutas que poderiam ser vantajosas, o que significa, de certa forma, uma maneira de difundir a informação para locais externos ao da instituição. O decreto também determinou que o bibliotecário deveria: promover dentro ou fora do estabelecimento, conferências de caráter cultural, convidando as pessoas que dela deveriam se encarregar, além de dirigir o “Boletim Bibliographico”.

Esse boletim, de acordo com o relatório de 1935-1936 (Bello Horizonte, 1937, p. 32) foi publicado em quatro números e distribuído pelas instituições culturais e estabelecimentos de ensino, como “útil repositório” de notícias e, segundo esse próprio documento:

“A direcção da Bibliotheca Publica de Bello Horizonte offeree ás Prefeituras do Estado, como a quaesquer interessados, informações sobre a organização de bibliothecas, desde a localização e condições hygienicas até á disposição, catalogação e tratamento dos livros, assim como um modelo pratico de regulamento para os serviços de consultas e de emprestimos domiciliares.

O ‘Boletim Bibliographico’ destina-se a distribuição gratuita.

Os estabelecimentos de ensino, as associações de classes ou culturaes, as instituições, em summa, que disponham de bibliotheca, dentro ou fora do Estado, têm direito a recebê-lo, desde que o solicitem á direcção, com o endereço: Bibliotheca Publica – Bello Horizonte.” (Boletim Bibliographico, 1935, p. [88])

O boletim foi dirigido por Menegale e, segundo Linhares, em *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte...* (1995, p. 327), foram publicados três números<sup>72</sup>, que além de preencherem plenamente os fins de sua criação, publicaram artigos de destacada colaboração dos mais consagrados escritores mineiros, como Eduardo Frieiro, Aires da Mata Machado Filho, o próprio Guimarães Menegale, entre outros. O boletim foi considerado, segundo Linhares (1995, p. 237) uma publicação de grande utilidade, tanto para o público como para os intelectuais. Infelizmente deixou de ser editado, pois nele são encontradas informações sobre o atendimento ao usuário, além dos extratos dos catálogos, das notícias sobre o movimento bibliográfico em Minas Gerais e no Brasil, e artigos sobre bibliotecas públicas e outros assuntos. Esse documento abordou em profundidade a criação da própria Biblioteca.

As conferências promovidas pela Biblioteca e o boletim, além de terem sido meios eficazes de divulgação da instituição e difusão da informação para diversas pessoas, provenientes de vários locais e instituições de Belo Horizonte, foram também um meio de estabelecer contatos com profissionais qualificados e de possibilitar a criação de produções literárias e científicas. Além disso, a Biblioteca manter-se-ia atualizada com a troca de idéias com os palestrantes e com as instituições que recebiam o boletim. O que nos mostra uma inovação ocorrida em Belo Horizonte, no que diz respeito às atividades de difusão da informação.

Entre as décadas de 1940 e 1970, a educação escolar no Brasil registrou uma profunda modificação, representada pela progressiva extensão das oportunidades de acesso à escola, em todos os níveis de ensino para setores cada vez mais amplos da sociedade, o que significou o processo de democratização do ensino.

---

<sup>72</sup> Não foi possível localizar o último número do boletim, assim foram consultados os dois primeiros.



Esse processo se deu em dois significativos movimentos, sendo que o primeiro consistiu no crescente aumento relativo da matrícula nos vários níveis de ensino, especialmente naqueles cursos destinados à formação comum de todos os habitantes; o segundo, por sua vez, representou a gradual eliminação dos antigos tipos de ensino de nível médio, destinados a diferentes tipos de clientela e sua substituição por um modelo único de escola. Entretanto, até os dias atuais esse processo encontrou sérias dificuldades, inclusive no aspecto quantitativo: nas regiões mais ricas, o sistema de ensino aproximou-se mais de um ideal de uma escola comum universal; enquanto que nos estados mais pobres, nas zonas rurais ou nas periferias dos grandes centros urbanos, a rede de escolas está longe de absorver a totalidade dos habitantes, mesmo na primeira série da escola comum. O que nos aponta que nem todos no país tinham acesso à educação, situação que continua atualmente e contribui para que o Brasil tenha um dos maiores índices de desigualdade social no mundo.

Não podemos desconsiderar a qualidade de ensino, que também gerou diversos problemas, como grande evasão e retenção de alunos, bem como a falta de um preparo adequado dos alunos para enfrentarem o mercado de trabalho e que também não adquiriam um conhecimento reflexivo e humanístico. A escola estava interessada apenas em produzir mão-de-obra, muitas vezes pouco ou não qualificada, para trabalhar no setor industrial que estava se desenvolvendo. Entretanto, essa situação não se estendeu a todos os habitantes do país. A educação escolarizada apareceu como privilégio econômico e social, uma vez que a desigualdade econômica, cultural e social fomentou condições impróprias ao aproveitamento das oportunidades educacionais: as dificuldades financeiras eram reforçadas pela indiferença diante da instrução. Diante disso, Beisiegel (1997: 411) acredita que:

“... o processo de exclusão continuaria operando eficazmente, mas sob formas menos transparentes. A generalização das oportunidades de acesso à escola comum e o alargamento das possibilidades de ingresso nos degraus superiores da escolaridade estariam somente disfarçando a persistência dos mecanismos de discriminação. Quando os habitantes encontram possibilidades reais de ingresso no ensino comum e vêem progressivamente eliminadas ou, pelo menos, enfraquecidas as barreiras que impediam sua progressão na seqüência da escolaridade, já não seria tão evidente a existência desses mecanismos ...”

Diante disso, podemos questionar como a Biblioteca de Belo Horizonte passou a agir na cidade, em relação a essas mudanças no setor educacional? Qual foi o papel educacional e cultural que a Biblioteca adquiriu, a partir de então?

Foram encontrados poucos registros sobre a atuação da Biblioteca nesse setor a partir da década de 1940. No seguinte relatório encontramos uma breve referência sobre esse tema:

“Dia a dia se torna mais importante a função da Biblioteca Pública, como fonte de desenvolvimento cultural para a população. Por isso mesmo, esse departamento mereceu de nossa parte a atenção que se fazia necessária, para que sua marcha normal, preenchendo finalidade relevante na vida da cidade, não se interrompesse.” (Belo Horizonte, 1942, p. 125–126)

O acervo foi se tornando cada vez mais apropriado para estudantes do nível primário, em detrimento dos estudantes do nível superior, provavelmente porque o primeiro grupo concentraria a maior parte dos usuários da instituição. Os assuntos passaram a se concentrar em literatura infantil, história, geografia, biografia, ciências sociais, direito, filosofia, teologia, religião, artes, ciências puras e aplicadas, por serem mais voltados para aquele tipo de público.

Ao mesmo tempo, a Prefeitura estava reformando e ampliando seus serviços, através do decreto n. 209, publicado em 1947, que criou vários departamentos, dentre eles, o Departamento de Educação e Cultura, ao qual a Biblioteca tornou-se subordinada. Esse decreto, através do artigo 115, também determinou que a instituição deveria cooperar

com o Serviço de Turismo e Recreação, também subordinado àquele departamento, no preparo da parte relativa às exposições de livros, das quais a Biblioteca deveria participar e que integrariam o programa de atividades turísticas, a cargo daquela seção. Com isso, a Biblioteca adquiriu uma competência até então inexistente para ela, que era trabalhar no apoio ao turismo, em parceria com outro setor da Prefeitura. Diante dessa alteração, no entanto, podemos novamente perceber que ela perdeu a sua autonomia no espaço administrativo da Prefeitura.

Outro aspecto a ser considerado foi a Lei n. 333, que em 1953 determinou que a Biblioteca deveria efetuar campanhas educativas, estimulando o gosto pela leitura e estimulando a frequência. Essa lei nos mostra que surgiu uma consciência, por parte da Administração Municipal, de que a instituição deveria contribuir para o progresso social da cidade, como comprova o relatório a seguir:

“Para atender às exigências do progresso social devem ser incrementadas ao máximo as atividades que visem ao aprimoramento do senso artístico, cultural e recreativo da população.  
As bibliotecas de Belo Horizonte concorrem, com seu acervo bibliográfico à disposição dos consulentes, para se atingir àquele fim ...”  
(Belo Horizonte, 1955, p. 24)

No entanto, a Biblioteca continuou a ser subordinada ao Departamento de Educação e Cultura, condição que se permaneceu até a transferência do acervo para o IMACO, em 1963.

Devido à democratização de ensino, o número de escolas públicas municipais e estaduais aumentou, o que era necessário para acompanhamento da expansão de matrículas. Em Belo Horizonte esse aumento também se concretizou, até mesmo pelo fato da cidade ser a capital de um dos estados mais ricos do país. Provavelmente algumas escolas criaram bibliotecas em seu espaço. Desse modo, o atendimento ao

usuário na Biblioteca de Belo Horizonte começou a se reduzir, fato esse também ligado à diminuição do número de aquisição de obras. Para comprovação disso, verificamos que a instituição registrou em 1940 e 1941 uma frequência, respectivamente, de 76.343 e 63.119 (Belo Horizonte, 1942, p. 125); em 1948 ela caiu para 26.495 pessoas (Belo Horizonte, 1948, p. 131). Na década de 1950 e início da década de 1960, ela ficou oscilando entre 30.000 e 50.000 pessoas, conforme mostram as tabelas apresentadas a seguir:

TABELA 3  
Estatística de consultas da Biblioteca Pública de Belo Horizonte – 1953 a 1958

| VII – Biblioteca Pública          | MOVIMENTO EM    |        |        |        |        |
|-----------------------------------|-----------------|--------|--------|--------|--------|
|                                   | Média 1953/1954 | 1955   | 1956   | 1957   | 1958   |
| 1 – N° de volumes existentes..... | (5)20.313       | 20.642 | 20.794 | 21.258 | 21.851 |
| 2 – N° de consultas.....          | 36.507          | 33.526 | 42.958 | 34.015 | 43.935 |

FONTE: Belo Horizonte, 1958, p. 6/6, Anexo XV/1.

TABELA 4  
Estatística de consultas da Biblioteca Pública de Belo Horizonte – 1959 a 1963

| 6 – Biblioteca Pública              | MOVIMENTO EM |       |       |       |          |
|-------------------------------------|--------------|-------|-------|-------|----------|
|                                     | 1959         | 1960  | 1961  | 1962  | 1963     |
| 6.1 – N° de Volumes existentes..... | 22005        | 22179 | 22478 | 22996 | 23047    |
| 6.2 – N° de consultas.....          | 49575        | 50973 | 32452 | 27049 | (5)13145 |

NOTAS: (...) (5) A biblioteca deixou de funcionar no expediente externo de 1º de junho a dezembro pelo fato de ter sido transferida do antigo local para outro, não estando ainda em condições de atender ao público. (p. 46)

FONTE: Belo Horizonte, 1964, p. 46.

TABELA 5  
Estatística de consultas da Biblioteca Pública de Belo Horizonte – 1962 a 1965

| 6 – Biblioteca Pública              | MOVIMENTO EM |       |      |         |
|-------------------------------------|--------------|-------|------|---------|
|                                     | 1962         | 1963  | 1964 | 1965    |
| 6.1 – Nº de Volumes existentes..... | 22996        | 23047 | --   | (4) 789 |
| 6.2 – Nº de consultas.....          | 27049        | 13145 | --   | ...     |

NOTAS: (...) (4) Em virtude de estar em período de organização, conseqüência de sua mudança, não se sabe, ao certo, o número de volumes existentes na biblioteca razão pela qual está respondido só parcialmente. (p. 53 – A)

FONTE: Belo Horizonte, 1966, p. 53, 53 – A.

Podemos verificar que a freqüência à Biblioteca caiu vertiginosamente entre o início e o fim da década de 1940 e, na década de 1950, ela ficou oscilando nas faixas de 30.000 e 40.000. Na década de 1960, no entanto, voltou a ter uma queda, devido à mudança da Biblioteca para um novo local e, além disso, provavelmente por causa do surgimento de bibliotecas escolares. Diante dessa considerável perda de usuários, a instituição acabou perdendo seu espaço também no cenário educacional da cidade.

Podemos afirmar que a educação desenvolvida deveria ser uma forma para a criação e manutenção de bibliotecas públicas, bem como um estímulo à leitura e à pesquisa nessas instituições<sup>73</sup>. No entanto, em Belo Horizonte ocorreu uma situação bastante contraditória: a Biblioteca Pública, que de certa forma contribuiu para o desenvolvimento da educação primária na cidade, acabou perdendo o seu prestígio na

---

<sup>73</sup> Com a reforma de ensino ocorrida no Brasil, em 1971, houve um “estímulo” às pesquisas escolares em bibliotecas públicas. No entanto, elas acabaram adquirindo um caráter escolar, cujo acervo em sua maioria passou a constituir-se de livros didáticos e enciclopédias. Muitas famílias, também, tinham condições de comprar esse tipo de livro, o que acabou fazendo com que esses alunos não procurassem as bibliotecas.

cidade, também devido a esse desenvolvimento. Esse fato nos mostra mais uma prova de que o desenvolvimento no setor educacional do país ocorreu de maneira bastante limitada e inadequada, tanto quantitativa quanto qualitativamente. A Biblioteca Pública de Belo Horizonte, do ponto de vista da ação cultural de Flusser, apresentada no início desse item, não conseguiu modificar expressivamente esse quadro na cidade.

## **5 – A EXTINÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BELO HORIZONTE**

Neste capítulo será abordada a extinção da Biblioteca Pública de Belo Horizonte que se deu em 1963, bem como a situação do seu acervo desde esse episódio.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte teve uma trajetória tumultuada, em decorrência da evolução administrativa da prefeitura da cidade, dos contextos político, cultural e educacional pelos quais o país passou. Além disso, houve o descaso da autoridade

pública municipal em atualizar o acervo da instituição e em contribuir para o aprimoramento dos seus serviços.

Apesar dessas dificuldades que a Biblioteca enfrentou, a instituição prestou relevantes serviços à cidade, dentre eles: a apresentação de um atendimento direcionado a crianças, deficientes visuais e presos; um acervo que nos primeiros quarenta anos da instituição era bastante apropriado para os estudantes de nível primário, ao mesmo tempo que era constituído por obras eruditas; a publicação do boletim bibliográfico e a promoção das conferências. A freqüência constantemente aumentava na seqüência anual, até o fim da década de 1940, quando começou a sofrer uma queda considerável. De qualquer forma, muitas leituras, pesquisas e trabalhos foram realizados na cidade, devido a atuação da Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

Por essas razões, ou seja, pelo fato da Biblioteca ter sido uma instituição tão importante, acreditamos que o seu declínio e extinção foram acontecimentos que ocasionaram uma perda irreparável na cidade. Aliás, são essas razões que nos levam a tentar descobrir porque houve a perda de um patrimônio bibliográfico que jamais será recuperado em sua totalidade.

## **5.1 As causas**

Ao longo do capítulo anterior, percebemos que podem ter sido vários os fatores relacionados à extinção da Biblioteca Pública de Belo Horizonte:

- a perda de autonomia da Biblioteca em relação à estrutura administrativa da Prefeitura, que foi tornando-se maior e mais diversificada em decorrência da

urbanização de Belo Horizonte. Isso levou a instituição tornar-se subordinada a diversos departamentos;

- a ausência de esforços da Administração Pública Municipal em conseguir um espaço físico definitivo e com condições adequadas para a instalação da Biblioteca, o que fez com que o acervo da instituição fosse transferido para a Biblioteca do IMACO;
- a desatualização do acervo da Biblioteca, que acabou tornando-o apropriado apenas para estudantes de nível primário, em detrimento dos estudantes de nível superior e intelectuais e da população em geral;
- o conturbado momento político pelo qual o país e a cidade estavam passando em 1963, ou seja, as vésperas da ditadura militar, e que estava sendo cenário de muitas agitações sociais;
- a provável falta de interesse da significativa parcela do público em continuar a freqüentar a Biblioteca, que pode ter sido provocada pela desatualização do seu próprio acervo, além da explosão das culturas de massa e do surgimento de bibliotecas escolares;
- a negligência das autoridades públicas municipais, estaduais e federais em relação às bibliotecas públicas do país, resultado de uma ineficaz política cultural e educacional no país.

Todas essas causas já foram bastante discutidas neste trabalho. Porém, não foram apresentados dois fatores que podem ter sido os motivos principais da extinção da Biblioteca Pública de Belo Horizonte: a necessidade de um maior espaço para a



Câmara de Vereadores, em cujo edifício funcionava a Biblioteca; e a construção da Biblioteca Pública Estadual, cujos detalhes serão relatados a seguir.

### **5.1.1 O espaço e a cultura: perdidos no Parque Municipal**

A Câmara dos Vereadores, antigo Conselho Deliberativo, estava necessitando urgentemente de um maior espaço para que os vereadores pudessem fazer suas deliberações. A Biblioteca Pública de Belo Horizonte, naquele momento, ocupava este espaço, o que incomodava bastante os membros da Câmara. Esse problema aguardava uma medida administrativa por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, no entanto, a Administração não se manifestou, atitude essa que descontentava ainda mais aos vereadores. Segundo o Jornal Correio de Minas (1964)<sup>74</sup>, esse problema perdurava há algum tempo:

“O caso da Biblioteca Municipal e Câmara de Vereadores surgiu há dois anos, depois de frustrados os planos para a construção do novo edifício da Câmara. Nos últimos dias da presidência de Rui da Costa Val, a parte de baixo, onde estava instalada a biblioteca, começou a receber amplas reformas por conta do Departamento de Educação e Cultura ... “

Os cuidados necessários a uma instituição cultural da cidade não estavam sendo considerados importantes pelos representantes legislativos de Belo Horizonte. Então, segundo artigos da época, o presidente da Câmara, Nilson Gontijo, em 03 de agosto de 1963, não esperando alguma atitude do prefeito, acabou despejando o acervo da Biblioteca nos bancos do Parque Municipal:

---

<sup>74</sup> As notícias a respeito do despejo do acervo da Biblioteca Pública de Belo Horizonte foram retiradas de cópias de artigos de jornais, arquivadas na Biblioteca do IMACO. Naquelas cópias, não se encontram os números das páginas.

“A Biblioteca Municipal foi despejada, ontem à tarde, e seus livros colocados nos fundos da Escola Técnica do Comércio, pois a Câmara Municipal não a deseja mais no prédio que ocupava há vários anos. O Presidente da Câmara Municipal, sr. Nilson Gontijo, deu ordem a um grupo de homens com um caminhão, para tirar todos os livros e armários do prédio da rua da Bahia e colocá-los em qualquer prédio da Prefeitura. Disso que desejava forçar a Municipalidade a tomar uma providência definitiva.” (Diário da Tarde, 1963)

“Despejada nas alamedas e bancos do Parque Municipal no domingo 3 de agosto de 1963, por ordem do então presidente Nilson Gontijo, da Câmara Municipal, há seis meses que a Biblioteca Pública Municipal vem dando trabalho, dia e noite, estando longe ainda de ficar organizado.” (Correio de Minas, 1964).

Segundo o Jornal Diário de Minas (1963), por sua vez, os vereadores apresentavam algumas justificativas para tal ato:

“Os 30 mil livros da Biblioteca Municipal foram levados para o IMACO porque os vereadores reclamavam mais espaço para as suas atividades, e a Biblioteca que funcionava no prédio da Câmara, ocupava três grandes salas que, agora, estão sendo remodeladas. Justificam a mudança, afirmando que, assim diminuem o perigo de incêndio na Câmara, que era grande devido aos livros serem velhos. Além disso, disseram que a mudança da Biblioteca só iria beneficiar a ela mesma, porque as consultas estavam rareando cada vez mais. O prefeito Jorge Carone prometeu melhores instalações e se interessar pelo aumento de suas verbas, anunciando que a Biblioteca ficaria instalada em salas do IMACO. Enquanto isso, os livros não podem ser consultados porque estão perdidos em dois grandes montes.”

Essa atitude, obviamente, provocou um forte sentimento de indignação por parte do público de Belo Horizonte, e que foi expresso, muitas vezes com sarcasmo, em vários artigos de jornais:

“...o que foi feito com a biblioteca Municipal foi estúpido, um ato vagamente semelhante ao de Fidel Castro nas Igrejas de Cuba. Defender o Sr. Gontijo o fato das poucas acomodações para a Câmara dos Vereadores e que o espaço ocupado pela biblioteca era indispensável. Até aí tudo certo, o espaço era necessário à Câmara. O errado foi despejar a biblioteca apressadamente, ‘JOGANDO’ os livros no Parque como é do testemunho de muita gente...” (Maurício, 1963)

“Esta brilhante iniciativa que certamente demonstra um grande amor pela cultura, partiu do pres. da Câmara dos Vereadores... Esta biblioteca era uma das poucas coisas que ‘funcionavam’ na cidade... Esta atitude do sr. Gontijo é um verdadeiro atentado à cidade, e nos faz ter grandes

dúvidas a respeito da inteligência e da cultura do pres. da C. Municipal...” (Gomes, 1963)

“E tudo isso apenas para que os senhores vereadores não perdessem o sossego amedrontados de que a presença tão próxima de livros pudesse contaminá-los com o grande mal da alfabetização.” (Aulicus, 1963)

“... somos contra, e protestamos, o modo pelo qual se fez o despejo da Biblioteca para novo local, local que, aliás, ainda não existe para ela, indo ainda construir-se o prédio que abrigará os livros...”

Esse despejo extemporâneo é, pois, uma coisa lamentável e censurável...” (Mendes, 1963)

“E a Biblioteca Municipal acabou mesmo ... e a cidade foi quem perdeu nesta brilhante iniciativa da Câmara dos Vereadores, cujos membros são eleitos para dar ao povo aquilo que ele precisa. Até certo ponto, ironia. De resto falta de muita coisa no que diz respeito a caráter...” (Diário da Tarde, 1963)

“Várias reclamações contra a atitude da Câmara já se fizeram ouvir por parte dos frequentadores habituais da biblioteca Municipal...”

O tipo popular de Belo Horizonte, ‘Seu Geraldo’, que todos conhecem como professor, chorou quando viu o despejo da biblioteca. Era frequentador assíduo e chegou até o 3º ano da escola de Filosofia, estudando nos livros daquela casa.

Uma mulher telefonou para a redação, pedindo que o jornal tomasse uma providência, porque seus cinco filhos e de muitas outras mães, que não podiam comprar livros, vão ser obrigados a parar de estudar.”(Diário da Tarde, 1963).

É inegável a importância que a Biblioteca tinha para Belo Horizonte e que sua remoção do edifício da Câmara foi bastante prejudicial para a população da cidade. O acervo era bastante consultado por um público variado e possuía um valor cultural bastante considerável pelos usuários. No entanto, as reclamações não foram suficientes, já que não conseguiram impedir mais uma medida que refletiu o descaso e a negligência das autoridades públicas municipais em relação à Biblioteca e ao conhecimento e à cultura proporcionados por ela.

### **5.1.2 Uma morte construída**

Em termos legislativos, a idéia da fundação de uma biblioteca pública estadual em Minas Gerais começou a ser debatida em 1929, quando o Presidente do Estado sancionou, do Congresso Mineiro, a lei estadual n. 1127, de 19 de outubro de 1929, que autorizava o Governo a fundar a Biblioteca Pública de Minas, fixando-lhe uma subvenção destinada, na sua totalidade, a aquisição de livros e publicações diversas, cabendo à Prefeitura de Belo Horizonte as despesas com o pessoal.<sup>75</sup> O prefeito, por sua vez através do decreto municipal n. 63, de 06 de março de 1930, ressaltou a necessidade de criação da biblioteca estadual, conforme nos mostra o registro a seguir:

“Ao remeter a V.excia. o regulamento da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, tomo a liberdade de consignar alguns esclarecimentos sobre o critério a que obedeci na sua confecção com a qual, aliás, atendi a um desejo de v.excia., como seja o de aparelhar a Capital de um estabelecimento daquela natureza na proporção das suas exigências. Efetivamente, além de ser a Capital e a mais populosa cidade do Estado, Belo Horizonte é um centro universitário em desenvolvimento; torna-se, portanto, necessário organizar uma biblioteca publica em condições de, ao mesmo tempo, favorecer a cultura popular e proporcionar aos estudantes maiores facilidades para a consulta de obras que lhe interessam. Ponto para o qual desejo ainda invocar a atenção de v. exc. é o relativo à criação de uma seção especial denominada ‘Biblioteca dos Autores Mineiros’, destinada a recolher as produções e a documentação da literatura, história e geografia de Minas Gerais – iniciativa nova e de notório alcance.”

O próprio prefeito, como podemos perceber, acreditava que a Biblioteca Pública de Belo Horizonte não era um estabelecimento adequado à cidade, que era uma cidade populosa e que estava se tornando um centro universitário.

O primeiro passo para o desenvolvimento do acervo da Biblioteca Estadual foi a organização da seção “Biblioteca dos Autores Mineiros” determinada pelo decreto n. 64, em 1930, e pelo decreto n. 67, em 1936. A seção deveria compreender livros sobre história e a geografia de Minas Gerais, além de obras literárias de autores mineiros e

---

<sup>75</sup> A Prefeitura naquele momento era subordinada ao Presidente do Estado.

outros documentos relativos ao estado. O próprio bibliotecário Menegale se empenhou em constitui-la na Biblioteca Pública de Belo Horizonte, além de propor a construção de uma biblioteca para Minas, como ele ressaltou em seu relatório:

“Expedi a numerosos autores mineiros circular nestes termos:  
‘A fim de dar cumprimento ao imperativo regulamentar da Biblioteca Pública de Belo-Horizonte, que, segundo ato governamental, criou a ‘Biblioteca dos Autores Mineiros’, remeto-vos um questionário a que encarecidamente vos solicito responder, e com igual empenho vos rogo a gentileza de enviar a esta Biblioteca todas as vossas obras, ou pelo menos indicar onde poderão ser adquiridos ... Além da contribuição dos autores mineiros, a secção mineira visa a coligir as obras concernentes á história e geografia de Minas, ainda que não sejam mineiros os autores. Dei início, por conseguinte, á organização da biblioteca mineira, separando-a em estantes próprias ... Conta já a biblioteca mineira 667 volumes, entre literatura, historia, geografia, coleções de jornais encadernadas, mensagens presidenciais, relatorios de Secretários, monografias e relatorios municipais... Não me parece justo, porém, que a Biblioteca sobrecarregue unicamente a Prefeitura. Minas precisa ter a sua biblioteca. Que, pelo menos, o Estado auxilie na aquisição de obras, desde que queira deixar á Prefeitura, cujas rendas são notoriamente reduzidas, o encargo do funcionalismo. Em suma, parece-me que não se tem pensado muito na necessidade de aparelhar Minas, na sua Capital, de uma biblioteca á altura dos seus titulos de cultura e progresso.” (1932, p. 65, 68-69, 100–101)

É interessante observar nessas citações como a própria Biblioteca de Belo Horizonte estava, de certo modo, colaborando para o seu fim, recebendo o respaldo das autoridades públicas municipais e estaduais, que intencionavam unificar os acervos relativos a Minas Gerais oriundos das bibliotecas existentes, conforme pode ser visto no seguinte relatório:

“Em mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, anunciou V. Excia. o propósito de unificar as bibliotecas existentes na Capital. Com essa inteligente medida, conseguirá V. Excia. transformar as nossas modestas bibliotecas em uma grande Biblioteca Estadual, reduzindo o gasto, porque os exemplares de livros em duplicata e triplicata poderão ser permutados por outros, de que se ressintam as bibliotecas unificadas.” (Bello Horizonte, 1937, p. 32)

Entretanto, foi somente no ano de 1953 que o governador de Minas deu os primeiros passos para a construção da Biblioteca Estadual, cujo primeiro diretor e organizador foi

o escritor Eduardo Frieiro. Em 1970, Frieiro mencionou sobre esse fato, enfatizando as precárias condições da Biblioteca Pública de Belo Horizonte:

“Em fins de 1953, o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Governador de Minas, encarregou-me de organizar a Biblioteca Pública do Estado. Belo Horizonte concentrava os 400.000 habitantes. Em pouco teria meio milhão. Era um importante centro universitário, tinha vida intelectual intensa, mas não dispunha de uma biblioteca pública que correspondesse à elevada expressão de seu desenvolvimento demográfico e cultural.

Havia sem dúvida bibliotecas de entidades diversas e uma única de carácter público, a da Prefeitura Municipal. Esta, porém, muito modesta, estava longe de satisfazer ao que se pede a uma boa casa de leitura destinada ao povo. Não era fácil encontrar na cidade obras de consulta. Como podia alguém dedicar-se a estudos especializados sem os elementos indispensáveis a êsse fim? Tinha-se de ir ao Rio ou a São Paulo, onde existiam grandes bibliotecas eruditas. Nossa falta era grave.” (Frieiro, 1970, p. 8)

Em 1954, a lei estadual n. 1087 de 02 de junho criou, enfim, a Biblioteca Pública de Minas Gerais, cuja instalação foi mencionada em 1955 pelo Prefeito Celso Melo de Azevedo<sup>76</sup>:

“Presentemente, cuida-se de instalar na Capital uma Biblioteca Pública Estadual, destinada a reunir as obras existentes nas inúmeras bibliotecas das repartições públicas estaduais, enquanto a Prefeitura mantém, de há muito, sua preciosa Biblioteca Pública...” (APCBH, 1955, p. 5)

Podemos observar que, a partir do início da década de 1950, quando a Biblioteca Pública Estadual estava sendo construída, o atendimento ao usuário da Biblioteca de Belo Horizonte sofreu uma considerável redução, já que a freqüência estava diminuindo de ano em ano. Isso nos prova que a Biblioteca Municipal começou a perder prestígio no cenário cultural de Belo Horizonte após a inauguração da Biblioteca Estadual, que por sua vez deveria estar abrigando em seu edifício um acervo mais atualizado e

---

<sup>76</sup> Cujas gestões foram entre 31 de janeiro de 1955 a 31 de janeiro de 1959.

abrangente, direcionado aos diferentes segmentos sociais da cidade e do estado mineiro.

Diante de tudo que nos foi apresentado até então, podemos verificar que houve vários esforços por parte da administração pública em fundar e promover o desenvolvimento da Biblioteca Pública Estadual, cuja inauguração ocorreu em 1954. Em contrapartida, a Biblioteca Pública de Belo Horizonte, nesse período até a década de 1960, foi perdendo o apoio da Prefeitura e, gradativamente, com a redução do atendimento ao público, também perdeu o prestígio na cidade, até finalmente ser extinta em 1963. O que nos leva a crer que a Biblioteca foi alvo de uma morte construída.

## **5.2 O fim da Biblioteca Pública de Belo Horizonte**

A extinção da Biblioteca Pública de Belo Horizonte se deu, em termos legislativos, em 1963, através da publicação da lei n. 1054, de 07 de novembro, que determinou a transferência do acervo da instituição para o IMACO, como podemos notar a seguir:

“Art. 1º - Fica ampliada e reestruturada, na forma desta Lei, a Biblioteca Pública, que era mantida e administrada como órgão do D.E.C., incorporando-se a mesma, com todo o seu acervo, ao Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis, do mesmo Departamento.

Art. 2º - A competência administrativa da Biblioteca ora incorporada passa a caber ao Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis, fazendo-se as necessárias modificações e alterações nos respectivos e siglas de designação.

Art. 3º - A Biblioteca ora incorporada continuará de consulta pública, observando o regulamento a ser expedido pelo Instituto.

Art. 4º - O IMACO poderá fazer doações de livros e recebê-las, visando especialmente à atualização da biblioteca.

Art. 5º - As verbas do orçamento vigente, destinadas à Biblioteca Pública ora incorporada, ficam transferidas para o IMACO, observada a discriminação orçamentária, bem como anualmente será consignada no Orçamento Municipal verba para aquisição de livros, para ampliação e atualização da Biblioteca.”

Com isso, a Biblioteca, além de perder seu espaço físico, também perdeu definitivamente a sua autonomia administrativa, uma vez que a sua direção tornou-se competência do IMACO. Em termos administrativos, a instituição ainda não havia sido extinta; no entanto, sua atuação como biblioteca pública municipal foi praticamente anulada em seu novo local. Por isso podemos dizer que, apesar dos protestos da comunidade, a cidade de Belo Horizonte perdeu a sua biblioteca pública, fato descrito com pesar no seguinte artigo:

“No ano de 1963 foi a Biblioteca despejada do local em que se achava, sendo levada para uma das salas do edifício do IMACO, no Parque Municipal. Não era grande. Tinha aproximadamente 20.000 volumes. Mas os serviços que prestou à educação do povo, durante 68 anos de frequência pública, foram realmente inestimáveis. Não podem ser esquecidos.” (Boletim, 1970, p. 53)

Essa transferência gerou inúmeras perdas no acervo, sendo que muitas foram irreversíveis: parte dele se perdeu e outra parte foi, em determinado momento, desmembrada e transferida para o Instituto João Pinheiro. Esse processo provocou a fragmentação das coleções constituídas pela Biblioteca Pública de Belo Horizonte ao longo de sua trajetória; dessa forma, a instituição, ao perder o seu acervo, acabou sendo esquecida pelos habitantes da cidade.

### **5.2.1 O acervo no IMACO**

O acervo encaminhado para o IMACO foi depositado na biblioteca da escola. No início houve esforços por parte da direção da Biblioteca em preservar e organizar o acervo:

“Dona Fabíola [diretora da Biblioteca do IMACO] e seus auxiliares vêm tendo um trabalho danado, há seis meses, para separação, catalogação e arrumação dos trinta mil volumes, ficando mil outros guardados para serem recuperados quando houvesse recursos...” (Correio de Minas, 1964)



No entanto a instituição foi, aos poucos, abandonada pela administração, conforme o seguinte artigo:

“A mais antiga biblioteca pública de Minas Gerais está vivendo dias difíceis com a falta de verbas para adquirir livros e móveis, além de lutar com o espaço reduzido que não permite a execução de qualquer plano de expansão e melhoria...

Hoje, ela continua funcionando no prédio do IMACO, porém, com problemas e sérios: não há verbas suficientes para compra de livros que atualizem o seu acervo, o espaço é reduzido, falta bibliotecários e pessoal especializado no setor e, além de tudo, fica dependendo sempre do instituto, não tendo vida administrativa própria e não podendo tomar decisões sobre suas dificuldades. A falta de autonomia para a biblioteca é um dos fatores que mais se alega para justificar a sua estagnação atual, sem poder se expandir e melhorar suas dependências...” (Diário da Tarde, 1973).

Enfim, não foi feita uma integração das coleções. Durante um certo tempo, o acervo continuou sendo consultado, mas depois passou a ser considerado um “corpo estranho”, guardado em um local bastante inadequado, sem as condições físicas para abrigá-lo.

Em 1980, no entanto, um vereador pediu a reativação da instituição:

“Causou surpresa ontem na Prefeitura uma sugestão apresentada na Câmara pelo vereador João Gualberto da Silva para que seja reativada a Biblioteca Pública Municipal, providência que foi inclusive elogiada por uma circular distribuída pelo Conselho Regional de Biblioteconomia, assinada por seu presidente, Eduardo José Wense Dias...

Na circular... seu presidente diz que ‘a classe dos bibliotecários de Minas Gerais recebeu com o maior entusiasmo a iniciativa do vereador João Gualberto da Silva ... Tratando-se de providência do maior interesse cultural e educacional para a comunidade de Belo Horizonte, vimos expressar o nosso desejo de V. Excia se alie a esta causa, para que o Sr. Prefeito possa efetivamente vir a tomar medidas concretas para sua execução.’” (Estado de Minas, 1980, p. 7)

Segundo esse artigo, o pedido foi negado pelo assessor de imprensa do prefeito, Jadir Barroso, alegando que a Biblioteca não estava desativada, além de sua freqüência estar elevada.



FIGURA 3 – A Biblioteca do IMACO.

FONTE – Fundo Assessoria de Comunicação da PBH. APCBH, AX.00.00.00.

É interessante observarmos as visões contraditórias entre a Administração Pública Municipal e o público da cidade, sobre a existência da Biblioteca naquele momento. Ela parecia continuar a funcionar, mas muitos habitantes da cidade não sabiam dessa situação. Podemos notar então que ela funcionava, naquele momento, como uma biblioteca escolar, e não como uma biblioteca pública. O antigo acervo nem devia ser consultado, uma vez que já estava bastante desatualizado.

Em 1992, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, uma equipe da UFMG, coordenada pela professora Lucy Gonçalves Fontes, realizou uma avaliação quantitativa e qualitativa do acervo e do seu estado de conservação. Foi feita a avaliação por amostragem, em torno de um quinto da coleção, e mensurada a coleção em aproximadamente 9.000 volumes. Constatou-se a inadequação do local e das condições de armazenamento, com umidade, fungos, insetos e muita poeira. Fontes (1992, p. 1, 5) em seu relatório verificou que:

“Essa tarefa de identificação esbarrou de imediato, em alguns problemas de difícil solução. São eles:

- 1) Ausência de registro (livro de tomo ou equivalente) catalogação (apenas parcial) e classificação (parcial e não detalhada) dos livros da Biblioteca Municipal...
- 8) Muitos livros apresentam um grau altíssimo de acidez, devido a má qualidade do papel (problema comum aos livros do nosso século) e às condições inadequadas de armazenamento.
- 9) Há algumas obras danificadas pela umidade. Seria isso o resultado de terem ficado, segundo consta, expostos aos elementos no Parque Municipal antes que pudessem ser recolhidos pelo IMACO?”

Fontes (1992) também apontou que, se houvesse tido a leitura e o manuseio dos livros depois de sua transferência, o acúmulo de poeira e a presença de insetos poderiam ter sido evitados, afirmando também que o conteúdo das obras era uma coleção típica da metade do século XX, já que houvera por parte da Biblioteca uma atividade de desenvolvimento do acervo que adquiriu obras clássicas, especialmente em literatura, arte e história.

Ela notou a predominância absoluta do idioma francês entre as obras estrangeiras, encontrando também um número apreciável de obras em inglês (literatura e ciências, principalmente), literatura espanhola e italiana no idioma original e obras em alemão (especialmente científicas) em quantidade bastante significativa, se considerarmos que estamos tratando de uma biblioteca pública e que o alemão nunca foi um idioma muito conhecido entre nós.

A coleção encontrada, considerada a mais interessante, foi a de Belas Artes, cujos livros traziam um carimbo próprio “Coleção de Belas Artes da Biblioteca Municipal” e que tratavam dos mais diversos aspectos artísticos: arquitetura e paisagismo, pintura, escultura, desenho, música, teatro, fotografia e cinema, além de obras de história e filosofia da arte. Esses livros eram caros e muito ilustrados, com reproduções de obras artísticas famosas, além de coleções de museus e galerias européias. Entretanto, foi a

coleção que mais sofreu com a transferência, uma vez que compunha anteriormente a esse episódio 5.000 volumes, sendo que depois a coleção foi reduzida em torno de 300 volumes. Havia muitas séries incompletas e livros faltando páginas que não foram encontradas.

Fontes (1992) também encontrou uma boa coleção de referência, com a maior parte das enciclopédias publicadas na primeira metade do século passado, além de diversos dicionários. Ela notou, por parte da Biblioteca, uma preocupação com a aquisição de livros sobre ciências, medicina economia, além das áreas de direito, literatura e história. Interessou-se pela presença de uma pequena, mas significativa coleção de obras de biblioteconomia e com a coleção de periódicos da época. Não encontrou obras raras no sentido restrito do termo, mas apontou que a maioria do acervo era constituída de livros da primeira metade do século XX, além de um número razoável das três últimas décadas do século XIX, sendo que o livro mais antigo identificado foi publicado em 1826.

Ela, enfim, concluiu que o acervo era abrangente e diversificado e que foi formado com zelo e conhecimento de causa. Mas observou, no entanto, que ele estava sendo considerado como um “corpo estranho” no IMACO pelos estudantes, parecendo incomodá-los. Por essa razão, apontou a necessidade urgente de mudança para um local mais adequado, observando-se as regras adequadas de manutenção e conservação, tais como: higienização e limpeza, restauração de encadernações, colocação dos livros em estante de aço, montagem de um inventário completo e catalogação e classificação do acervo. Enfim, ela mostrou o valor do acervo da Biblioteca Pública de Belo Horizonte:

“O acervo deve ser conservado na sua totalidade, de um retrato fiel do que se lia em Belo Horizonte nos seus primeiros 60 anos. É evidentemente uma biblioteca para uma elite intelectual que, aliás, representa uma tendência da época. Que cidade do Brasil pode se orgulhar de possuir uma coleção de livros que se começa a formar desde seu início como cidade e que acompanha seu desenvolvimento de jovem capital planejada e diferente?

Temos apenas Brasília nos dias atuais.

O centenário de Belo Horizonte merece, além de outras obras, que se faça ressurgir a biblioteca idealizada e concretizada pelos homens que construíram uma capital nova para os mineiros e além de edifícios, ruas e monumentos, quiseram legar cultura, sabedoria, informação e entretenimento para as futuras gerações.” (Fontes, 1992, p. 9)

Nessa citação, a professora constatou a importância do acervo e da Biblioteca, mostrando a necessidade de resgatá-los, o que seria bastante benéfico para Belo Horizonte, uma vez que seria recuperado um rico patrimônio bibliográfico.

Ainda em 1992, o administrador da Regional Centro-Sul ressaltou, em ofício ao prefeito, a importância do acervo, afirmando que muitos políticos e intelectuais mineiros como Pedro Nava, Pedro Aleixo e outros, foram freqüentadores assíduos da instituição. Além disso, solicitou nesse documento a autorização do prefeito, para remoção do acervo para dependências mais adequadas na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, onde poderiam ser feitos os procedimentos necessários à identificação, catalogação e recuperação dos livros, visando sua preservação imediata. O administrador afirmou também que, apresentaria, posteriormente, projeto para destinação final do acervo, que poderia ser recolhido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, pelo Museu Histórico Abílio Barreto, ou outra alternativa que seria estudada. Parece que a resposta do prefeito foi negativa, ou até mesmo inexistente, uma vez que naquele momento nada foi decidido sobre o destino do acervo, que permaneceu no IMACO e cuja situação piorou bastante, uma vez que ocorreram dois acidentes na biblioteca da escola que contribuíram para destruição de uma quantidade

significativa de obras: uma inundação e a queda de uma estante de madeira, corroída por insetos xilófagos (cupins). O acervo também foi misturado com material bibliográfico sem uso, tornando-se um amontoado de livros de difícil identificação.

O acervo que, em 1963 contava com cerca de 20.000 volumes, no ano de 1998 estava reduzido em torno de 9.000 volumes, segundo a bibliotecária do IMACO Adriana Diniz, que fez um relatório sobre a situação do acervo restante da Biblioteca. A bibliotecária também afirmou que:

“Um grande número de obras parece ter sido doada à biblioteca, uma vez que trazem o nome do antigo dono, algumas com dedicatória. Há também um grande número de duplicatas, que parece também indicar doação, uma vez que não se tratam de obras de grande apelo popular<sup>77</sup>.” (Diniz, 1998, p. 3)

Em 1999, a Secretária Municipal de Educação Maria Ceres P. S. Castro encaminhou um ofício ao Secretário Municipal de Cultura Arnaldo Augusto Godoy, solicitando um parecer técnico deste órgão sobre o acervo da Biblioteca, que deveria constar a validade histórica ou não da bibliografia e as condições ideais de armazenamento, além de possível encaminhamento do material. A Secretária enfatizou que a Biblioteca do IMACO era uma biblioteca escolar, que tinha como público alvo alunos, professores e funcionários, e por esse motivo precisava do espaço para acomodar o material bibliográfico voltado para aquele tipo de usuário. Por outro lado, o desconhecimento sobre o real valor histórico, bem como as condições precárias de preservação do acervo, inquietavam tanto os responsáveis por ele quanto os usuários da biblioteca.

A partir de julho de 2000, foi iniciado um trabalho de higienização e identificação dos exemplares, e para acompanhá-lo, foram solicitados os serviços de uma conservadora

---

<sup>77</sup> Interessante observar as diferentes visões de diversos profissionais, sobre o mesmo acervo: a da professora Lucy Fontes, a da Adminstrador Regional e a da bibliotecária Adriana Diniz.

de acervos bibliográficos, Márcia Almada, cujas competências seriam a orientação da equipe no correto manuseio dos livros e a realização de uma análise geral a respeito do estado de preservação da coleção. Foi realizado, pela conservadora, um relatório sobre tal estado, diagnosticando que, apesar da coleção ter se encontrado em condições desfavoráveis por um longo período, o seu estado de preservação em geral não era ruim, uma vez que mais de 70% dos livros encontrava-se em estado bom ou regular e cerca de 10% apresentava-se em ótimo estado, necessitando apenas de uma limpeza mais profunda. Foi verificado também que cerca de 15% dos livros estavam em estado ruim e menos de 5%, em péssimo estado. A análise detectou a traça como único inseto, embora cerca de 30% dos livros apresentem danos provocados por insetos em infestações anteriores e na maioria dos exemplares ter sido detectado algum grau de infestação por microorganismos. Muitos livros também apresentavam alto índice de umidade interna, provavelmente provocada pelo armazenamento em local inadequado. A coleção do século XIX encontrava-se em bom estado de preservação e o único exemplar encontrado do século XVIII encontrava-se em ótimo estado. Almada (2000, p. 2) enfatiza em seu relatório a necessidade de serem feitos trabalhos de preservação e restauração do acervo, como podemos perceber a seguir:

“... apesar das condições adversas pelas quais passou, esta coleção bibliográfica apresenta-se em bom estado de conservação, justificando perfeitamente sua disponibilização ao público. Os trabalhos de conservação ou restauração que devem ser realizados não diferem daqueles necessários a uma coleção, que esteja em uso corrente.”(Almada, 2000, p. 2)

Ao mesmo tempo em que o diagnóstico do acervo estava sendo feito, foi realizada uma catalogação que permitia a identificação básica do exemplar com informações como

título, autor e data, cujas fichas foram digitadas pela equipe da Secretaria Municipal de Cultura e disponibilizadas dentro do banco de dados BIC, produzido por esse órgão.

Uma atividade paralela, em final de 2000, também foi desenvolvida no Arquivo Público de Belo Horizonte - o levantamento histórico-documental sobre a Biblioteca - cujas informações deveriam fornecer subsídio técnico para futuras discussões e definições.

Pretendia-se formar uma comissão técnica multidisciplinar, composta por historiadores, arquivistas, bibliotecários e especialistas em literatura e conservação, para apreciação do acervo e definição de seu destino, o que seria feito com base no diagnóstico elaborado sobre o estado de preservação do acervo e no levantamento histórico-documental sobre a Biblioteca. No entanto, por uma série de problemas burocráticos, financeiros e jurídicos, foi inviável a contratação desses profissionais.

Em início de 2001, os volumes encaixotados foram encaminhados para uma sala do antigo prédio da Secretaria Municipal de Cultura<sup>78</sup>, cujo local também era bastante inadequado, pois estava abandonado e com muita poeira, e além disso, algumas caixas foram violadas.

Sem a decisão para sua destinação, o acervo foi recolhido em 2002 pelo Deputado Amilcar Viana Martins Filho, sendo que algumas obras passaram a fazer parte do Instituto Amilcar Viana Martins, planejado pelo deputado. O que pode ser comprovado no seguinte artigo:

“Para conseguir todo o acervo agora doado ao Instituto, Amilcar Viana Filho não mediu esforços. Recebeu apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, que cedeu o espaço por comodato para um período de oito anos; da SMPB; e da Açominas, que patrocinou o projeto através da Lei Rouanet. ‘Comprei livros em sebos, aceitei doações, conseguimos volumes da extinta Biblioteca Pública de Belo Horizonte, dos que pertenceram ao professor Aires da Mata Machado, a Oscar Mendes e ao

---

<sup>78</sup> O edifício é localizado na Avenida dos Andradas, 367.



ex-prefeito de Belo Horizonte, Amintas de Barros, além de alguns volumes da biblioteca de Abgard Renaut, outros do arquivo de José Maria Alkmin, etc.' ... finaliza o diretor". (Lopes, 2003, p. 1)

Essa atitude implicou em maior fragmentação do acervo da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, que cada vez mais se torna esquecida na cidade. O ideal de o acervo ser preservado em sua totalidade tornou-se mais difícil de ser concretizado.

### **5.2.2 O acervo no Instituto João Pinheiro**

A parte do acervo que foi transferida para o Instituto João Pinheiro permaneceu nessa instituição até ela ser extinta, sendo então destinada ao Centro de Documentação do Centro de Referência do Professor, subordinado à Secretaria do Estadual de Educação. Na época de sua transferência, foi realizada uma catalogação preliminar denominada "obras preciosas da antiga Biblioteca Municipal de Belo Horizonte", onde podemos verificar que grande parte dos livros relacionados era de origem francesa. Além desses livros, também são encontradas no catálogo referências de documentos administrativos e históricos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais.

Constatada a inadequação do acervo ao Centro de Referência, os livros foram depositados no almoxarifado da Secretaria de Estado da Educação, em 52 caixas de papelão, onde também aguardam sua destinação final. Os livros encontram-se razoavelmente armazenados, a salvo de umidade ou poeira.

Em 1999, foram enviadas cópias da catalogação preliminar a algumas unidades da Secretaria Municipal de Cultura - o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e o Museu Histórico Abílio Barreto - com o objetivo de doar, a esses órgãos, os volumes

que pudessem apresentar algum interesse. O que significaria outra divisão da coleção do acervo da Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

Em 2004, o acervo encontrava-se novamente na Biblioteca do Centro de Referência. A equipe técnica do local intencionava realizar um trabalho de preservação e disponibilização dos livros, mas aguardava recursos financeiros para tal objetivo.

Podemos notar que o acervo da Biblioteca atualmente se encontra em uma condição bastante delicada, o que é prejudicial a Belo Horizonte. Esse acervo representa um rico patrimônio bibliográfico e cultural da cidade e deveria estar disponibilizado em sua totalidade ao público em geral, que por sua vez merece ter conhecimento e acesso às obras que tanto foram úteis para gerações anteriores. Poderia esse acervo também servir de base para pesquisas sobre Belo Horizonte no período da construção da cidade e na primeira metade do século XX, bem como sobre os assuntos relacionados ao conteúdo do material bibliográfico.

## **6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho apresentou e analisou a história da Biblioteca Pública de Belo Horizonte. No entanto, ela pode ser ampliada e modificada, de acordo com documentos que poderão ser encontrados, relatos de antigos usuários e, principalmente, de acordo com a perspectiva e o interesse dos próximos pesquisadores. Esperamos que, de qualquer forma, tanto a instituição quanto este trabalho ainda suscitem muitas pesquisas, por parte de diversos profissionais ou interessados no tema.

Primeiramente, ressaltamos que a pesquisa foi baseada principalmente em fontes primárias, contrapondo documentos oficiais e não-oficiais. As fontes secundárias foram utilizadas para a descrição do cenário histórico de Belo Horizonte e do Brasil, bem como para a apresentação de teorias biblioteconômicas, especificamente a respeito da contribuição social da biblioteca pública.

Foi também seguida uma metodologia dialética, primeiramente porque a Biblioteca apresentou uma característica dialética: pelos documentos oficiais, a instituição, através do seu acervo e das atividades exercidas, era sempre favorável à ordem social dominante; mas a leitura e a pesquisa realizadas na instituição poderiam ter provocado em seu público-leitor posições ora favoráveis, ora divergentes àquela ordem; em segundo lugar, devemos salientar que a própria relação da Biblioteca com seu público foi contraditória, uma vez que os documentos oficiais mostram uma visão de que a instituição, apesar de problemas administrativos e financeiros, tentava cumprir bem o seu papel de informar. Por sua vez, os artigos de jornais, que mostravam opiniões de pessoas que freqüentavam o local, nem sempre indicavam uma visão semelhante à apresentada pelos documentos oficiais.

No entanto, a maior parte das fontes pesquisadas é de origem oficial. Comparando com outras instituições culturais na cidade, não são encontradas muitas informações em

jornais e revistas sobre a Biblioteca, sendo que a maioria dos artigos encontrados relata informações básicas, tais como os títulos das obras adquiridas, e a frequência à instituição. Essa escassez de artigos sobre a Biblioteca nos faz levantar algumas questões: qual o motivo dessa pouca quantidade de informações sobre a Biblioteca nos jornais? A importância dada à Biblioteca pela população pode ser medida pelos artigos publicados nos jornais? Ou não eram permitidas as publicações de reclamações sobre a instituição? Que espécie de imprensa atuava no período de existência da Biblioteca? Esses questionamentos ficam como sugestões para futuras investigações<sup>79</sup>.

Quanto ao problema e aos objetivos de modo geral apresentados na Introdução, podemos obter conclusões que serão apresentadas de acordo com os objetivos específicos.

Os primeiros quatro objetivos, ou seja, a contextualização do período da criação da Biblioteca, a compreensão do motivo pelo qual a Comissão Construtora criou a instituição, a apresentação da ligação entre a fundação da capital mineira e fundação da Biblioteca e o papel que esta instituição deveria desempenhar, segundo os seus fundadores, foram cumpridos e apresentados no Capítulo 3.

A Biblioteca fora criada em uma época que o Brasil estava vivenciando o republicanismo, ou seja, o rompimento com a herança colonial, havendo também no país bastante influência da corrente positivista, o que significava a busca do progresso. Este progresso, por sua vez, representava a modernização da sociedade, sendo que o

---

<sup>79</sup> Gostaríamos de salientar que, mesmo apresentando essa dúvida, em nenhum momento tivemos a intenção de desdenhar a importância da Biblioteca para a sociedade e a contribuição que ela exerceu. No entanto, a instituição era um órgão oficial e durante a maior parte de sua trajetória, esteve sem autonomia administrativa. Por esse motivo, em alguns momentos apresentou alguns desvios em sua função principal que é informar, sendo um deles a censura à leitura de determinadas obras.

crescimento do conhecimento técnico e científico seria fundamental para as novas mudanças.

Naquele período, o Brasil estava começando a repensar sua educação, que deveria ser a base, juntamente com a democracia e com a federação, da redenção e da conquista da nacionalidade do país.

Belo Horizonte estava começando a ser construída dentro do ideal republicano e positivista e deveria ser moderna e planejada de acordo com os novos rumos que estavam sendo tomados.

Mas além de inovações no campo técnico e material, deveria haver estímulos também nas áreas intelectual e cultural da cidade. Dentre as atividades realizadas nesse sentido, destacou-se a criação de uma biblioteca para a cidade, idealizada pelos membros da Comissão que pretendiam, através dessa instituição, encontrar conforto cultural e espiritual no meio às construções, além de deixar um legado para as futuras gerações de Belo Horizonte. A Biblioteca, denominada “Sociedade Literária”, a princípio deveria contar com a doação de livros por parte dos funcionários da Comissão e deveria ser um ponto de encontro de intelectuais.

No século XIX, a biblioteca pública adquiriu a função de educar as classes sociais mais baixas, porém mantendo as ordens social e política vigentes. Belo Horizonte, por sua vez, estava sendo construída em cima da exclusão social, pois os operários não receberam condições dignas de moradia, por isso iam se “amontoando” em barracões e cafuas, além de não terem acesso à educação, direito bastante restrito a poucos habitantes na cidade, como os funcionários públicos. Por esse motivo, era praticamente impossível os operários freqüentarem a Sociedade Literária, que nesse sentido apresentava um caráter contraditório às teorias sobre o papel educador que a biblioteca

pública adquiriu, pois não exercia a função, naquele momento, de educar as classes mais baixas do local, ou seja, os operários. Desse modo, ela estava contribuindo para a legitimação da ordem social dominante naquele período uma vez que, sem educação e sem leitura, era e continua sendo, muito difícil a proposição de novas mudanças sociais e políticas por parte da população.

É interessante notar que o contexto republicanista e positivista pelo qual o Brasil estava passando era favorável à educação, sendo esta um meio de alcançar o progresso e a civilização no país, apesar de muitos grupos sociais estarem excluídos destas conquistas. A Sociedade Literária de Belo Horizonte, acompanhando as mudanças, estava dentro do ideal civilizador que pretendia deixar um legado cultural para as gerações que se seguiriam as da época da construção de Belo Horizonte. Porém, muitos habitantes provenientes de classes mais baixas, por serem iletrados e não terem acesso à educação, naquele período, ainda eram excluídos daquele ideal.

A biblioteca pública, segundo Milanesi (1986), deve ordenar o acervo, para assim desordenar a ordem legitimada pelas classes sociais dominantes. Nesse sentido, a Sociedade Literária não estava cumprindo esse dever “desordenador”. O autor também afirma que o público excluído da biblioteca é quase sempre aquele mais desprovido de recursos, inclusive os necessários para ter acesso à informação. “Aí estão incluídos os analfabetos, os semi-analfabetos e todos que pela sua condição de classe deixam de usufruir dos benefícios da cultura registrada que é, em suma, um patrimônio da humanidade, ao qual todos têm direito de acesso ...” (Milanesi, 1986, p. 182). A biblioteca, desse modo, não pode se restringir às áreas de filosofia, artes, literatura, pois existe um outro tipo de informação que serve à sobrevivência das classes mais baixas. No entanto, a informação que é considerada como patrimônio da humanidade

também não pode deixar de ser disponibilizada à população, uma vez que todos têm direito de acesso a ela. A Sociedade Literária apresentava essa informação erudita e especializada, em detrimento de informações que pudessem também atender às necessidades das classes baixas e iletradas da cidade.

Quando Belo Horizonte fora inaugurada, o acervo da Sociedade Literária foi doado para a Prefeitura, sendo criada a primeira biblioteca municipal da cidade: a Biblioteca Pública de Belo Horizonte. A partir de então, a instituição seguiu uma longa trajetória na Administração Pública, que também foi objeto deste trabalho, apresentado no Capítulo 4. Foram analisados os aspectos administrativos, técnicos, políticos, culturais e educacionais da Biblioteca, ao longo dos seus sessenta anos de vida que foram, na maioria das ocasiões, determinados por três fases da instituição, delimitadas de acordo com a posição hierárquica que ela ocupou ao longo da evolução administrativa da prefeitura: a fase inicial (até 1930), a fase de expansão (1930 a 1937) e a fase de declínio (1937 a 1963).

Dos aspectos administrativos, foi apresentada a evolução administrativa da Biblioteca na Prefeitura, mostrando a situação da instituição no que tange à sua posição hierárquica, regulamentos e autonomia administrativa. A evolução no quadro de funcionários também foi mostrada, apontando a importância do papel do bibliotecário, além de ter sido apresentado o esforço da Biblioteca na conquista de um espaço físico e mobiliário adequado, que oferecessem condições para a preservação do acervo.

Dos aspectos técnicos, foram apresentados, ao longo da existência da Biblioteca, os esforços, muitas vezes não atendidos ou reconhecidos, da instituição no que diz respeito ao desenvolvimento, à organização e à preservação do acervo. Apresentados os aspectos administrativos e técnicos, percebemos que a Administração Municipal não

valorizou a Biblioteca como era devido, pois esta instituição teve poucos anos de expansão e autonomia na estrutura administrativa, que compreendia sua segunda fase, entre 1930 e 1937, e a partir de então foi se tornando um mero serviço oferecido pela Prefeitura, subordinado a outros departamentos públicos municipais. A instituição não conseguiu conquistar um espaço físico adequado, e em decorrência disso, sofreu diversas mudanças de um local para o outro, o que não era positivo para o acervo da instituição, pois aquelas mudanças podem ter gerado extravios de livros e objetos. O acervo desenvolvido, além disso, possuía um caráter contraditório: ora era considerado erudito demais e por esse motivo abaixo do gosto popular; ora era considerado modesto para Belo Horizonte, que estava se tornando um centro universitário, não atendendo a demanda de estudantes secundários, universitários e intelectuais. A organização do acervo da Biblioteca nem sempre seguia às normas padronizadas de classificação e catalogação, serviços esses executados então de maneira imprópria, o que provocava dificuldades na busca da informação por parte do usuário e gerava várias reclamações pelo público. Enfim, os serviços de desenvolvimento e organização do acervo, considerados precários pelos usuários da Biblioteca, tornaram-na inadequada a um público heterogêneo como o de Belo Horizonte. Dessa forma, a instituição acabou perdendo o seu espaço no cenário cultural da cidade.

Milanesi (1986) afirmou que as bibliotecas normalmente são construídas para o povo, e não pelo povo. Isso significa que raramente elas são organizadas a partir de reivindicações populares e atendiam às necessidades vindas de cima para baixo. Para as administrações municipais, ter na cidade a biblioteca pública é uma exigência que se assemelha a necessidade de construir escolas. Por mais que o serviço oferecido seja exemplar, a biblioteca não gera interesse popular, já que a população não participa da



instituição como responsável por ela. Acreditamos que o público de Belo Horizonte, por vezes, se sentiu dessa forma, ou seja, sem poder participar das atividades elaboradas pela Biblioteca, sem conseguir ser ouvido pelas autoridades e sem se sentir responsável por um patrimônio que era seu.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte, em várias ocasiões, legitimou a ordem política dominante, atuando como um instrumento institucional de legitimação. Gomes (1981) afirma que a biblioteca é uma agência social moldada e condicionada pela estrutura social, de acordo com padrões e valores culturais que regem essa estrutura. A legitimação, por sua vez, segundo Berger e Luckmann (2000), consiste na explicação, na justificativa de uma ordem social que deve conduzir a sociedade, estabelecendo normas de conduta que essa deve seguir. Essa justificativa se baseia em teorias e idéias, que formam uma ideologia, que proporciona o suporte teórico para atos provenientes de ordem política, econômica, cultural.

Nesse sentido, quanto aos aspectos políticos, foram apresentadas as influências ideológicas que nortearam a evolução administrativa da Biblioteca na Prefeitura e desenvolvimento do seu acervo. Essas influências estavam associadas aos diferentes contextos histórico-políticos pelos quais o Brasil e, conseqüentemente, Belo Horizonte passaram.

As influências ideológicas e as teorias biblioteconômicas, elaboradas por estudiosos ao longo do século XX, também direcionaram os serviços da Biblioteca, no que diz respeito ao controle e ao acesso à informação. As informações que constituíam o acervo da instituição e que eram consideradas “perniciosas”, subversivas, não eram ou não deveriam ser, disponibilizadas aos seus usuários. Os métodos criados pela Biblioteca Pública de Belo Horizonte para agilizar o acesso à informação, por sua vez, eram

orientados por aquelas teorias biblioteconômicas. O que era feito, no entanto, quando setores responsáveis na Administração Municipal possuíam interesse de que o acervo, ou parte dele, fosse consultado.

Como uma situação política determina a história de qualquer instituição, não apenas de uma biblioteca, ao fazer um relato da história do Brasil, que obviamente influenciou Belo Horizonte, mesmo com as suas particularidades, podemos comprovar o Capítulo 4, ou seja, que a trajetória da Biblioteca Pública foi determinada por Belo Horizonte. Para confirmar essa afirmativa, relembremos o epígrafa daquele capítulo, "... a sociedade inibe, encoraja, ou dirige o crescimento de bibliotecas". (Johnson; Harris<sup>80</sup> citados por Gomes, 1981, p. 17)

Os aspectos sócio-culturais da Biblioteca Pública de Belo Horizonte foram apresentados através das influências culturais recebidas pela instituição, das contribuições educacionais e culturais que ela exerceu na cidade.

As influências culturais, estrangeiras ou nacionais, nortearam a constituição e a disponibilização do acervo. Relembrando os conceitos sobre cultura apresentados no capítulo 2, verificamos que ela constitui um conjunto de objetos que foram criados para o homem sobreviver na natureza; além disso, também representa as formas de pensar, de sentir, de expressar e de se organizar de um grupo social. No primeiro sentido, cultura é objeto; no segundo, cultura é representação. Cultura então pode se traduzir, respectivamente em acervo cultural e contexto cultural (Flusser, 1983).

---

<sup>80</sup> JOHNSON, Elmer D. & HARRIS, Michael H. *History of Libraries in the Western World*. Metuchen: The Scarecrow Press: 1976.

Nesse sentido, foram apresentadas as influências do contexto cultural do Brasil, principalmente nas manifestações literárias, para a formação do acervo cultural da Biblioteca.

Foram também relatadas as contribuições da Biblioteca na esfera cultural, que representaram a difusão da informação para diferenciados grupos sociais e para locais distantes da cidade. Na esfera educacional, tais contribuições se expressaram principalmente na formação de um acervo adequado para estudantes, e se refletiram no serviço de atendimento ao usuário da Biblioteca. Nesse sentido, podemos comprovar no Capítulo 4, que a trajetória da Biblioteca foi determinante em Belo Horizonte. Por outro lado, o atendimento começou a diminuir o seu ritmo, o que também expressou o declínio da instituição ao perder seu espaço no cenário cultural, educacional, enfim social<sup>81</sup> da cidade.

Não podemos também desconsiderar que os contextos culturais, educacionais e sociais são influenciados pelo contexto político. No entanto, uma situação inversa pode ocorrer, ou seja, a ordem política pode ser modificada devido às manifestações sociais e culturais e ao desenvolvimento do setor educacional. Por esse motivo afirma-se que uma sociedade que não investe em cultura, educação e outras necessidades sociais, não adquire possibilidades de um futuro promissor, já que seus membros não recebem as condições necessárias para conquistar sua cidadania e assim, mudar os rumos políticos.

Podemos concluir que a Biblioteca Pública de Belo Horizonte exerceu um papel dialético em Belo Horizonte: ao mesmo tempo em que diversas vezes legitimou ordens

---

<sup>81</sup> Devemos considerar que as manifestações e setores culturais, bem como o desenvolvimento educacional, são representações sociais.

políticas dominantes, ela proporcionou, através das atividades que realizaram contribuições culturais e educacionais para a cidade, possibilidades de mudança para uma nova ordem social, que seria melhor para todos.

Um dos objetivos deste trabalho consistia na investigação da transferência do acervo da Biblioteca para o IMACO e Instituto João Pinheiro/Centro de Referência do Professor, além do relato da situação deste acervo a partir daquele episódio. Esse processo foi descrito no capítulo 5 e refletiu uma negligência do poder público municipal com a Biblioteca Pública de Belo Horizonte e com seu acervo. Temos a impressão de que o sonho daqueles membros da Comissão Construtora, deixar um legado cultural para as gerações futuras, havia chegado ao fim. A instituição obviamente apresentou sérios problemas em sua trajetória, mais precisamente por descaso da administração municipal e sofreu uma extinção devido a esse descaso. Mas foi a única biblioteca pública de Belo Horizonte durante sessenta anos, além de ter sido fundada na época da construção da cidade. A Biblioteca Pública de Belo Horizonte proporcionou relevantes serviços à cidade, além de atender grande parte da demanda informacional dos belo-horizontinos.

O sonho da Comissão Construtora deveria ter continuado. Reafirmando a fala de Darnton (2000), cada vez que uma biblioteca é destruída, muito da civilização desaba com ela. Belo Horizonte, ao perder a sua biblioteca pública, perdeu parte de sua história. E sem a sua história, uma cidade pode perder seu rumo, não tomando as decisões sensatas para melhorar as condições de vida de seus habitantes.

Enfim, quase todos os objetivos deste trabalho até então foram cumpridos. Entretanto, ainda não foi apresentado a respeito da contribuição da Biblioteca Pública de Belo

Horizonte para a constituição da memória e da identidade da cidade, cujo tema acreditamos ser mais interessante deixá-lo para este capítulo.

Devemos reconhecer que ainda faltam dados para cumprir esse objetivo de maneira completa. Teriam sido relevantes também a realização de um trabalho de campo, através de entrevistas com antigos usuários que freqüentaram a Biblioteca, e uma consulta mais aprofundada às obras restantes do acervo, recebidas pela instituição. No entanto, não era cabível neste momento tomar essas providências, o que poderá ser realizado no futuro, dando base para outros trabalhos sobre a Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

Porém, com base nas informações coletadas e com este trabalho finalizado, é possível afirmar que a Biblioteca Pública de Belo Horizonte contribuiu para a constituição da memória e identidade da cidade. Para chegar a essa conclusão, é necessário recorrermos ao Capítulo 2 deste trabalho, para lembrarmos o que constituem memória e identidade de um determinado grupo social.

A memória, basicamente, constitui em vestígios que ligam o homem ou um grupo social ao seu passado e que são a base para a construção do seu futuro. Esses vestígios podem ser lembranças e recordações, representadas pelo discurso oral e escrito, além de objetos que foram produzidos através da mente humana e que refletem a cultura, inclusive a passada, de um povo, tais como utensílios, documentos em geral, obras de arte. Manifestações artísticas e culturais, como a dança, a música, e a pintura também refletem a memória. Podemos perceber então que a memória relembra e/ou preserva a cultura de uma sociedade, o que faz com que esses conceitos sejam solidamente relacionados.

A biblioteca pública é uma guardiã de alguns desses vestígios, uma vez que nela se encontram documentos escritos e audiovisuais, livros, periódicos, jornais, que foram produzidos pela comunidade que a abrigou e que refletiram os ideais, as aspirações, os sentimentos dos membros que fazem parte do grupo. Citando Milanesi (1986), esse zelo pelos registros que revelam o que existiu, possibilita construir um espelho onde é possível a comunidade se olhar como se visse um retrato de infância, entendendo a história como o seu próprio corpo em construção. Nesse sentido, mirar-se no antigo é um motivo para refletir-se, e a reflexão permite ver-se.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte guardou muitos registros da humanidade, dentre eles obras literárias, científicas, revistas, jornais de várias regiões do Brasil e do mundo foram encontradas na instituição. Porém, podemos questionar a respeito dos registros produzidos pelos próprios belo-horizontinos, cuja resposta a essa questão é positiva. Primeiramente, ao estudarmos a origem da instituição, foi verificado que o seu acervo inicial era composto por livros dos funcionários da Comissão Construtora, que possivelmente refletiam o pensamento técnico e conceitual da comissão que idealizou e construiu Belo Horizonte. Esse pensamento deu base para os planejamentos realizados em construções que fizeram a cidade crescer e para planos diretores criados com o objetivo de organizar o processo de urbanização da cidade.

Verificamos também que, principalmente na sua primeira fase como instituição pública municipal, a Biblioteca recebia muitas obras doadas por habitantes considerados ilustres na cidade, tais como Aristides Maia, João Luiz Alves, cujas obras foram oferecidas pelo professor Mendes Pimentel, Almirante Arthur de Jaceguay, Dr. Olyntho Meirelles e outros. Esses livros refletiam o gosto literário desses antigos moradores. Foram também preservados, na Biblioteca, periódicos e jornais produzidos na cidade,

documentos esses onde são encontrados as notícias sobre a cidade, as reclamações, as reivindicações, os feitos de sucessivas gerações dos habitantes de Belo Horizonte, ao longo dos seus primeiros sessenta anos.

Não podemos também desconsiderar as leituras e pesquisas realizadas na instituição, dando base para novas produções escolares, científicas, literárias. Conforme também abordado no Capítulo 2 deste trabalho, o saber adquirido através da leitura é reelaborado e mobilizado na escrita de novos textos sobre os mais variados temas, onde são expostas a reflexão e a compreensão do mundo por parte dos usuários de uma biblioteca. Assim, a memória do leitor-escritor da Biblioteca Pública de Belo Horizonte pode ter sido exteriorizada em livros, artigos, fotografias e outras produções.

A Biblioteca, conforme visto no Capítulo 4, desenvolveu e organizou um acervo referente a Minas Gerais, a “Seção dos Autores Mineiros”, o que mostrou uma preocupação em preservar a memória literária e documental do estado e da cidade.

No capítulo 5 foi falado que grandes escritores, como Pedro Nava e Pedro Aleixo, eram usuários da Biblioteca Pública de Belo Horizonte. No boletim publicado pela instituição, encontram-se artigos de Eduardo Frieiro, J. Menegale<sup>82</sup>, Abílio Barreto, Ayres da Matta Machado Filho, e outros escritores em destaque na literatura belo-horizontina e mineira. Eles também deveriam consultar o acervo da Biblioteca, produzindo obras literárias e artigos que narram episódios da vida cotidiana e da história de Belo Horizonte.

O próprio boletim, que hoje se encontra na Coleção Linhares da Biblioteca Universitária da UFMG, apresenta valores literários e científicos, e contém dados sobre Belo Horizonte e Minas Gerais, além de informações consideradas importantes naquele

---

<sup>82</sup> O seu próprio livro, *O que é e o que deve ser uma biblioteca pública*, fonte utilizada e citada neste trabalho, é um relatório ao prefeito da ocasião, e apresenta informações sobre a Biblioteca e, indiretamente, sobre o contexto administrativo e político pelo qual Belo Horizonte passava.

período. Portanto, é um importante documento que faz parte da memória documental, literária e científica da cidade.

Além disso, tendo em vista que tantas consultas foram realizadas na Biblioteca, podemos levantar várias possibilidades: os trabalhos escolares, escritos por estudantes anônimos e baseados nas leituras e pesquisas realizadas no acervo da Biblioteca. Muitos desses trabalhos podem estar guardados na casa desses antigos usuários, ou na casa de seus filhos e netos; além das leituras realizadas por pessoas comuns, tais como mulheres, crianças, etc., que podem ter permeado as suas lembranças, fazendo-as pensar de forma diferente e mudar os seus comportamentos no dia-a-dia.

Esses dois últimos argumentos não apresentam dados empíricos para comprová-los. Para isso, seria necessário um intenso trabalho de história oral, o que não foi possível nesse momento. Mas acreditamos na importância da leitura e, em decorrência, do usuário de bibliotecas, para a constituição da memória de um grupo social (Chartier, 1994; Darnton, 1990).

Enfim, considerando-se:

- o acervo doado por figuras ilustres da cidade, dentre eles, os membros da Comissão Construtora da Nova Capital;
- os periódicos e jornais publicados na cidade;
- o desenvolvimento e organização da seção “Autores Mineiros”;
- a publicação do livro *O que é e o que deve ser uma biblioteca pública*, por Guimarães Menegale;
- a publicação do “Boletim Bibliográfico”;



- a frequência de escritores e intelectuais à Biblioteca, bem como sua produção literária e científica;
- os trabalhos, as pesquisas e as leituras realizados por estudantes e pela população em geral,

podemos afirmar que a Biblioteca Pública de Belo Horizonte, através de seu acervo e de seus serviços, contribuiu para a constituição da memória da cidade.

Entretanto, precisamos ainda abordar a respeito da identidade de Belo Horizonte. Para compreendermos a respeito de identidade, podemos relembrar uma citação de Le Goff (1990, p. 476):

“A partir do Homo sapiens, a constituição de um aparato da memória social domina todos os problemas da evolução humana ... a sobrevivência étnica funda-se na rotina, o diálogo que se estabelece suscita o equilíbrio entre rotina, e progresso simbolizando a rotina, capital necessário à sobrevivência do grupo, o progresso, a intervenção das inovações individuais para uma sobrevivência melhorada<sup>83</sup>. A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”

Nesse sentido, a identidade de uma pessoa ou de um grupo social é baseada na memória. A identidade individual, basicamente, consiste em saber quem somos, do que gostamos e porque estamos aqui. Para descobrir essas respostas, recorreremos à nossa memória. Por outro lado, precisamos estar sempre junto de outras pessoas que compartilhem semelhantes hábitos, o que já representa uma identidade coletiva e cultural. Ela aparece, desde em grupos pequenos, como famílias; passando por cidades, cujos habitantes apresentam hábitos semelhantes, tais como o estudo, o lazer e o sotaque; até chegar em um grande grupo que compõe uma nação e apresenta

---

<sup>83</sup> LEROI-GOURHAN, A. *Le geste et la parole*. Paris: Michel, 2 vols, 1964, p. 24.

hábitos culturais semelhantes, como a língua, as músicas e danças, religiões, a organização política, dentre outros.

A identidade cultural de uma família, de uma cidade, de uma nação, para se manter com o passar do tempo, precisa da memória dos membros desse grupo, da memória documental e da memória lingüística, religiosa, artística, literária e de outras manifestações culturais.

Nesse sentido, a Biblioteca Pública de Belo Horizonte contribuiu para a constituição da memória de Belo Horizonte e, conseqüentemente, para a constituição da identidade da cidade. Os hábitos semelhantes dos estudantes, escritores e da população em geral, na freqüência à instituição e na consulta ao seu acervo, foram e são características da identidade cultural de Belo Horizonte: foram, porque a instituição não existe mais; são, porque tais hábitos continuam existindo, mesmo que sendo em outros locais. Além disso, as possíveis mudanças de comportamento decorrentes desses hábitos também devem ter provocado algumas mudanças, ou manutenções, na identidade individual e coletiva dos habitantes de Belo Horizonte.

Conforme apresentado no Capítulo 4, a Biblioteca sofreu influências ideológicas que acreditamos terem atingido também os usuários da instituição, sendo que suas maneiras de compreender a sociedade e suas leis, bem como a forma deles fazerem parte dessa sociedade, foram delineadas por aquelas influências. Relembrando Berger e Luckmann (1985) ao afirmarem que a identidade é formada por produtos sociais e, uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Por sua vez, os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Dessa forma, os usuários da Biblioteca tornavam-se ou favoráveis à ordem social e política dominante e acatavam

suas imposições; ou contrárias a essa ordem e, apoiando-se nas leituras realizadas, buscavam a sustentação teórica necessária para lutar contra aquela ordem, através de movimentos sociais<sup>84</sup>.

As influências culturais que a Biblioteca recebeu também atingiram indiretamente os usuários da instituição, uma vez que o acervo documental e literário da Biblioteca, contendo obras provenientes de diversas regiões brasileiras e de outros países influenciou o gosto literário do público. Esse gosto literário compõe parte da identidade cultural do grupo social “público-leitor da Biblioteca Pública de Belo Horizonte”, que compreendia crianças, estudantes, mulheres, escritores, etc. Nesse sentido, a literatura e a leitura são manifestações culturais e, como afirma Darnton (1990), o “onde” da leitura é mais importante do que se pode pensar, porque a contextualização do leitor em seu espaço pode fornecer indícios sobre a natureza de sua experiência. Isso significa que a leitura deve variar de cultura para cultura.

Para reforçar esse argumento, sabemos que Belo Horizonte é uma cidade onde o Modernismo adquiriu grande expressão, através da adesão de muitos escritores e intelectuais a tal movimento. Além disso, a cidade é uma das maiores produtoras de literatura infanto-juvenil no Brasil. Essas conquistas não ocorreram apenas nessa cidade, mas fazem dela um local peculiar e significativo no país e no mundo, e são aspectos da identidade cultural da cidade. Diante disso, podemos levantar o seguinte questionamento: será que a Biblioteca, a única biblioteca pública de Belo Horizonte nos primeiros sessenta anos da cidade, embora modesta e apresentando precariedade no espaço público e nos serviços, não contribuiu, como espaço de leitura, pesquisa e

---

<sup>84</sup> Os movimentos sociais representam a união de grupos sociais que têm o objetivo de conquistar seus direitos sociais e políticos. Tais movimentos podem ser passeatas, paralisações, greves, etc.

reflexão, para a concretização daquelas conquistas? Darnton afirma que (1990, p. 172): “... pense-se na freqüência com que a leitura alterou o curso da história ... Esses pontos sobressaem num processo mais amplo e mais vasto: o esforço infundável do homem em encontrar sentido no mundo em torno dele mesmo...”, mostrando que a leitura pode modificar a história de uma sociedade, além de fazer com que o homem encontre a sua identidade em relação ao meio social em que vive. Chartier (1994, p. 9), por sua vez, aponta que “Toda criação, ao contrário, inscreve suas formas e nos seus temas uma relação na maneira pela qual – em um dado momento e em determinado lugar – são organizados o modo de exercício do poder, as configurações sociais ou a economia da personalidade ...”, ou seja, a escrita pode ser influenciada pela situação em que essa sociedade está vivendo. A leitura e a escrita são complementares e podem influenciar ou serem influenciadas pelo contexto político e cultural pelo qual a sociedade está vivenciando.

A leitura, um aspecto da identidade cultural, realizada na Biblioteca Pública de Belo Horizonte, pode ter influenciado as manifestações literárias modernistas e as produções da literatura infanto-juvenil - outro aspecto dessa identidade. Por outro lado, os usuários podem ter procurado na Biblioteca as obras decorrentes daquelas manifestações e produções.

Considerando:

- a contribuição da Biblioteca para a constituição da memória da cidade;
- os hábitos de leitura e escrita criados na Biblioteca e por essa instituição;
- as influências ideológicas que atingiram a Biblioteca e, indiretamente os seus usuários, tornando-os favoráveis ou contrários ao sistema político dominante;

- as influências culturais que modificaram ou foram modificadas pela leitura e pela escrita na instituição,

podemos concluir que a Biblioteca Pública de Belo Horizonte contribuiu para a constituição da identidade da cidade, o que poderá ser expandido por um trabalho de campo mais específico.

Finalmente, falta-nos concluir quanto ao último objetivo específico, desse trabalho: apontar as necessidades de preservação do acervo restante da Biblioteca.

Acreditamos que todo o trabalho apresentado, especialmente o Capítulo 5, já representa uma justificativa para essa necessidade. A Biblioteca Pública de Belo Horizonte, apesar de ter apresentado sérios problemas e de ter sido influenciada pela história da cidade e do país, influenciou a história de Belo Horizonte, bem como fez parte desta história. Nesse sentido, Belo Horizonte sofreu com a extinção dessa instituição, perdendo assim parte de sua história. Se o acervo restante também não for preservado, a situação da cidade se tornará mais complicada, uma vez que ela pode perder um acervo que representa parte de sua identidade, e é um reflexo de sua história política, social e cultural. O acervo da Biblioteca, sendo desmembrado e distribuído em outros locais, além de não receber os devidos cuidados, vai se degradar ainda mais com o tempo, com os insetos, com o clima e, principalmente, com os problemas decorrentes de sucessivas mudanças, tais como perdas, extravios, roubos. Além disso, ele deixará de ser especificamente “acervo da Biblioteca Pública de Belo Horizonte” para ser apenas parte de coleções de outras instituições. Sendo assim, o acervo perderá sua própria identidade.

O acervo restante da Biblioteca Pública de Belo Horizonte poderia compor uma coleção de uma biblioteca, idealmente, municipal e pública. Mas ela é inexistente em Belo Horizonte.<sup>85</sup>

Seria realmente interessante a formação de uma comissão interdisciplinar de profissionais para tomar essa decisão. No entanto, sabemos que o acervo deve ser mantido em sua totalidade como “Biblioteca Pública de Belo Horizonte”. Assim ele não perderá o seu sentido e o seu valor como patrimônio histórico e literário da cidade.

---

<sup>85</sup> Existe a Biblioteca Pública Infante-Juvenil, cujo acervo é voltado exclusivamente para esse tipo de público, ou seja, as crianças e os adolescentes.

## 7 - REFERÊNCIAS

ALVES, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Caderno de Pesquisas*, São Paulo, n. 81, p. 53 – 60, mai. 1992.

ALVES, Magda Magalhães. *Autoritarismo e censura no Brasil*: notas preliminares de pesquisa. Belo Horizonte: DCP - UFMG, 1978. 105 p.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 48 - 49, mar. 1979.

ANDRADE, Djalma. *História alegre de Belo Horizonte*: comemoração do cinquentenário de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1947.

ANDRADE, Luciana Teixeira. *Representações ambivalentes da cidade moderna: a Belo Horizonte dos Modernistas*. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Estado e biblioteca pública no Brasil: uma análise histórico-sociológica. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, Belo Horizonte, p. 673 – 684, 1994.

BARATIN, Marc, JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3ª ed. MORTARA, Marcela (Trad.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. 351 p.

BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva: história média*. 3. ed. rev. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 356 p.

BARRETO, Abílio. *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701 – 1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950. 342 p.

BEISIEGEL, Celso de. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: Fausto, Boris (Dir.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 381 - 416, 1997.

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973. 202 p.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 247 p.

BOSI, Alfredo. Minas e a nação. As letras na Primeira República. In: Fausto, Boris (Dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 293 - 319, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 311 p.

BUENO, Antônio Sérgio. *O modernismo em Belo Horizonte: década de vinte*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. 190 p.

CARTIER, Georges. As bibliotecas e a defesa dos manuscritos. MORAES, Clóvis Alberto Mendes de. (Trad.). *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 6 – 8, jul. 1989.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. MORAES, Reginaldo de (Trad.). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 159 p.

\_\_\_\_\_. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1980 (Coleção Memória e Sociedade). 244 p.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1994. 111 p.

COSTA, Américo de Oliveira. *A biblioteca e seus habitantes*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Edições Achame; Natal: Fundação José Augusto, 1982. 436 p.



DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. BORGES, Luís Carlos (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 271 p.

\_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras: Schwarcz, 1990. 330 p.

\_\_\_\_\_. O poder das bibliotecas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2001. Mais!, p. 4 – 7.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. *O imaginário feminino e a opção pela leitura de romances de séries*. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). ECO-UFRJ/IBICT, 1998. Mimeo.

DUMONT, Lígia Maria Moreira, GATTONI, Roberto Luís Capuruço. *A sociedade de riscos e a transformação da intimidade: a modernização reflexiva em Giddens*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2002.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Editora da USP: Fundação para o desenvolvimento da educação, 1999. (Coleção Didática, 1). 660 p.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 145 – 169, set. 1989.

\_\_\_\_\_. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 131 - 138, set. 1980.

FREI BETTO. A inversão do oráculo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte 1º. ago. 2002. Cultura, p. 10.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): educação, cultura e propaganda*. (s.d.). 1 p. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav/historia/htm/anos37-45/ev\\_eip\\_inl.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav/historia/htm/anos37-45/ev_eip_inl.htm)>. Data de acesso: 06 ago. 2004.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 318 p.

GOMES, Sônia de Conti. *Bibliotecas e sociedade na primeira república brasileira: fatores sócio – culturais que atuaram na criação e instalação de bibliotecas de 1890 a 1930*. 1981. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Bibliotecas). Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1981.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. JUNGSMANN, Ruy (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 300 p.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891 – 1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, p. 49 – 118, 1996.

LANGLOIS, Juan Carlos. Uma frágil lembrança. PEREIRA, Paulo Renato Campinho (Trad.). *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 5, jul. 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. LEITÃO, Bernardo et. Al. (Trad.). Campinas, UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios). 553 p.

LE VEN, Michel Marie. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893 – 1914)*. 1977. 174 f. (Doutorado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895 – 1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 587 p.

LISBOA, Henriqueta. Belo Horizonte bem querer. Belo Horizonte: Eddal, 1972. 74 p.

LISBOA, João Luís. Sobre a investigação actual em história do livro e da leitura. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, s. 3, n. 1, abr./out. 1997.

LOPES, Carlos Herculano. Centro do saber. Belo Horizonte, *Estado de Minas*, Cultura, p. 1, 3. 22 jul. 2003.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: a história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Anhembi, 1957. 549 p.

MILANESI, Luís. *A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura*. 3. ed. rev. E aum. São Caetano do Sul, Ateliê Editorial, 1997. 271 p.

\_\_\_\_\_. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 116 p.

\_\_\_\_\_. *O que é biblioteca*. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos). 107 p.

\_\_\_\_\_. *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 261 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1996. 269 p.

MIRANDA, Wander Melo (Org.) *Belo Horizonte: a cidade escrita*. 2. ed. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa/Editora UFMG, 1996. 271 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. In: POLÍTICA, NAÇÃO E EDIÇÃO: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX, 2003, Belo Horizonte. *Nação e edição*, Belo Horizonte, Editora UFMG, [s.d]. 19 p. No prelo.

MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João d'El-Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. 2000. [18 ] f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. 519 p.

MUELLER, Suzana P.M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7 – 54, mar. 1984.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 259 – 291, 1997.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 205 - 212, set. 1983.

\_\_\_\_\_. *Biblioteca pública: a contradição do seu papel*. 1985. 109 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia). Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

PENNA, Octavio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte*. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1950. 341 p.

SALGADO Clóvis. Biblioteca: definição legal. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 59 - 61, mar./set. 1972.

SALIBA, Angélica Barbosa, AUN, Marta Pinheiro. Biblioteca pública brasileira: objetivo e missão social. *Anais do XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, João Pessoa, vol. 1, p. 273 – 286, jan. 1982.

SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71. In: GARCIA, Walter E. (org.). *Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

SENGHOR, Léopold Sedar. A palavra escrita. MORAES, Clóvis Alberto Mendes de. (Trad.). *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 4, jul. 1989.

SERELLE, Márcio. A intimidade do leitor. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 fev. 2003. Pensar, p.5.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141 – 161, set. 1975.

SILVA, Célia Médici Bezerra da (et al). Biblioteca pública: ação comunitária. *Anais do XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, João Pessoa, vol. 1, p. 398 - 416, jan. 1982.

SILVA, Regina Helena Alves da. *A cidade de Minas*. 1991. 2v. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 135 p.

SOUZA, Patrus Ananias de. Política e administração em Belo Horizonte. In: DULCI, Otavio Soares (Org.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, p. 31 – 54, 1996.

SUAIDEN, Emir. *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995. (Coleção Ciência da Informação).

TRORHAUGE, J. (et. Al). As bibliotecas públicas e a sociedade da informação. *Liberpolis*, p. 99 – 103, 1998.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. *Bibliotecas públicas e mudança social: a contribuição do desenvolvimento de coleções*. 1990. 242 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

VIEIRA, Cila Milano. A biblioteca no processo de desenvolvimento. *Anais do XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, João Pessoa, vol. 1, p. 287 - 298, jan. 1982.

WIRTH, John. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional (1889 – 1930). In: Fausto, Boris (Dir.). *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 76 – 99, 1997.

## 8 – FONTES CONSULTADAS

### 8.1 Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

ALMADA, Márcia. *Antiga Biblioteca Municipal de Belo Horizonte: relatório parcial do estado de conservação*. Belo Horizonte: [s.e.], 2000. 2 p.

BELLO HORIZONTE. *Cópia do catalogo geral, organizada por ordem do Prefeito, Dr. Olintho Deodato dos Reis Meirelles*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal da Cidade de Belo Horizonte, 1910. 668 p. AG.00.00.00, Caixa nº1.167.

BELLO HORIZONTE. *Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 6 de outubro de 1927 e Relatorios Anexos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1927. 214 p.

BELLO HORIZONTE. *Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 10 de outubro de 1929 e Relatorios Anexos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1929. 305 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1902. 273 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903. 191 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Bello Horizonte pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1906. 205 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Jacob em 23 de setembro de 1907*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1907. 90 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Jacob em 16 de setembro de 1908.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1908. 107 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Brandão em janeiro de 1910, sobre assumptos referentes ao anno decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1910. 80 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1911. 122 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado aos Membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1912. 102 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado aos Membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornelio Vaz de Mello.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1915. 23 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado aos Membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornelio Vaz de Mello.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1916. 52 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado aos Membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornelio Vaz de Mello.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1917. 78 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado aos Membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1918. 53 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1923. 171 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924. 171 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flavio Fernandes dos Santos*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1925. 172 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1926. 146 p.

BELLO HORIZONTE. *Relatorios apresentados ao prefeito Luiz Barbosa Gonçalves Penna*, pelos directores e chefes de serviço da Prefeitura de Bello Horizonte em outubro de 1930. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1931. 232 p.

BELO HORIZONTE. *Evolução da estrutura administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: APCBH, 2002. 2 v.

BELO HORIZONTE. *Levantamento de dados biográficos dos prefeitos de Belo Horizonte: 1897-1992*. Belo Horizonte: APCBH, 1992. 2v.

BELO HORIZONTE. “Ofício n. 102, encaminhado ao Prefeito pelo Administrador Regional Centro-sul Roberto Borges Martins”. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1992.

BELO HORIZONTE. “Ofício n. 111, encaminhado ao Secretário Municipal de Cultura Arnaldo Augusto Godoy pela Secretária Municipal de Educação Maria Ceres P. S. Castro”. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1999.

BELO HORIZONTE. *Prestação de Contas do Executivo Municipal relativa ao exercício de 1954 encaminhado à Egrégia Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1955. 240 p. C.01/d-010

BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo Prefeito Octacilio Negrão de Lima e relativo ao período administrativo de 1935-1936*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1937. 71 p.

BELO HORIZONTE. *Relatório dos exercícios de 1940 e 1941*, apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Benedicto Valladares Ribeiro, Governador do Estado, pelo Prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado, 1942. 144 p.



BELO HORIZONTE. *Relatório de 1948 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Octacilio Negrão de Lima*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte. 156 p. C.01/d-002.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1949 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Octacilio Negrão de Lima*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte. 207 p.

BELO HORIZONTE. *Relatório do Prefeito 1951*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1952. 165. C.01/d-004.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1952 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Américo Renê Giannetti*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1953. 252 p. C.01/d-005.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1953 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Américo Renê Giannetti*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1954. 289 p. C.01/d-006.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1953 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Américo Renê Giannetti – Volume II – Prestação de Contas*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1954. 289 p. C.01/d-007.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1955 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Celso Mello de Azevedo*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1956. 35 p. C.01/d-012.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1956 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Celso Mello de Azevedo*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1958. 222 p. C.01/d-013.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1957 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Celso Mello de Azevedo*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1958. 215 p.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1958 apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Celso Mello de Azevedo*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1959. 215 p.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1959 apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Amintas de Barros*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1960. 215 p.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1960 apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1961. 132 p. C.01/d-017.

BELO HORIZONTE. *Relatório do Prefeito 1961*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1962. 135 p. C.01/d-018.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1962 apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Amintas de Barros*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1963. 119 p. C.01/d-019.

BELO HORIZONTE. *Relatório de 1965 apresentado à Egrégia Câmara Municipal de Belo Horizonte, pelo Prefeito Oswaldo Pieruccetti*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1966. 114 p.

BELO HORIZONTE. *Relatório do Exercício de 1966 enviado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Oswaldo Pieruccetti*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1967. 187 p.

BELO HORIZONTE. *Relatório do Exercício de 1969 enviado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Luiz de Sousa Lima*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1970. 139 p.

BELO HORIZONTE. *“Relatório do Prefeito Sebastião de Brito”*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, [1955]. 198 p. C.01/d-008.

BELO HORIZONTE. *“Relatório do Prefeito Sebastião de Brito”*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, [1955]. 115 p. C.01/d-009.

DINIZ, Adriana Cioglia Pereira. *Biblioteca do IMACO: situação em novembro de 1998*. Belo Horizonte: IMACO, nov. 1998. 43 p.

FONTES, Lucy Gonçalves. *Avaliação do acervo da Biblioteca Pública Municipal de Belo Horizonte – MG*. Belo Horizonte: UFMG, 1992. 9 p.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. *Projeto acervo da antiga Biblioteca Pública Municipal de Belo Horizonte: relatório das atividades desenvolvidas 1999/2000*. Belo Horizonte: APCBH, dez. 2000. 9 p.

MINAS GERAIS. *Obras preciosas da antiga Biblioteca Municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Centro de Documentação/Centro de Referência do Professor, [s.d.]. 33 p.

## **8.2 Arquivo Público Mineiro**

SECRETARIA de Agricultura. *“Numeração de officios expedidos e deversos”*, 1894 – 1896. SA – 07.

SECRETARIA de Agricultura. *“Officios a diversos engenheiros e finanças”*, 1894. SA – 365.

## **8.3 Biblioteca da Escola de Ciência da Informação da UFMG**

BELO HORIZONTE. Biblioteca Pública. *Classificação decimal universal: tábuas complementares e índice alfabético de assuntos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942. 414 p.

MENEGALE, J. Guimarães. *O que é e o que deve ser a Biblioteca Pública*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1932. 104 p.

## **8.4 Museu Histórico Abílio Barreto**

BARRETO, Abílio. *“Texto sobre a fundação da Biblioteca Pública pelos funcionários da Comissão Construtora e sua trajetória: 1894-1932”*. 5 p. AB/Pi-4/006.

“CARTA enviada pelos diretores da Associação Literária de BH”. 2 p. CC. Da 3/011.

## 9 - LEGISLAÇÃO

BELO HORIZONTE. Decreto nº16 de 12 de maio de 1927. Regulamenta os serviços da Prefeitura. *CD-ROM Legislação de Belo Horizonte 1891 a 1996: leis, decretos, portarias e resoluções*. Belo Horizonte: PRODABEL, 1992-1994.

BELO HORIZONTE. Decreto nº63 de 06 de março de 1930. Abre um crédito especial de 704:956\$000 para pagamento de despesas imprevistas... *CD-ROM Legislação de Belo Horizonte 1891 a 1996: leis, decretos, portarias e resoluções*. Belo Horizonte: PRODABEL, 1992-1994.

BELO HORIZONTE. Decreto nº64 de 07 de março de 1930. Regulamenta a Biblioteca de Belo Horizonte. *CD-ROM Legislação de Belo Horizonte 1891 a 1996: leis, decretos, portarias e resoluções*. Belo Horizonte: PRODABEL, 1992-1994.

BELO HORIZONTE. Decreto nº67 de 11 de fevereiro de 1936. Dá novo regulamento á Bibliotheca Publica de Bello Horizonte. Disponível em: <<http://bhz5.pbh.gov.br/legislação.nsf>> Acesso em: 30 jan. 2004.

BELO HORIZONTE. Decreto nº133 de 4 de setembro de 1937. Crêa a Inspeção de Educação, Assistência e Turismo e contém outras disposições. Disponível em: <<http://bhz5.pbh.gov.br/legislação.nsf>> Acesso em: 30 jan. 2004.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 135 de 21 de outubro de 1937. Determina a verificação dos livros existentes na Biblioteca Pública. *Decretos e Resoluções de 1937*. Belo Horizonte: Prefeitura, p. 45 – 46, 1938.

BELO HORIZONTE. Decreto nº65 de 26 de junho de 1939. Organiza o quadro da Biblioteca Pública. *CD-ROM Legislação de Belo Horizonte 1891 a 1996: leis, decretos, portarias e resoluções*. Belo Horizonte: PRODABEL, 1992-1994.

BELO HORIZONTE. Decreto nº121 de 6 de novembro de 1942. Altera, sem aumento de despesa o quadro da Biblioteca Pública. Disponível em: <<http://bhz5.pbh.gov.br/legislação.nsf>> Acesso em: 30 jan. 2004.

BELO HORIZONTE. Decreto nº150 de 01 de fevereiro de 1944. Aprova o Regulamento da Inspeção de Educação e Saúde. *CD-ROM Legislação de Belo Horizonte 1891 a 1996*: leis, decretos, portarias e resoluções. Belo Horizonte: PRODABEL, 1992-1994.

BELO HORIZONTE. Decreto nº162 de 28 de junho de 1945. Modifica o decreto n. 121, de 6 de novembro de 1942. *CD-ROM Legislação de Belo Horizonte 1891 a 1996*: leis, decretos, portarias e resoluções. Belo Horizonte: PRODABEL, 1992-1994.

BELO HORIZONTE. Decreto nº209 de 11 de novembro de 1947. Organiza os serviços da Prefeitura de Belo Horizonte. *CD-ROM Legislação de Belo Horizonte 1891 a 1996*: leis, decretos, portarias e resoluções. Belo Horizonte: PRODABEL, 1992-1994.

BELO HORIZONTE. Decreto nº1598 de 29 de dezembro de 1967. Estabelece a estrutura da Administração Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <<http://bhz5.pbh.gov.br/legislação.nsf>> Acesso em: 30 jan. 2004.

BELO HORIZONTE. Decreto nº1609 de 31 de janeiro de 1968. Fixa classificação e nomenclatura das seções da estrutura municipal. Disponível em: <<http://bhz5.pbh.gov.br/legislação.nsf>> Acesso em: 30 jan. 2004.

BELO HORIZONTE. Lei nº51 de 21 de outubro de 1948. Dispõe sobre a reforma dos serviços da Prefeitura. Disponível em: <<http://bhz5.pbh.gov.br/legislação.nsf>> Acesso em: 30 jan. 2004.

BELO HORIZONTE. Lei nº333 de 23 de maio de 1953. Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, e dá outras providências. Disponível em: <<http://bhz5.pbh.gov.br/legislação.nsf>> Acesso em: 30 jan. 2004.

BELO HORIZONTE. Lei nº 1.054 de 7 de novembro de 1963. Amplia, reestrutura e incorpora a Biblioteca Pública ao IMACO e contém outras providências. *Legislação Municipal de 1963*. Belo Horizonte: Departamento de Administração, p. 62-63, 1965.

BRASIL. Lei nº38 de 04 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. Disponível em:<[www.senado.gov.br/netacgi/nph-brs.exe](http://www.senado.gov.br/netacgi/nph-brs.exe)> Acesso em: 17 ago. 2004.

MINAS GERAES. Decreto nº1.088 de 29 de dezembro de 1897. Cria a prefeitura da cidade de Minas. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes*: 1897. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, p. 231-234, 1898.

MINAS GERAES. Decreto nº1.208 de 27 de outubro de 1898. Organiza a Prefeitura da cidade de Minas. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes: 1898*. Cidade de Minas: Imprensa Oficial do Estado de Minas, p. 220-231, 1899.

MINAS GERAES. Decreto nº1.277 de 15 de abril de 1899. Reorganiza a Prefeitura da cidade de Minas. Collecção das leis da cidade de Minas. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes: 1899*. Cidade de Minas: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, p. 104-107, 1900.

MINAS GERAES. Decreto nº 1.973 de 19 de janeiro de 1907. Reorganiza a Prefeitura. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes: 1907*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, p. 34-57, 1907.

MINAS GERAES. Lei nº 302 de 1º de julho de 1901. Muda para “Bello Horizonte” a denominação da Capital do Estado de Minas Geraes. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes: 1901*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, p. 3, 1901.

MINAS GERAES. Lei nº1.127 de 19 de outubro de 1929. Auctoriza o governo do estado a fundar e instalar um hospital regional na cidade de Antonio Dias e contém outras disposições. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes: 1929*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, p. 123-127, 1930.

MINAS-GERAIS. Decreto nº9.847 de 02 de fevereiro de 1931. Reorganiza o governo provisório dos municípios. *Collecção dos Decretos de 1931*. Belo-Horizonte: Imprensa Oficial de Minas-Gerais, p. 34-42, 1932.

MINAS GERAIS. Decreto nº1.008 de 22 de outubro de 1937. Nomeia uma comissão para orientar a propaganda anti-comunista, por meio de jornais, revistas e rádio-difusão e fazer censura a todas as obras de caráter didático, técnico, político, social ou simplesmente literário, que tenham por finalidade, direta ou indireta, propagar idéias comunistas. *Coleção das leis, decretos-leis e decretos de 1937*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 395-396, 1939.

MINAS GERAIS. Lei nº28 de 22 de novembro de 1947. Organização municipal. *Coleção das leis, decretos-leis e decretos de 1947*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 41-69, 1952.

MINAS GERAIS. Lei nº1.087 de 02 de junho de 1954. Cria a Biblioteca Publica de Minas Gerais e da outras providências. Disponível em: <<http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs>> Acesso em: 17 ago. 2004.

## 10 – PERIÓDICOS CONSULTADOS<sup>86</sup>

A BIBLIOTHECA Publica do Estado. *Correio Mineiro*, Belo Horizonte, 27 jan. 1928, p. [1]. Coleção Linhares.

A CAMARA Municipal manifesta-se, mais uma vez, contra o comunismo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 out. 1937. p. 4.

A CAPITAL, Belo Horizonte, 12 mai. 1914, p. [1]. Coleção Linhares.

A CAPITAL, Belo Horizonte, 19 mai. 1914, p. [1]. Coleção Linhares.

A CAPITAL, Belo Horizonte, 10 jun. 1914, p. 2. Coleção Linhares.

A EPOCHA, Belo Horizonte, 13 mai. 1904, p. 2. Coleção Linhares.

A EPOCHA, Belo Horizonte, 26 fev. 1905, p. 1. Coleção Linhares.

AFASTADAS da Bibliotheca Publica as obras communistas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 abr. 1938. p. 5.

ALMANCK Guia de Belo Horizonte, Belo Horizonte, anno II, p. 171 – 172, 1913. Coleção Linhares.

A NOITE, Belo Horizonte, 11 mai. 1916, p. [1]. Coleção Linhares.

A NOTICIA, Belo Horizonte, 25 nov. 1913, p. 2. Coleção Linhares.

ANNUARIO de Minas Geraes, [s.d.t.], p. 133. Coleção Linhares.

ANNUARIO de Minas Geraes, [s.d.t.], p. 135. Coleção Linhares.

---

<sup>86</sup> Foram consultados periódicos de Belo Horizonte e Minas Gerais, publicados no período de existência da Biblioteca.



ANNUARIO de Minas Geraes, [s.d.t.], p. 137. Coleção Linhares.

A TRIBUNA, Belo Horizonte, 9 nov. 1912, p. [1]. Coleção Linhares.

A TRIBUNA, Belo Horizonte, 27 nov. 1912, p. [1]. Coleção Linhares.

AULICUS, Celius. Câmara Municipal destrói biblioteca. *Última hora*, 09 ago. 1963.

A vida dos livros e das bibliothecas. *Boletim Bibliographico*, Belo Horizonte, anno I, n. 2, p. 76 – 78, out. 1935. Coleção Linhares.

BARRETO, Abílio. *A origem da Bibliotheca Publica*. In: *Boletim Bibliographico*, Belo Horizonte, anno I, n. I, p. 5 – 7, set. 1935. Coleção Linhares.

BIBLIOTECA da PBH vai para o Imaco depois de ser despejada. *Correio de Minas*, 18 fev. 1964.

BIBLIOTECA Pública está abandonada. *Diário da Tarde*, 18 out. 1973.

BOLETIM Bibliographico, Belo Horizonte, anno I, set./out. 1935. 2v.

BOLETIM da Biblioteca Pública de Minas Gerais “Prof. Luís de Bessa”. Belo Horizonte, v.1, jul. 1970.

CAMPANHA Nacional contra o comunismo. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1937, p. 1-2.

CÂMARA despeja biblioteca. *Diário da Tarde*, 05 ago. 1963.

CUIDEMOS da biblioteca. *Diário da Tarde*, 20 out. 1973.

DIÁRIO da Tarde, 18 set. 1963.

ESTADO de Minas. Bello Horizonte, 15 nov. 1911, p. [2]. Coleção Linhares.

FRIEIRO, Eduardo. In: Boletim da Biblioteca Pública de Minas Gerais "Prof. Luis de Bessa", Belo Horizonte, v. 1, jul. 1970, p. 8.

GOMES, José Maurício Vidal. *Correio de Minas*, 13 ago. 1963.

JORNAL de Minas, Bello Horizonte, 11 jul de 1918, p. [1]. Coleção Linhares.

JORNAL "O Dia", Bello Horizonte, 1 mai. 1936. "Notas d' 'O Dia'". Nossa Biblioteca Pública, p. 2.

LIMA, Joaquim Ramos de. *Almanack da Cidade de Minas*, Cidade de Minas, p. 151, 1900. Coleção Linhares.

LIVROS jogados fora. *Diário da Tarde*, 05 ago. 1963.

LUZ, Hercílio Pedro da. Bibliotheca publica. *Diario de Minas*, Bello Horizonte, p. [5], 17 ago. 1919. Suplemento do "Diario de Minas". Coleção Linhares.

MAURÍCIO, José. *Correio de Minas*, 22 ago. 1963.

MENDES, Oscar. Despejo extemporâneo. *Correio de Minas*, 09 ago. 1963.

O ESTADO, Bello Horizonte, 31 out. 1911, p. [1]. Coleção Linhares.

O ESTADO, Bello Horizonte, 8 nov. 1911, p. [1]. Coleção Linhares.

O TEMPO, Bello Horizonte, 24 out. 1912, p. 4. Coleção Linhares.

TRINTA mil livros ameaçados de destruição total. *Diário de Minas*, 22 ago. 1963.

UMA BIBLIOTHECA praticamente inexistente. *O Diario*, Belo Horizonte, 7 fev. 1935, p. 2. Coleção Linhares.

UMA PALESTRA com o 11º prefeito de Belo Horizonte [Dr. Olinto Meireles]. *O Diário*, Belo Horizonte, 12 dez. 1947, p. 10. Coleção Linhares.

VEREADOR pede reativação de uma biblioteca que nunca foi fechada. *Estado de Minas*, 20 jun. 1980.

VEREADORES despejaram a biblioteca empilhando livros nos bancos do Parque. *Diário da Tarde*, 05 ago. 1963.

VIDA Mineira, Belo Horizonte, 21 abr. 1906, p. 2. Coleção Linhares.

VIDA Mineira, Belo Horizonte, 24 abr. 1906, p. 2. Coleção Linhares.

## ANEXO 1

### LISTA DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS RECEBIDOS PELA COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL

| <b>Revistas Scientificas</b>    | <b>Numeros existentes</b> | <b>Números que faltam</b>               |
|---------------------------------|---------------------------|---|
| Architecture pour tous          | 1 a 8                     |   |
| Revue Techique                  | 1 a 16                    |   |
| Railvoad Gazette                | 1 a 35                    |   |
| Revue de Hygiene                | 1 a 8                     |   |
| Engineerina                     | 1462 a 1496               | 1465                                    |
| Revue des Eaux et Forêts        | 1 a 16                    | 2,4,4,7,8 e 9                           |
| Civilingevierrv                 | 1 a 5                     |   |
| Regime des Eaux                 | 1 a 3                     |   |
| Gerrie Civil                    | 1 a 26 (1893)             |   |
| Gerrie Civil                    | 1 a 20 (1894)             |   |
| Revista Industrial Minas Geraes | 1 a 10                    |   |
| Scientific American             | 1 a 26                    |   |
| Supplementos do mesmo           | 1 a 26                    |   |
| Scientific American             | 1 a 9                     | 969, 970, 973 e 974<br>sos supplementos |
| The Builder                     | 2.567 a 2.691             |   |

|                                  |                         |  |
|----------------------------------|-------------------------|--|
| Nlles Annales de la Construction | Janeiro a 7boo. (1894)  |  |
| Nature                           | 1.070 a 1.110           |  |
| Moniteur des Architectes         | 1 a 8                   |  |
| [Itschrift] Barrwesen            | 1 a 9                   |  |
| Supplementos do mesmo            | 1 a 9                   |  |
| Reerreil des Architectes         | 1 a 2                   |  |
| Porteferville des Architectes    | Janeiro a 7boo. (1894)  |  |
| Revue Generale des Chemins       | Janeiro a Agosto (1894) |  |
| Ponts et Chaussécs               | Janeiro a Julho (1894)  |  |
|                                  |                         |  |

FONTE: "CARTA enviada pelos diretores da Associação Literária de BH". p. 2. CC. Da 3/011.

## **ANEXO 2**

CLASSIFICAÇÃO GERAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BELO HORIZONTE,  
ORGANIZADA POR MENEGALE EM 1932

A – Obras gerais. Poligrafia.

B – Filosofia. Religião.

C – História. Ciências Auxiliares.

D – Geografia. Antropologia.

E – Ciências Sociais.

F – Sociologia.

G – Ciência Política.

H – Direito.

I – Educação.

J – Música.

K – Belas-artes.

L – Filologia e lingüística.

M – Literatura.

N – Ciência.

O – Medicina.

P – Agricultura. Indústria animal e vegetal.

Q – Tecnologia.

R – Ciência militar.

S – Ciência naval.

T – Bibliografia e ciência bibliográfica.

U – Biblioteca mineira (Seção dos autores mineiros).

Discriminação das classes

A – Obras gerais. Poligrafia.

A – Enciclopedia. Dicionários.

AB – Periódicos.

AC – Diários.

AD – Revistas.

a – mundanas.

b – literárias.

c – de arte.

d – científicas.

e – médicas.

f – farmacêuticas.

g – odontológicas.

h – jurídicas.

i – pedagógicas.

j – econômicas.

k – de engenharia.

l – diversas.

AE – Museus.

AF – Sociedades. Academias.

AG – Calendários. Almanques.

AH – Anais, em geral (- de bibliotecas, cf. TG).

B – Filosofia. Religião

B – Coleções. História. Sistemas.

BA – Lógica.

BC – Metafísica.

a – Introdução à filosofia.

b – Obras gerais.

c – Epistemologia. Teoria do conhecimento.

d – Ontologia.

e – Cosmologia.

BD – Psicologia.

a – Metapsicologia.

b – Ciências ocultas.

BE – Estética.

BF – Ética.

BH – Religiões. Mitologia.

BH – Cristianismo.

a – Bíblia. Exegese.

b – História da Igreja.

c – Teologia.

d – Sermões. Apologética.

e – Protestantismo.

C – História. Ciências auxiliares.

C – História da civilização.

CA – Antiguidades.



CB – Arquivos históricos. Diplomacia.

CD – Cronologia.

CE – Numismática.

CF – Epigrafia. Inscrições.

CG – Heráldica. Nobiliarquia.

CH – Genealogia.

CI – Biografia.

CJ – Retratos.

CK – História do Brasil.

D – Geografia. Antropologia

D – Geografia. Viagens. Peregrinações.

DA – Geografia do Brasil.

DB – Cartas geográficas.

DC – Geografia física.

DE – Oceanologia. Oceanografia.

DF – Biogeografia.

DG – Antropogeografia.

DH – Antropologia. Somatologia. Etnologia. Etnografia. Arqueologia.

DI – Folclore.

DJ – Usos e costumes.

DK – Esportes e diversões. Jogos.

E – Ciências sociais.

E – Ciências sociais.

EA – Estatística.

EB – Teoria econômica.

EC – História econômica. Produção nacional.

ED – História econômica. Agricultura e indústria.

a – Terra. Agricultura.

b – Indústria. Corporações. Cooperativismo. Sindicalismo.

c – Trabalho.

d – Indústrias especiais.

EF – Transportes e comunicações.

EG – Comércio e tarifas.

EH – Finanças.

a – Moeda.

b – Bancos.

c – Crédito. Câmbio.

d – Seguros.

EI – Finanças públicas.

F – Sociologia.

F – Sociologia. Geral e teórica.

FA – História social. Reforma social.

FB – Família. Casamento. Mulher. Feminismo.

FC – Associações. Sociedades secretas. Clubes.

FD – Comunidades. Classes. Raças.

FE – Patologia social. Filantropia. Caridade. Mendicância.

FG – Socialismo. Comunismo. Anarquismo. Bolchevismo.

G – Ciência política.

G – Documentos.

a – Órgãos oficiais.

b – Discursos parlamentares.

c – Mensagens e relatórios.

d – Discursos políticos.

e – Manifestos e publicações.

GB – Teoria do Estado.

GC – História constitucional.

GD – História administrativa.

GE – Direito constitucional.

GF – Direito administrativo.

GH – Direito internacional.

GI – Colônias e colonização. Emigração e imigração.

H – Direito.

H – Introdução à ciência do Direito.

HÁ – Obras gerais. Monografias.

HB – Processo em geral.

HC – Direito civil.

HD – Direito criminal.

HE – Direito comercial.

(Direito internacional, cf. GH).

I – Educação.

I – Obras gerais.

IA – História da educação.

IB – Teoria e prática da educação. Psicologia educacional. Metodologia.

IC – Formas especiais. Relações. Aplicações.

ID – Legislação escolar.

a – nacional.

b – estrangeira.

IE – Livros escolares.

IF – Ementários colegiais. Prospectos. Relatórios.

(Pedagogia da música, cf. JB).

J – Música.

J – História e teoria.

JA – Literatura da música.

JB – Ensino da música.

K – Belas artes.

K – Obras gerais.

KA – Arquitetura.

KB – Escultura e artes conexas.

KC – Artes gráficas.

KD – Pintura.

KE – Gravação.

KF – Artes aplicadas à indústria. Decoração e ornamentação. Arte fotográfica (Fotografia, cf. QM).

L – Filologia e lingüística.

L – Filologia e lingüística. Obras gerais.

LA – Filologia grega e latina.

LB – Línguas modernas (exceto o português).

LC – Língua portuguesa.

M – Literatura.

M – História da literatura. Crítica.

a – Brasil.

b – Portugal.

c – Outros países.

MA – Romances. Ficção. Teatro.

a – Nacionais.

b – Portugueses.

c – Franceses.

d – Ingleses.

e – Espanhóis e sul-americanos.

f – Outras línguas.

g – Traduções para o português.

MB – Poesia.

a – Nacionais.

b – Portugueses.

c – Franceses.

d – Ingleses.

e – Espanhóis e sul-americanos.

f – Outras línguas.

g – Traduções para o português.

MC – Literatura infantil.

N – Ciência.

N – Ciência. Obras gerais.

NA – Matemáticas.

NB – Astronomia.

NC – Física.

ND – Química.

NE – Geología.

a – Mineralogía e petrología.

b – Paleontología.

NF – História natural.

NG – Botânica (Botânica médica, cf. OP).

NH – Zoologia.

a – Anatomia e embriologia geral.

NI – Anatomia humana.

NJ – Fisiología.

NK – Bacteriologia.

O – Medicina.

O – Medicina. Obras gerais.

AO – Teses. Legislação. Jurisprudência.

OB – Patologia.

OC – Prática de medicina.

OD – Cirurgia.

OE – Oftalmologia.

OF – Otologia. Rinologia. Laringologia.

OG – Ginecologia. Obstetrícia.

OH – Pediatria.

OI – Psiquiatria.

OJ – Odontologia.

OK – Dermatologia.

OL – Terapêutica.

OM – Farmácia e matéria médica.

ON – Enfermagem.

OP – Botânica médica.

OQ – Homeopatia.

OR – Higiene e saúde pública. Assistência. (Engenharia sanitária, cf. CG; serviço médico e sanitário militar, cf., RG; medicina e engenharia sanitária naval, cf. SD).

P – Agricultura. Indústria animal e vegetal.

P – Agricultura geral. Solo. Fertilização.

PA – Legislação rural.

PB – Ensino agrônomo e veterinário.

PC – Monografias.

PD – Horticultura. Floricultura. Fruticultura.

PE – Silvicultura.

PF – Pecuária. Veterinária.

PG – Piscicultura. Pesca.

PH – Caça. Proteção animal.

PI – Culturas nacionais.

Q – Tecnologia.

Q – Tecnologia. Obras gerais.

QA – Engenharia. Obras gerais. Engenharia civil.

QB – Engenharia hidráulica (portos, rios, canais).

QC – Engenharia sanitária e municipal.

QD – Estradas e pavimentos.

QE – Estradas de ferro.

QF – Pontes e edifícios. Cimento armado.

QG – Engenharia mecânica.

QH – Engenharia e indústria elétricas.

QI – Veículos motores. Automobilismo. Aviação.

QJ – Indústria mineral. Mineração e metalurgia. Minas do Brasil.

QK – Tecnologia química. Química industrial.

QL – Fotografia. Cinematografia (Arte fotográfica, cf. KF).

QM – Manufaturas.

QN – Ofícios. Oficinas.

QO – Ciências domésticas.

R – Ciência militar.

R – Ciência militar.

RA – Armas. Organização. Distribuição.

RB – Administração. Manutenção e transporte.

RC – Infantaria.

RD – Cavalaria.

RE – Artilharia.

RF – Engenharia militar.



RG – Serviço médico e sanitário. Outros serviços.

S – Ciência naval.

S – Ciência naval.

AS – Esquadras. Organização. Distribuição.

SB – Administração naval.

SC – Marinha.

a – de guerra.

b – mercante.

SD – Medicina e engenharia sanitária naval.

SE – Navegação marítima e fluvial.

SF – Construção naval.

SG – Organização naval no Brasil.

T – Bibliografia e ciência bibliográfica.

T – História de livros e livrarias.

TA – Grafia.

TB – Indústria de livros e oficinas.

TC – Impressão.

TD – Catálogos.

TE – Bibliografia.

TF – Biblioteconomia.

TG – Bibliotecas. Anais.

U – Biblioteca mineira (Seção de Autores Mineiros)

U – Literatura.

a – Romances. Ficção. Teatro.

b – Poesia.

c – História. Crítica. Geografia.

UA – História de Minas Gerais.

a – Autores mineiros.

b – Autores brasileiros. Autores estrangeiros.

UB – Geografia de Minas Gerais.

a – Autores mineiros.

b – Autores brasileiros. Autores estrangeiros.

UC – Legislação. Jurisprudência.

UD – Mensagens. Relatórios. Documentos públicos (do Estado e dos Municípios).

UE – Jornais. Periódicos. Revistas.

UF – Ensino primário, secundário e superior.

UG – Ciências.

## **ANEXO 3**

CLASSES GERAIS DA TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL  
PUBLICADA PELA BIBLIOTECA PÚBLICA DE BELO HORIZONTE EM 1942

0 GENERALIDADES

1 FILOSOFIA

2 TEOLOGIA. RELIGIÃO

3 CIÊNCIAS SOCIAIS. DIREITO

4 FILOLOGIA. LINGUÍSTICA

5 CIÊNCIAS PURAS

6 CIÊNCIAS APLICADAS

7 BELAS ARTES

8 LITERATURA

9 HISTÓRIA. GEOGRAFIA. BIOGRAFIA